

Maura Lina Gonçalves da Silva

Dissertação de Mestrado Integrado
em Arquitectura
Orientador: Prof. Doutor Arquitecto Domingos Tavares



ALDEIAS DE XISTO

Construção das imagens do turismo

Caso de Estudo - *Gondramaz*

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra
Agosto de 2009

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas marcam a nossa vida para sempre. Uma porque nos vão ajudando na *construção*, outras porque nos apresentam *projectos de sonho* e outras ainda porque nos desafiam a construí-los.

As palavras ganham um novo significado quando sentidas; ganham nova vida quando propõem olhares e despertam hesitações, quando inquietam o pensamento. E tornam-se sempre insuficientes quando com elas queremos dizer o que nos vai para lá da alma. Como agora...

Aos meus Pais

Porque sem eles, não era quem sou hoje!

Ao João

Pelo carinho, presença constante e pelo apoio incansável nos bons e maus momentos do meu percurso!

À minha família

Porque fazem parte de mim!

Aos colegas de curso, em especial ao Amílcar, Diamantino, Márcio, Nelson, Vasco, Ana Salvador, Joana, Sara Silva e ao Marco Faria

Pelo apoio incondicional e por todos os bons momentos que passámos juntos nestes LONGOS anos de curso.

A todos os meus Amigos

Pela amizade e paciência!

Ao Sr. António Manuel Santos

Pelo apoio, amizade, partilha de conhecimentos e por toda a confiança que sempre depositou na minha pessoa!

Ao Prof. Dr. Arqt.º Domingos Tavares

Pelas conversas, pelas apreciações e pela orientação!

À Câmara Municipal de Miranda do Corvo, em especial à Arqt.ª Ana Figueiredo,

À Arqt.ª Susana Lobo,

À Dr.ª Ana Paula Cardoso

Pela disponibilidade e pelo apoio!

E a todos os que apoiaram a realização desta dissertação .

Muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho aponta para uma reflexão sobre a problemática da preservação e intervenção no mundo rural, no intuito de analisar a influência do turismo e a forma como o património arquitectónico e cultural é utilizado para fornecer o suporte cenográfico necessário à construção destes lugares enquanto destinos turísticos.

Perceber de que forma se desenvolvem estas intervenções e quais os factores e valores que a influenciam, aquando da necessidade de decisões de projecto, foi um dos objectivos principais deste trabalho.

A metodologia de trabalho assenta num processo de duas fases: a de análise, composta por duas pesquisas paralelas, a histórica e a cognitiva, seguida de uma investigação em torno do processo de avaliação arquitectónica e urbana da aldeia de Gondramaz, que permitiu, conjuntamente com a fase de análise, interpretar os quadros de actuação para o lugar em questão.



SUMÁRIO

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1.	Contextualização	3
1.2.	Objectivos	9
1.3.	Problemática	11
1.4.	Estrutura	13

CAPITULO II

2. O HOMEM E O LUGAR

2.1.	O Lugar	19
2.1.1.	Sentir e compreender o espaço	25
2.1.2.	Espaço como símbolo de identidade	29
2.1.3.	Relação do homem com o lugar	31
2.2.	A Arquitectura	39
2.2.1.	Enquadramento Histórico no contexto arquitectónico português	39
2.2.2.	Condição do Meio Rural Português	49

CAPITULO III

3. O PATRIMÓNIO

3.1.	Património Cultural	57
3.1.1.	Património cultural como espírito do lugar	59
3.2.	Património e o Arquitecto	63
3.2.1.	O papel do Arquitecto no processo de intervenção do património	67

CAPITULO IV

4. O TURISMO	79
4.1. Um Fenómeno chamado Turismo	79
4.1.1. O papel do turismo no “renascimento” do rural em Portugal	81
4.1.2. O espaço rural como espaço de “habitar” turístico	89
4.2. Criação da Imagem Turística	95
4.2.1. Os Programas de revitalização das aldeias como agentes promotores de imagem	101

CAPITULO V

5. UMA ALDEIA...	109
5.1. Uma aldeia perdida na Serra	109
5.2. Programa das Aldeias de Xisto	109
5.3. Gondramaz - antes	
5.3.1. Aldeia de Gondramaz – localização	115
5.3.2. Aldeia de Gondramaz – abordagem histórica	117
5.3.3. Aldeia de Gondramaz – estrutura e organização interna	121
5.3.4. Aldeia de Gondramaz – caracterização socio-económica	123
5.3.5. Aldeia de Gondramaz – habitação popular	129
5.4. Gondramaz - durante	
5.4.1. Aldeia de Gondramaz – plano e metodologia da intervenção	129
5.4.2. Aldeia de Gondramaz – factores deliberativos da intervenção	135
5.5. Gondramaz - depois	
5.5.1. Aldeia de Gondramaz - análise <i>pós intervenção</i>	145

CAPITULO VI

6. Conclusão	151
BIBLIOGRAFIA	163
FONTES DE IMAGEM	181



1. INTRODUÇÃO

1.1 - Contextualização

Os meios rurais conheceram, depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países mais industrializados, transformações que, em muitos casos, conduziram ao *desaparecimento* de localidades simbolicamente denominadas como rurais. Esse fenómeno de *desaparecimento* físico e simbólico é sustentado por várias ideias, nomeadamente de natureza demográfica como o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento populacional com o conseqüente encerramento de escolas por escassez de alunos; de natureza económica como a falta de emprego, a pressão do crescimento urbano com a evolução dos centros urbanos e a industrialização, a especulação imobiliária, e ainda, a abertura do mercado nacional ao exterior (com a adesão de Portugal em 1986 à União Europeia) que se reflectiu indubitavelmente ao nível das pressões induzidas nas áreas agrícolas, essencialmente provocadas pela Política Agrícola Comum, com tendência a favorecer as grandes explorações agrícolas em detrimento dos pequenos e médios agricultores, levando mesmo à insolvência dos modos agrícolas tradicionais.

As novas tecnologias agrícolas vieram igualmente quebrar os laços afectivos que os camponeses tinham com a terra bem como muitos dos laços comunitários baseados na necessidade de entreajuda, a que se soma um meio urbano próximo e aglutinador, que conduziu quer ao desenvolvimento de práticas quotidianas mais competitivas (próprias das actividades comerciais e industriais), quer ao desenvolvimento de relações e práticas sociais que não se baseiam no inter-conhecimento. Com a inexistência de circuitos comerciais firmes e definidos a fim de fazer chegar ao mercado a produção agrícola, esta actividade acaba mesmo por cair em desuso.

Por fim, surgem ainda as ameaças de cariz cultural, ou até mesmo moral, que se revelam nos discursos sobre a uniformização de valores e traços culturais, bem como na retórica da individualização crescente e da diminuição das práticas sociais colectivas promovidas pelo desenvolvimento da mobilidade física das populações e pela progressão de uma cultura de massas, que chega via televisão ou através dos meios e equipamentos de consumo.

Vinculados a imagens e modos de vida peculiares, estes espaços confundiam-se com sociedades marcadas por arcaísmos, indissociáveis de economias vulneráveis, à mercê do êxodo e do despovoamento, dependentes de prestações sociais, de solidariedades e de recursos provenientes de políticas públicas que os discriminem positivamente. Este retrato, embora cada vez mais desfocado, ainda perdura na memória colectiva devido à exaustiva difusão, por diferentes meios, de mensagens que resumiam uma realidade tão complexa ao tipicismo de quotidianos deslocados no tempo, a paisagens e produtos de qualidade cuja notoriedade dependia do seu exotismo. Contribuiu-se, desta forma, para vincar o sentimento de perda e marcar negativamente a auto-estima de pessoas e territórios que, assim, se descobriam estigmatizados e ainda mais prisioneiros das suas próprias fragilidades.

Mas essa crise do mundo rural, e as perspectivas em que a mesma tem vindo a ser discutida, revelam que o espaço rural é detentor de novas dinâmicas que convidam, todavia, a novas abordagens e obrigam a redefinir os termos do debate sobre o mundo rural.

Estas aldeias ameaçadas de extinção, que se tornaram um estereótipo e geraram uma concepção unívoca de lugar, já não são redutíveis à função agrícola nem estão irremediavelmente sujeitas a caprichos do crescimento urbano. A modernização ocorrida nos últimos 30 anos, nomeadamente a execução de novas vias rodoviárias, tornou os espaços mais abertos, tornando-os mais atractivos em termos residenciais e turísticos, mais permeáveis às influências culturais e integrou-os nos nossos mecanismos de mobilidade que favorecem a interligação com as cidades mais próximas e os fluxos do turismo doméstico.

O rural adquire, com a visão renovada que começa a projectar, significados menos depreciativos, assume funções e papéis que o vão retirando das periferias, geográficas e mentais, para onde progressivamente foi sendo remetido. A diversidade de contextos (naturais, económicos e sociais), de recursos disponíveis e mobilizáveis e a aparente homogeneidade normalmente associada ao mundo rural servem de pano de fundo a processos de desenvolvimento cuja tradução espacial sobrepõe novas configurações territoriais às rígidas interpretações dicotómicas do país em litoral-interior, norte-sul ou rural-urbano.

Reverter o estado depressivo e enfrentar os problemas reais e simbólicos que afectam estes territórios impõe que se potenciem os respectivos recursos materiais e intangíveis. As aldeias e a arquitectura popular, as paisagens e o património natural, os produtos e os saberes locais são algumas das referências que, fazendo uma perene ligação com as telúricas raízes, moldam as identidades das pessoas e dos lugares. Pelo que representam e pelo relevante papel que podem desempenhar para vencer o isolamento e promover o seu desencravamento físico e psicológico, são activos que importa mobilizar nos respectivos processos de desenvolvimento.

Contudo, esta *modernização* tem alimentado quer uma retórica de crise, quer uma retórica de ascensão dos meios rurais. A transformação do mundo rural tem suscitado uma grande sensibilidade relativamente ao campesino, àquilo que o tipifica e à própria natureza, quer junto das instâncias governamentais, quer entre o público em geral. Este interesse pelo rural acentua-se à medida que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente manifestando-se através de fenómenos como as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo ou, mais drasticamente, através de estratégias de mudança residencial.

Surge então uma multiplicidade de estratégias, ligadas a esta nova procura. Torna-se crucial desenvolver novas actividades quer de índole económica, quer de índole social e ambiental, que fortaleça o tecido produtivo das regiões mais desfavorecidas. É neste contexto que o turismo é encarado como base potenciadora do desenvolvimento rural, através da criação de novos postos de emprego, induzindo o desenvolvimento de outras actividades e, sobretudo, valorizando recursos locais. Contudo, deve ser encarado como actividade complementar, de forma a alcançar um desenvolvimento sustentável das áreas rurais, evitando situações de exacerbada exploração dos recursos e de perda de originalidade e autenticidade dos locais visitados, sendo, portanto, fundamental que a população rural esteja envolvida neste processo e que sejam os beneficiários directos destas estratégias.

1.2 - Objectivos

Presentemente, os meios rurais vivem uma efervescência patrimonial que não pode deixar de ser vista como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos *modos de vida tradicionais*. Neste contexto, o património funciona como uma invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo. A *refuncionalização* desse passado, oscilando entre a reactivação, a reinvenção e a idealização, adquire formas diversas de caso para caso. No limite, balança entre uma dimensão retórico - folclórica e uma dimensão que remete para projectos concretos de ordenamento e de promoção local.

Como tal, a descoberta do património pelos meios rurais tanto pode consistir em descobrir algo que já existia, mas que tendo deixado de estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções (uma segunda vida), como manifestar-se através de operações de invenção e de encenação de uma singularidade e de uma continuidade. Esta descoberta traduz-se, sobretudo, em operações de valorização simbólica, cujo objectivo último é responder a uma situação de crise acentuada.

Nesse sentido, este trabalho aponta para uma reflexão sobre a problemática da preservação e intervenção no Património Rural, nomeadamente em zonas votadas ao abandono, no intuito de analisar a influência do turismo nestes mesmos processos.

Para tal, procura-se associar a informação recolhida a um caso prático real, analisar os termos da intervenção e os seus possíveis resultados.

Por fim, com base nos dados recolhidos, e recorrendo ao cruzamento de informações nos mais variados quadrantes disciplinares e científicos, pretende-se construir as devidas ilações.

Relativamente ao caso de estudo, a opção foi a aldeia de Gondramaz, localizada na Serra da Lousã, no município de Miranda do Corvo.

No decorrer da visita de uma equipa técnica encarregue de um projecto de recuperação de um edifício desta mesma aldeia, tive o prazer de conhecer de perto algumas particularidades deste pequeno mundo, diria eu, *faz-de-conta*.

A sensação de estar num sítio irreal apodera-se de nós a cada instante e a cada viela onde ecoam as vozes de quem por lá passeia.

Foi esta magia, e este turbilhão de sensações que me fez querer saber os *comos?* os *porquês?*, e principalmente os sins e os nãoos do desenvolvimento desta “aldeia perdida na serra”.

1.3 - Problemática

A fim de criar um fio condutor no presente trabalho, surge a necessidade de colocar questões no intuito de encontrar respostas, mais (ou menos) elucidativas e mais (ou menos) satisfatórias.

Assim:

A aposta no património rural constituirá uma via privilegiada para o ensaio e implementação de projectos inovadores, estruturantes e revitalizantes do território rural, tendo como principal beneficiária a população? Ou resume-se apenas a mais um programa caracterizado por boas intenções nos planos político e técnico, mas que, na prática, pretende criar um mundo rural tornado *símbolo de exotismo* e simultaneamente *museu da ruralidade*, mas de uma ruralidade edílica e vocacionada para fruição urbana?

Estaremos perante uma uniformização do conceito de arquitectura popular, em que a ligação do Homem com o lugar vai sendo gradualmente destruída?

De que forma é tratada esta intervenção? Quais os factores e valores que influenciam aquando da necessidade de decisões de projecto?

Corresponderão estas novas aldeias, aos aglomerados populacionais que a Revolução Industrial votou à desertificação lenta e agonizante, responsável pela crescente dependência económica face à cidade e ao meio de vida urbano? Ou estamos perante um novo tipo de aldeias? Criadas e recriadas para um novo conceito de habitante, com proveniência nas classes médias (urbanas), no contexto de uma nova ruralidade, ou se quisermos, de um fenómeno social denominado neo-ruralidade.

Em que situação fica uma dada identidade local que é reinterpretada e posta em causa através da criação de novos valores simbólicos e dos novos usos do património?

Em que medida as singularidades garantidas por um património herdado e fabricado funcionam como símbolos de identificação para eventuais novos residentes?

1.4 - Estrutura

O presente trabalho é composto por seis capítulos que, embora independentes, se pretendem relacionados entre si, estrategicamente organizados de modo a que, no seu todo, dêem *forma* a cada um dos conteúdos no sentido de proporcionarem um trabalho válido e consistente.

Capítulo I – INTRODUÇÃO

No Capítulo I pretende-se situar o tema em questão, embora num âmbito mais generalista, a fim de permitir um melhor entendimento do tema a tratar.

É ainda nesta etapa que se apresenta, ponto a ponto, o objectivo de cada capítulo, de forma a despertar e envolver gradualmente o interesse do leitor.

Capítulo II – O HOMEM E O LUGAR

Falar de rural implica obrigatoriamente falar do sentido mais antropológico da questão, nomeadamente da relação que o homem estabelece com o meio, e os resultados dessa mesma relação de reciprocidade. O Capítulo II pressupõe-se assim como o ponto de partida para o entendimento do tema em desenvolvimento, partindo deste contexto mais ambíguo e generalizado a fim de se constituir como base de entendimento dos assuntos subsequentes.

Capítulo III – O PATRIMÓNIO

Estando a tema das Aldeias de Xisto directamente ligado à questão das heranças patrimoniais e de intervenção nas mesmas, aponta-se como crucial o desenvolvimento do tema Património neste trabalho. Neste capítulo, ao contrário do anterior, já se toma como fio condutor algo mais concreto, onde, numa primeira fase, se pretende

esclarecer de forma sucinta esta questão, enquadrando o tema no contexto actual, e numa fase mais avançada, toma a forma de possível resposta a algumas das questões levantadas na problemática do trabalho que, visto não serem ainda totalmente esclarecedoras, conduzem ao desenvolvimento de um outro tema, apresentado no capítulo IV.

Capítulo IV – O TURISMO

No seguimento desta procura incessante de respostas surge, como seguimento dos tópicos anteriores, a questão fundamental no entendimento do tema – o turismo.

Embora se revele num capítulo avançado do trabalho, considere-se que este factor deveria ser precedido de um enquadramento mais generalizado a fim de, nesta fase, ser entendido no verdadeiro sentido do tema em desenvolvimento e, simultaneamente, estabelecer directrizes mais concretas no trabalho.

Assim, encara-se o turismo, não no seu vasto campo de actuação, mas no sentido de potência criadora de imagens e, conseqüentemente, criadora dos próprios *lugares*.

O final deste capítulo remete para a apresentação de alguns programas fomentadores do desenvolvimento regional, camuflados pela *cortina* da preservação do património, no entanto, intrinsecamente ligados ao turismo.

Capítulo V – UMA ALDEIA...

Este capítulo, destinado ao caso de estudo, pretende ser, tal como já referido nos objectivos, a demonstração *auténtica* dos capítulos antecedentes, importados para o caso de Gondramaz. Aqui é apresentada a análise da aldeia, assim como os resultados da intervenção a fim de, no capítulo seguinte, se apresentarem ilações conclusivas e capazes de satisfazer as questões inicialmente colocadas.

Capítulo VI – CONCLUSÃO

A conclusão pretende assim ser o resumo objectivo do tema em desenvolvimento, capaz de concentrar no seu conteúdo, a essência da mensagem do trabalho.



2. O HOMEM E O LUGAR

2.1 – O Lugar

Lugar ou *local*, de forma geral, é uma porção do espaço qualquer ou um ponto imaginário numa coordenada espacial percebida e definida pelo homem através de seus sentidos¹.

Como uma divisão administrativa, segundo o INE, em Portugal, *lugar* é um aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias.

O território em que vivemos é mais do que um simples conjunto de objectos, mediante os quais trabalhamos, circulamos e moramos. É antes de mais um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos e ajuda a criar essa miscelânea, sem a qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples facto de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos².

Definir lugar enquanto espaço físico não é o suficiente. Essa definição só pode ser dada por quem percebe o lugar, quem vê, avalia, partindo desde seus sentidos e experiências. Mas o que dá verdadeiramente sentido a um lugar é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local reproduziu nele e é isso que leva o outro a *sentir o lugar* que se visita.

Esse conjunto de valores, representado pelos significados e símbolos imateriais, projecta-se no espaço geográfico e, ao mesmo tempo em que dele se vai apropriando, imprime marcas como que dizendo *isto sou eu* e em comunhão com o grupo social, *isto somos nós*.

Esse processo nada tem de simples. Ele reúne história, conhecimento e demonstra a relação que o povo tem com o espaço geográfico, onde todo o espaço é a sua casa, o seu lar, o seu lugar, uma significação de existência onde vão surgindo toques de peculiaridade, identidade, referência e essência desse lugar.

Originalmente estão os componentes fisiográficos, pois as variabilidades de superfície criam lugares na própria geografia (planície, montanha, variações de altitude, etc.).

¹ WWW:<URL: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lugar>> [consultado em 17 Out. 2008].

² Cf. MARTINS, José Clerton de O. - **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo : Roca, 2006.p. 40.

Do mesmo modo, também a água cria configurações específicas, bem como o tipo de vegetação que estabelece o coberto na terra ou a estação do ano, dada pela posição em relação ao sol, que cria diferenciações climáticas e de luz, sem falar da sua importância em vários aspectos da vida humana. Entre as referências mediamente estáveis temos a arquitectura, o urbanismo, o sistema político, as instituições, o sotaque, o carácter, os costumes, o relacionamento grupal, o calendário de festas, as crenças. Relativamente aos componentes móveis seriam compostos pelo movimento de pessoas e objectos; os objectos móveis da cultura material; os tipos de trabalho e de lazer; os rituais quotidianos.

Resumidamente, o lugar só existe com a fusão e organização de vários aspectos. Mas dada a efemeridade destas configurações (memória colectiva, modismos da arquitectura e do urbanismo, etc.), a geografia física poderia ser o factor mais estável na definição da essência do lugar e o vector de interposição de certas categorias construtivas.

O espaço é constantemente modificado pela história. A questão estaria em se tentar manter os traços ditos naturais, o mais próximo possível das suas formas originais, numa perspectiva bastante preservadora, de forma que uma montanha sempre fosse percebida como tal, assim como a forma de um rio, a fauna ou até o clima, mesmo sabendo que as suas configurações e significados mudam. A importância dos traços naturais intensifica-se perante a constatação de que, enquanto nas restaurações arquitectónicas pode-se até reconstruir o modelo original, na natureza isso seria muito mais difícil, senão mesmo impossível.

Perguntar onde estariam os limites fisiográficos de uma região seria tão difícil quanto infrutífera. Não se podem procurar limites naturais abruptos porque a natureza do mundo não é assim, da mesma forma que não existem limites bem definidos no conjunto de ciências mais próximas.

Na realidade, o que torna um lugar cativante é a cultura do seu povo, a forma que este encontrou de estar e ser na sua existência, no seu espaço, na sua realidade e na sua forma de viver e habitar o lugar.

Consultemos também alguns vocábulos no Dicionário da Língua Portuguesa, da Porto Editora:

Habitar: residir ou viver em; estar domiciliado; morar/permanecer em; estar em; ocupar; frequentar.

Residir: do latim *residere*, repousar, ou seja, proporcionar descanso, sossegar, pousar, parar, hospedar-se; morar; estar; manifestar-se; consistir; fazer-se sentir.

Residente: do latim 'que repousa'.

Domicílio: casa de residência; habitação; lugar onde alguém tem a sua residência permanente; localidade onde se tem a residência; lugar onde se exerce qualquer direito ou função.

O habitar um espaço envolve pois frequência, presença, permanência, e também descanso, algum direito sobre o mesmo e o fazer-se sentir. No caso do espaço rural, essas condições são relativas aos campos (por oposição às vilas) e às cidades, os espaços urbanos.

Uma nova procura turística alógena, claramente comercial e de raiz urbana, nacional e estrangeira, começa a incidir visivelmente nos espaços rurais do litoral e interior. Esta nova procura vem reforçar a complexidade dos modos de *habitar*, o território e os processos de diferenciação das densidades humanas, também elas com vários ritmos ao longo da semana, do mês ou do ano.

Não obstante, a existência destes espaços com tendência para o vazio funcional em termos de habitar, no seu sentido mais lato, o turismo em espaço rural, tomado em todas as modalidades de alojamento, figura cada vez mais generalizadamente nas estratégias de desenvolvimento regional e local, muitas vezes sem prévia avaliação objectiva e comparativa dos recursos, dos impactos sociais, ambientais e culturais, dos possíveis nichos de mercado e dos meios para os alcançar, atrair e fidelizar.

2.1.1 - Sentir e compreender o espaço

Arquitectura não é feita somente de materiais construtivos. Todo espaço é afectado pela percepção que se tem do mesmo, sendo que a sua compreensão passa necessariamente pelas vias subjectivas. Um olhar recente sobre o espaço vernacular tem demonstrado que, por meio de obras modestas em termos técnicos, o homem sempre procurou criar ambientes que lhe fossem agradáveis, de acordo com os recursos disponíveis. Nas construções antigas, o emprego da luz natural era o elemento que garantia a qualidade luminosa de interiores suaves e bem ventilados. Paralelamente, a audição foi sempre explorada na prática vernacular. O barulho da chuva no telhado, o canto dos pássaro, o agitar das árvores ao sabor do vento, também compõem a arquitectura.

O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre homem e ambiente e como ele representa graficamente estas inter-relações. É na interacção de todos os sentidos humanos que se pode começar a ver e a experimentar a arquitectura. Numa primeira instância, através da captação sensorial, dá-se a percepção do ambiente através dos sentidos. Em seguida, ocorre a cognição, subjectivada pelo meio cultural em que o sujeito se insere, ou seja, a descrição de como as pessoas estruturam, apreendem e conhecem o seu meio tendo como base os valores culturais. Entenda-se cognição como o processo mental mediante o qual, a partir do interesse e da necessidade, estruturamos e organizamos a nossa relação com a realidade e o mundo, seleccionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado. Posteriormente e baseada nas escolhas e na definição da qualidade do meio, ocorre a avaliação ambiental. Estes três aspectos da relação homem/espaço – percepção, cognição e avaliação ambiental – devem ser considerados intimamente relacionados. As pessoas analisam os estímulos devido a esquemas cognitivos variáveis, influenciados por experiências prévias e também pela cultura.

Todos os sentidos participam da compreensão espacial. Através da visão, o sentido dominante dos seres humanos, percebem-se distâncias, tamanhos, formas, texturas, luzes e cores. Estas últimas, por sua vez, afectam os nossos sentidos, o sistema

psicofisiológico e a sexualidade, provocando, tanto agressividade, como relaxamento. A audição seria um sentido transitório, muito mais fluído e passivo que a visão, mas que também nos ajuda a compreender os espaços, pois é possível sentir os ecos e outros efeitos acústicos mais subtis, embora o espaço acústico seja esférico e sem limites. Já o olfacto é um sentido imediato emotivo e primitivo capaz de evocar épocas e situações do passado. De todos os sentidos, é o que dá a ligação mais directa com o ambiente, pois os cheiros e aromas estão directamente ligados às emoções e às recordações³.

O tacto é o sentido humano pelo qual se percebe a textura, se sente as mudanças na superfície e cada tipo de piso confere uma elasticidade diferente aos nossos passos. No entanto, a sensação táctil associa-se aos contrastes visuais e sonoros, que afectam a nossa percepção. Na pele humana, há também mecanismos receptores, que registam calor e frio além de reacções visíveis e involuntárias que nos tornam capazes de perceber as mudanças de direcção, intensidade de correntes de ar, assim como a sua qualidade em termos de humidade, transparência e temperatura. Juntamente com os cinco sentidos, as pessoas contam com nervos sensoriais que indicam a posição e o movimento do corpo em relação a um espaço, sensação denominada de cinestesia. Não é necessário ver ou tocar uma parede ou mesmo um tecto para perceber a sua presença. Tal sentido foi amplamente explorado na concepção de espaços religiosos, em especial as catedrais góticas, cujo pé-direito altíssimo contribuía para uma sensação de respeito e impotência diante do poder da divindade. Ao auxiliar na transição de sensações luminosas e sonoras, o sentido cinestésico contribui para a percepção da escala de um ambiente, a sua altura e amplitude, o que provoca relações distintas entre o indivíduo e o espaço arquitectónico em que se está inserido⁴.

Relacionadas com os sentidos, vêm as componentes associadas à iluminação – tanto a natural como a artificial – e à ventilação⁵. Elementos como a água ou o verde das plantas possuem uma relativa importância na discussão sobre os componentes que

³ Cf. CASTELNOU, António Manuel Nunes – Sentindo o espaço arquitectónico. Desenvolvimento e Meio Ambiente. [Em linha] jan./jun. 7 (2003) p. 148. [Consult. 17 Out. 2009]. Disponível na Internet:<URL:http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3050/2441>.

⁴ Ibidem. p. 149.

⁵ Cf. CASTELNOU, António Manuel Nunes – Sentindo o espaço arquitectónico. Desenvolvimento e Meio Ambiente. [Em linha] jan./jun. 7 (2003) p. 149. [Consult. 17 Out. 2009]. Disponível na Internet:<URL:http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3050/2441>.

afectam a nossa forma de vida, já que condicionam desde sensações térmicas e acústicas até à qualidade do ar que se respira.

Em suma, pode dizer-se que o ambiente arquitectónico afecta o comportamento humano, podendo provocar monotonia, fadiga, dor de cabeça, irritabilidade e até hostilidade, assim como favorecer a sensação de ânimo, vivacidade, alegria e relaxamento e é neste sentido que o meio material proporciona um fundo afectivo a partir do qual se seleccionam imagens que se associarão a ele⁶.

2.1.2 - Espaço como símbolo de identidade

A identidade constrói-se a vários níveis, mas é quando falamos de identidade colectiva que surgem espaços com um valor identitário evidente, na medida em que simbolizam para um grupo, um espaço de partilha e de construção de identidade comum. Nesse sentido, o património cultural edificado pode ser analisado sob a perspectiva em que representa espaços de referência e espaços de identidade. É precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões e os distingue de outros territórios, vizinhos ou distantes. Mais, a identidade local revela o espectro, formas e intensidade de integração económica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas espaciais hierarquizados.

Os espaços, entenda-se como mais amplo em termos físicos, sociais e simbólicos, e os lugares, no sentido mais estrito, são por isso o reflexo das variadas dimensões em que o homem se mobiliza. Tanto podem surgir naturalmente, como podem ser criados com o intuito de instruir uma memória e um significado social, cabendo ao arquitecto, enquanto *fazedor de lugares*, introduzir elementos nos espaços que, sob o efeito de outros elementos da cultura material, ganham a textura e a densidade de lugares. Assim, um espaço está sempre associado a um conceito simbólico e/ou social específico, não apresentando apenas uma dimensão física, mas várias significações simbólicas.

Se é certo que existe uma *identidade*, esta só fará sentido no conjunto das múltiplas

⁶ CASTELNOU, António Manuel Nunes – Sentindo o espaço arquitectónico. Desenvolvimento e Meio Ambiente. [Em linha] jan./jun. 7 (2003) p. 148. [Consult. 17 Out. 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3050/2441>>.

culturas que a formam. Neste sentido, a riqueza cultural será tanto maior quanto mais singular se mostrar a identidade. No entanto, o que geralmente se verifica é uma necessidade oculta por parte da comunidade (e sobretudo do poder), de valorizar e mesmo *crystalizar* uma determinada época e determinadas influências, onde apenas se encontra uma parte de toda a diversidade daquilo que será, no fundo, o todo constituinte dessa própria *identidade*. Assim, consoante a comunidade valorize mais este ou aquele aspecto, propenderá a valorizá-los em prejuízo de outros, acontecendo que, por vezes, tente mesmo destruí-los, escondê-los, minimizá-los, ou até mesmo *apagá-los*.

Obviamente a *identidade* será sempre um factor a ter em conta quando se fala de preservação do património cultural. Porém é necessário haver grande cuidado para que não haja partes dessa *identidade* que sejam depreciadas ou mesmo omitidas. Por outro lado, e tendo em conta que a identidade se encontra em constante transformação e construção, teremos necessariamente que deixar em aberto a possibilidade de que o próprio património se modifique, se transforme, se adapte e valorize.

A ambição de preservação de um lugar construído pela necessidade de imortalizar a lembrança de um acto, gesto ou acontecimento, é um tema relativamente recente na história da arquitectura. Transformar a memória em projecto é mais que assegurar a persistência monumental de paredes vazias, imobilizando-as e espartilhando-as. É reinventar mecanismos de reavaliação do significado desses mesmos lugares. É restabelecer afectos que o tempo pode ter maltratado e que até a própria escrita da história tenha desejado omitir em determinadas alturas. É, assim, reconstruir um quadro patrimonial com olhos postos no futuro.

2.1.3 - Relação do homem com o lugar

A permanente busca do progresso da sociedade e da melhoria de qualidade de vida dos seus cidadãos é uma das principais características do ser humano e um dos mais fortes impulsionadores da História.

Desde os primórdios o homem aventurou-se em consecutivas experiências, decidido a dar respostas aos problemas que a convivência com a natureza e com os seus

semelhantes levantavam. As soluções descobertas implicam normalmente mudanças, por vezes radicais, de comportamentos sociais, práticas económicas, tecnológicas, culturais e mesmo religiosas.

A arquitectura pode ser vista como uma das manifestações mais representativas das actividades dos homens em sociedade, permitindo-lhes construir todos os abrigos que lhes são necessários na sua vida quotidiana. Contudo, a obra arquitectónica não ocupa somente esta função utilitária.

O conceito de *casa* envolve um duplo significado. Por um lado o de uma construção para servir de habitação a um grupo familiar, por outro, o de uma construção, que se focaliza entre o corpo e a paisagem. Habitar significa algo mais que residir num lugar, traduz a maneira como o homem está na terra. Remete para a relação entre o homem e as suas estruturas existenciais. O homem constrói para controlar o seu ambiente, mas é o ambiente interior, social, religioso e físico que o controla. Ao projectar a sua casa, ele revê-se nela, constrói-a, vive-a e habita-a. É nesse sentido que o valor da arquitectura reside, na apropriação do carácter não só da zona em que se insere mas do povo que a habita.

A arquitectura tradicional ou vernacular, associada a uma tipologia construtiva própria de determinada região ou país, cujo desenvolvimento resulta de factores associados à natureza local, à cultura desse povo e aos recursos tecnológicos disponíveis e, obedecendo a determinadas regras construtivas, regista as pequenas evoluções ao longo da História, procurando a harmonia com o meio ambiente e com as tradições locais; factores como o clima, materiais disponíveis, conhecimentos técnicos, estrutura familiar e costumes da comunidade são determinantes. Devidamente estudada a arquitectura tradicional desvenda a complexidade de factores que originaram a criação de uma determinada construção, revelando igualmente as características da comunidade que a construiu, nomeadamente as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, ou, como Noberg-Shultz fala, o processo de identificação no qual o homem se torna *amigo* de um determinado local. Para ele, qualquer construção deve procurar revelar ou explicitar a identidade, o carácter próprio ou, se quisermos, o génio do lugar onde se insere. Segundo ele, é a arquitectura que revela o significado escondido do meio no qual se integra. Sem ela, este permaneceria invisível,

inacessível. Com ela, o sentido do sítio torna-se visível e, por isso, constrói o lugar. Lugar carregado de sentido. Lugar humanamente vivido. Lugar simbólico e existencial. Lugar habitado. Revelar o sentido do sítio é revelar o seu carácter próprio ou a sua identidade. É a arquitectura, *ponto* ou *implantação* que marca e torna visível a identidade de cada lugar. Como? “Visualizar, completar, simbolizar, reunir são (...) os processos gerais de implantação (...) um edifício que visualiza, simboliza, reúne e transforma o meio num conjunto unificado”⁷.

O estabelecimento destas relações com o meio ambiente só é possível se se considerar que a natureza possui uma personalidade própria, remetendo-nos tal consideração para o conceito mitológico romano de *Genius Loci*⁸. Assim, a casa adquire características únicas que a diferenciam de qualquer outra habitação edificada noutra local geográfico, mesmo que apresentem plantas iguais.

A relação criada entre o homem e a natureza determina a origem de um sistema económico, social, político e religioso. Ao reflectir sobre cada um desses factores nas suas mais diversas manifestações, conclui-se que a arquitectura é o resultado de uma relação profunda entre o homem e a natureza, em constante transformação. A natureza surge assim como uma matriz do homem, tanto a nível biológico como a nível cultural, que sofre as interferências da própria criação.

Em anos recentes, tem surgido, dentro dos âmbitos da cultura arquitectónica, a discussão sobre a importância de entender o espaço arquitectónico não somente a partir de seus aspectos utilitários e tecnológicos, mas também quanto aos seus valores sentimentais e intuitivos, tendo, como suporte, os estudos sobre a arquitectura vernacular.

Entenda-se por arquitectura vernacular aquela que é exercida por indivíduos que constroem sem a responsabilidade da grandiosidade oficial; uma “arquitectura sem arquitectos” que, mesmo indiferente aos cânones ditos *civilizados* ou académicos, apresenta grandes conquistas quanto à qualidade artística e espacial.

Etimologicamente, a palavra “vernáculo” provém de *vernae*, que correspondia a tudo o que se relacionava, na Roma antiga, aos “servos nascidos em casa ou aos escravos

⁷ NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura*. 3ª ed. Milano : Electa, 1996. p. 18. (T. autor).

⁸ Este conceito associava cada sítio a uma divindade local, responsável pelo seu governo. Como tal, a escolha do local adequado á casa estava condicionado pelas características e temperamento da divindade que nesse sítio imperava.

que se faziam nas guerras”⁹. Assim, por exemplo, vernácula era a língua vulgar que se contrapunha à heróica ou poética. Passou-se então a denominar como vernacular uma arquitectura *caseira*, facilmente qualificada de arcaica, contrariamente à erudita, realizada por profissionais diplomados pelo sistema oficial.

Foi sobretudo a partir da Renascença, com o surgimento das primeiras escolas de arquitectura, que a análise formal passou a reduzir a criação vernácula a um plano inferior, relacionando-a a uma forma de produção de menor qualidade ou valor. Com o tempo, a distinção entre estes dois tipos de produção foi aumentando ao ponto da “arquitectura vernacular” ser totalmente menosprezada, facto esse intensificado com o advento do industrialismo.

Do século XIX em diante, os conhecimentos científico-tecnológicos acabaram por qualificar de *exótica* qualquer prática que se afastasse dos pressupostos ditos modernos, os quais defendiam o uso de materiais artificiais, assim como a criação de espaços apoiados em princípios funcionais e técnicos¹⁰.

O culminar dessa postura ocorreu na primeira metade do século passado, a partir do momento em que passaram a existir correntes de recusa ao racionalismo arquitectónico e de defesa de novas formas de entendimento na arquitectura. Neste momento deu-se o interesse pelas diferentes culturas que compõem o mundo contemporâneo, repudiando-se a visão preponderante e abrindo-se a arquitectura a novas experiências e teorias.

Por outro lado, as recentes preocupações ambientais, a optimização e a adequação dos materiais e dos espaços ao meio ambiente envolvente, têm igualmente promovido um reacender da atenção por parte da arquitectura para estes espaços mais simples, transmissores da dinâmica estabelecida entre o homem e o meio. Neles identificam-se alternativas ajustadas ao contexto climático e ecológico e assentes na tradição e nos conhecimentos disponíveis oferecidos pelo meio.

No entanto, a nossa cultura continua a estar inevitavelmente ligada às *grandes construções* da humanidade e, embora nos últimos tempos se tenha tentado de alguma forma modificar esta visão (classificando paisagens, áreas naturais,

⁹ Cf. CASTELNOU, António Manuel Nunes – Sentindo o espaço arquitectónico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. [Em linha] jan./jun. 7 (2003) p. 146. [Consult. 17 Out. 2009]. Disponível na Internet: <URL: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3050/2441>>.

¹⁰ BENÉVOLO, Leonardo - *Historia de la arquitectura moderna*. 7a ed. Barcelona : Gustavo Gili, 1996.

construindo ecomuseus, etc.), o facto é que ela predomina. O nosso olhar continua ainda a *enclausurar os outros* e a votá-los ao desprezo se não mesmo à extinção. Num mundo em que a economia fez o homem à imagem da mercadoria cabe-nos, em primeira instância, deixarmos de ser meros objectos de consumo.

2.2 - A Arquitectura

2.2.1 - Enquadramento histórico no contexto arquitectónico português

O interesse pela arquitectura vernácula não é algo de novo, de facto já no século XVIII se começou a despertar tal apreço pelo vernáculo como uma reacção ao barroco, apoiado na razão como dependência do interesse pela Natureza, qualificando o contacto com esta como algo purificador. A realeza e a nobreza procuravam este contacto ao introduzir cabanas e aldeias nos seus palácios tal como se pode verificar com a aldeia que Maria Antonieta, última rainha de França, mandou construir em 1783 nos jardins de Versailles.

Em Inglaterra, nos finais do século XVII e inícios de XIX John Nash (18 Janeiro, 1752 – 13 Maio 1835) provocou um aumento do interesse pelos *cottages*, que, na Idade Média albergavam as famílias dos agricultores e trabalhadores. Foi neste país que este gosto foi levado mais longe chegando a servir como uma referência para os restantes países europeus.

Em Portugal assistiu-se, desde meados do séc. XIX até cerca dos anos 20 do séc. XX, à reprodução de estilos diversos, fruto da influência que alguns dos arquitectos de então traziam de fora, principalmente de França – como é o caso de Ventura Terra ou Possidónio da Silva, mas também pela produção de arquitectos estrangeiros que por cá actuaram na época, de que é exemplo o italiano Luigi Manini, entre outros.

Nomes como os já citados, e os de Norte Júnior, José Luis Monteiro ou Marques da Silva, fizeram parte do período que se convencionou chamar de “Ecletismo” ou “Período Romântico”.

Se grande parte dos edifícios construídos segundo este (s) modelo (s) estético (s), possuíam alusões claras aos locais onde os seus autores recolheram essa influência, ou tinham referências exóticas / orientalistas, outros houve que anunciavam já

referências claras à tradição local. Procuravam recuperar elementos de singularidade nacional, uma imagem ou *estilo* arquitectónico que se pudesse considerar *portuguesa*, recorrendo a símbolos e linguagens neo-manuelinas. A estação do Rossio, de José Luis Monteiro, a casa O’Neil, hoje Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais, de Luigi Manini e Francisco Vilaça, ou o Palácio do Buçaco (inicialmente destinado a pavilhão de caça real), igualmente de Manini, são exemplos significativos desse período da produção arquitectónica em Portugal, muito enraizado ainda numa estética própria do Romantismo.

Os diversos estilos importados, eram impostos mais notoriamente no litoral e na grande cidade, sem se constituírem convenientemente como uma *renovação* na produção de então. Já o interior permanecia fiel às tradições arquitectónicas, no desenho e nos sistemas construtivos.

Os novos hábitos de férias na praia, trouxeram arquitecturas igualmente *novas* aos “Estoris”, Cascais – local de férias da família Real – e, mais tarde, também às praias da região do Porto, à Figueira da Foz e outras. Os *chalets* surgiram um pouco por todo o lado, nestas localidades, introduzindo na paisagem um exotismo nunca visto, embora carregassem consigo um estilo de vida mais informal, mais convivial, ou mais doméstico, se quisermos, no seio das classes de maior poder económico.

O indício mais claro de mudança vem de um grupo de arquitectos da corrente designada “naturalista tradicional” de onde se destaca Raul Lino. Este viria a ser o grande propagandista no século XX da “casa portuguesa”, como reacção nacionalista a modelos de arquitectura internacional, como o do *châlet* suíço, que haviam penetrado em Portugal em fins do século XIX.

Fruto do romantismo com origem na Alemanha, a unicidade da teoria de Lino seguia a corrente cultural historicista portuguesa, iniciada por Alexander Herculano. Por ser uma posição conservadora que varreu toda a Europa nessa época, assim como uma posição de nacionalismos, acaba por ser também uma tendência internacionalista e sectária em relação à cultura moderna. Lino constatava não existir um único tipo de casa portuguesa, devido à variedade etnográfica, diferenciação de climas e de paisagem¹¹. Entretanto, procedeu a uma leitura nacionalista selectiva da história da edificação em Portugal, pois nem todos os estilos podiam ser considerados

¹¹ LINO, Raúl - *A casa portuguesa*. Lisboa : Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929. p. 6.

portugueses. A “casa portuguesa” seria assim o condensado de soluções e pormenores históricos, que o seu intérprete reputaria como os mais nacionais, tudo integrado pela história “na construção típica do país (...) processos a que a gente se habituou a encarar como correntes e imelhoráveis”¹².

Lino empregava a informação etnográfica e histórica para defender uma arquitectura portuguesa que teria de ser necessariamente um hibridismo, visto que nacionalizava, instituía como tradição e adaptava processos e pormenores histórica e regionalmente diversificados. Retirava-os dos seus contextos espaço-temporais para os reconfigurar no programa nacionalista da “casa portuguesa”, sendo que esta teria uma das coisas mais admiráveis: a “naturalidade”.

A “naturalidade”, uma das qualidades *espirituais* da casa, provinha de utilizar os materiais da região, que permitiriam ligar a casa à própria paisagem¹³. Tal como sucedia no contexto europeu da época, o nacionalismo enfatizava o campo, supostamente ao abrigo da mudança e do cosmopolitismo, como referente dos valores essenciais da identidade nacional.

Acolhidos pelo regime que dominou Portugal, desde os anos 30 do séc. XX até Abril de 1974 e que se convencionou designar de “Estado Novo”, mais marcadamente nos anos 40 e 50, sob a batuta de Salazar, do seu Ministro das Obras Públicas – Duarte Pacheco – e do ideólogo da propaganda do regime, António Ferro, dirigente do Secretariado da Propaganda Nacional, estes ideais sustentaram a produção de arquitecturas que, num estilo que procurava sintetizar a tradição local com a ideia de império e de um gosto pelo *modesto*, pelo rural.

De facto, desde o início da sua actividade que o Secretariado da Propaganda Nacional, também conhecido por SPN e mais tarde por SNI (Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo), desenvolveu uma política folclorista sistemática e continuada no tempo, com reverberação a nível interno e fora das fronteiras portuguesas. Ao longo dos anos 1930 e 1940, organizou várias exposições de arte popular, fomentou o concurso da aldeia mais portuguesa, editou livros de temática etnográfica, lançou espectáculos e palestras com dança e música populares, tentou estabelecer um estilo decorativo contemporâneo inspirado nos motivos

¹² Ibidem. p. 58.

¹³ LINO, Raúl - *Casas portuguesas : alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa : Cotovia, 1992. p. 54.

rústicos, fundou o Museu de Arte Popular, etc.

Muitos dos estudos que abordam as práticas etnográficas do SPN / SNI colocam-nas no plano de uma política de cultura popular, ou seja, de uma política de distração do povo, cujo objectivo principal seria o de controlo do potencial descontentamento dos mais desfavorecidos, permitindo assim que a ditadura se legitimasse junto das massas. No entanto, quando olhamos para o conjunto das práticas etnográficas em causa – e, em especial, quando damos atenção aos seus públicos –, apercebemo-nos que o seu objectivo principal não era distrair o povo ou mesmo inculcar os valores do regime entre as camadas populares. As iniciativas do SNI em torno da arte popular não se desenvolveram de forma nenhuma nos limites dos meios rural e proletário, dirigindo-se frequentemente às classes médias e camadas mais altas da sociedade portuguesa, e escolhendo para se exibir, em vez das áreas periféricas, os ambientes urbanos e mesmo cosmopolitas. E, a par dos eventos desenvolvidos intramuros, como o Centro Regional da Exposição do Mundo Português, muitas dessas iniciativas eram oferecidas a públicos estrangeiros, havendo, também aí, uma forte presença das elites.

Uma das marcas da política folclorista promovida por António Ferro é, de facto, a sua orientação para o exterior, havendo uma preocupação constante em levar a arte popular portuguesa a outros países, o que acontece, logo em 1935, com a exposição organizada em Genebra junto da Sociedade das Nações, nos pavilhões portugueses da Exposição Internacional de Paris de 1937 e da Feira Mundial de Nova Iorque de 1939 e, finalmente, em Madrid, no ano de 1943, e em Sevilha e Valência, no ano seguinte.

Dar um retrato de Portugal ao mundo era a dimensão crucial que o programa que Ferro tentava concretizar, através da política folclorista que desenvolveu enquanto director do SPN / SNI. Este programa regia-se sob conduta de três planos, intimamente relacionados entre si, de utilização da arte popular enquanto idioma de afirmação nacional. Um plano centrado em iniciativas orientadas para o estrangeiro, e em particular nas exposições internacionais; um segundo adjectivado como *aportuguesamento* de Portugal, que se relacionava com a aplicação das referências populares na criação de um estilo artístico contemporâneo de cariz nacional, e através do qual se tentaria imprimir uma nova fisionomia ao país; e, por fim, uma dimensão que se corporalizava em manifestações de celebração da pátria de grande impacto nacional.

Ultrapassado um primeiro período – anos 30 – de acolhimento de um estilo internacional (o modernismo), assiste-se à adopção de um programa arquitectónico neoconservador e tradicionalista, muito inspirado nas propostas de Lino, mas que também se articulava com as estéticas historicistas que então vingavam nos regimes totalitários¹⁴. Esse programa, que veio a ser conhecido como “Português Suave”, produziu híbridos de pormenores e soluções definidas como nacionais e levou à proliferação de casas à *antiga portuguesa*.

Com fins de intervenção social, a habitação será também objecto de inquirição sob o Estado Novo. Primeiramente, nos anos 40, com um “Inquérito à Habitação Rural”¹⁵ que trata em parte da arquitectura, mas inserindo-a no levantamento da situação social dos moradores, ou com um outro inquérito, conduzido pela Comissão de Política Social Rural (1967), de difusão interna aos círculos de poder, que não deixava de produzir um retrato das múltiplas carências do sector. Entre ambas, O Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, que teve início em 1956 (F. Keil do Amaral, Fernando Távora e outros), constitui outro marco assinalável na história da arquitectura tradicional em Portugal. Mais do que estabelecer a ponte com a história da verdadeira arquitectura do país, vinca a sua variedade tipológica, de linguagem tectónica, ao mesmo tempo que fundamenta a opção racionalista de tal análise, contrariamente à ideia deliberada pelo regime, que a havia patrocinado na esperança de ter, na arquitectura, um estandarte da identificação nacional pela ideologia fascista.

A ligação entre arquitectura rural e nacionalismo surge sob múltiplas formas. A arquitectura popular (rural) é um dos tópicos de eleição da promoção da *descoberta* do território nacional, representada pelo Guia de Portugal, iniciado por Raúl Proença. Surge associada ao programa ideológico do Estado Novo, como item emblemático da identidade nacional¹⁶, em iniciativas como a recriação de “aldeias portuguesas” de acordo com padrões vernáculos de arquitectura¹⁷, ou como o concurso da “aldeia mais portuguesa de Portugal”, onde a habitação era um dos critérios fundamentais a ter

¹⁴ Cf. LEAL, João - **Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000. p. 124.

¹⁵ BARROS, Henrique de - **Inquérito à habitação rural: a habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)**. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, 1947.

¹⁶ LEAL, João - **Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000. p. 122.

¹⁷ Cf. SOBRAL, José Manuel Rodrigues Ferreira - O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural. *Revista Etnográfica*. Lisboa. 8:2 (2004). p. 254.

em conta na ponderação do carácter “português” da mesma¹⁸. Essa ligação à ideologia do regime discernia-se ainda nas “aldeias melhoradas” pela acção da Junta de Colonização Interna, ou ainda nas “pousadas” que o regime construiu, destinadas a proporcionar a contemplação do rural a uma elite, e que reclamavam inspirar-se em padrões regionais¹⁹. Elaborava-se um cenário rural, em que as componentes regionais surgiam como as subdivisões variadas do todo nacional.

Com a morte de Duarte Pacheco, e já sob a influência da Carta de Atenas e após a realização do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948), iniciaram-se as reacções a esse gosto dominante na arquitectura, surgindo personalidades como Keil do Amaral, com propostas que procuravam por um lado traduzir as correntes internacionalistas do movimento moderno, e, por outro, embora um pouco mais tarde, descobrir novos caminhos, inspirados nas correntes mais regionalistas que começaram a surgir nos países nórdicos e de que a Escola do Porto – de Fernando Távora, Siza Vieira e outros – veio a constituir uma referência internacional. As figuras de Távora e Keil do Amaral surgem assim com ideais que refutavam o reconhecimento da diversidade na caracterização de todos os processos culturais, livres do reaccionarismo político.

Veja-se em “O Problema da Casa Portuguesa”, onde Távora tenta desmistificar esta ideia de uma arquitectura nacional una, ao mesmo tempo que acusa o estilo vigente de “bisantinices arqueológicas”, comentando que a verdadeira arquitectura nasce da união do Homem com a Terra e que será na fusão da verdadeira tradição vernacular com os preceitos da arquitectura actual que reside a verdadeira modernidade. Não se tratava de copiar o passado ou prever o futuro, mas equilibrá-los no presente.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

2.2.2 - Condição do Meio Rural português

O meio rural português apresenta uma grande diversidade de situações e contextos. A vulnerabilidade das economias rurais assente na subordinação face à agricultura e à fraca capacidade do tecido produtivo; o afastamento relativamente aos principais centros de iniciativa e inovação; a inexistência ou fragilidade de centros urbanos de apoio e dinamização e o conseqüente desajuste entre as infra-estruturas de suporte necessárias; a dificuldade do tecido socioeconómico em apreender o modo de vida da sociedade urbana sem descurar os seus valores e vantagens específicas; são alguns dos factos que caracterizam a conjuntura actual do mundo rural nacional, sobretudo em zonas mais desfavorecidas.

Como resultado destas condicionantes, o mundo rural português enfrenta actualmente vários obstáculos. Assinalam-se o êxodo rural e a emigração, a rarefacção e envelhecimento da população; o aumento do desemprego e da exclusão social; a degradação dos recursos naturais e do ambiente; o desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo; a subutilização das infra-estruturas existentes; a estagnação, quando não regressão, dos centros urbanos das áreas rurais.

Perante estas situações, a revalorização económica e social dos espaços rurais não passa pelo retorno a ideias passadas sobre *paraísos perdidos*, nem pela reabilitação de métodos funcionalistas nas comunidades locais, nem ainda pela simples indagação dos efeitos locais aquando da sua inscrição nos quadros dos processos globais de mudança. As transformações globais são um desafio para as áreas rurais, trazendo conseqüentemente novas perspectivas de desenvolvimento. Esta aposta acaba por obrigar as populações, actores socioeconómicos locais e organismos de desenvolvimento, a identificar, tanto impedimentos, como oportunidades dos territórios rurais, de forma a encontrar políticas e estruturas que se ajustem à realidade de cada zona. Cada espaço rural distingue-se pela posição geográfica, características demográficas e sociais, tecido económico, recursos naturais e humanos, e capacidade de iniciativa e inovação.

No entanto, as representações sociais urbanas do rural tendem a revalorizar este espaço social como lugar de conservação de modos de vida tradicionais por oposição a uma certa artificialidade contida nos ritmos de vida citadina, representações que, nas

suas versões mais radicais, levaram Pierre Bourdieu a tomá-las como “resultado duma folclorização que transforma o campesinato numa espécie de museu e converte os últimos camponeses em guardas florestais duma natureza transformada em paisagem para os cidadãos.”²⁰.

Os primeiros indícios de uma percepção da fragilidade da natureza conhecerem-se no séc. XVIII, contudo, é no período romântico (até meados do séc. XIX) que os problemas ambientais ganham algum destaque.

A *fetichização* do rural tem profundas raízes e assenta numa valorização da natureza como objecto de desejo. Esta atitude romântica face ao rural evoluiu e hoje apresenta-se sob a forma de quatro tendências:

- «Movimento de renaturalização», centrado na conservação dos valores naturais;
- «Procura de autenticidade» que conduz à valorização das identidades e memórias genuínas num mundo cada vez mais globalizado;
- «Mercantilização das paisagens» como resultado do aumento do tempo de lazer e consequente procura de espaços para turismo e recreio.
- «Noção de ameaça», que pretende reflectir as atitudes de *fetichização* motivadas por um sentimento de medo que decorre da crescente consciencialização da população relativamente à escassez dos recursos e aos problemas ambientais (poluição do ar ou contaminação da água) na sua própria qualidade de vida.

Todas estas atitudes correspondem a uma reconceptualização do mundo rural por parte de largos sectores da população urbana, um mundo que integra raras características ambientais e as memórias do passado. É de referir que estas tendências se verificam quase exclusivamente em países ocidentais onde as questões do desenvolvimento sustentável e ambiente têm vindo a ganhar grande destaque.

Apesar de geralmente se considerar positivamente esta reconceptualização – porque gera um novo mercado de actividades associadas ao rural: caça, turismo, venda de produtos agrícolas tradicionais, artesanato, lazer, desporto, visita e fruição das paisagens – na verdade, ela corresponde essencialmente a uma valorização *fetichizada*

²⁰ Cf. FERNANDES, Rui - Ambiente e desenvolvimento: da morte à ressurreição do Alviela. In CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5, Braga, 2004 – Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção : actas. Braga : 2004. p. 99.

dos aspectos do rural, orientada para o consumo, para a musealização ou sacralização dos espaços e actividades.

Desta forma não é de surpreender que existam visões desiguais, geradoras de conflitos entre os habitantes e os fruidores ocasionais. Em parte porque ambos valorizam características distintas de um mesmo rural: os primeiros, numa visão utilitarista, tendem a dar importância aos recursos como base da actividade humana, enquanto os segundos adoptam uma atitude conservadora face a esses mesmos recursos, muitas vezes procurando um rural puro, encenado, esvaziado do seu conteúdo social.



3. O PATRIMÓNIO

3.1 – Património Cultural

Definir património é uma tarefa estimulante, pois amplia horizontes a cada adjectivo associado a esta palavra. Pode-se falar em património como uma expressão cultural que empresta identidade a um grupo social no qual o olhar e a apreensão humana definem e qualificam o património nas suas distintas significações.

Repensar o património, hoje, exige a compreensão da rede de conceitos que o envolvem, associando-o incondicionalmente à tradição histórica, a monumentos que delimitam um determinado perfil e mesmo ao território.

Independentemente do uso político que lhe possa ser atribuído, o património esteve voltado, desde sempre, à formação da identidade. Mais tarde, já no século XX, houve uma variação no seu sentido, passando este a ser entendido como mercadoria e atracção turística¹. Obter algo a partir do passado terá sido a causa geradora deste interesse pela preservação de um artefacto humano, seja ele uma edificação ou um conjunto arquitectónico. Surge assim a necessidade de associar à rede de conceitos que definem o património, as teias tecidas pelo turismo, desenvolvimento, economia e mesmo a comunicação de massas.

Dispensável será dizer que essa busca de experiências do passado, à luz de evidências do presente, é oferecida, na maior parte das vezes, como entretenimento. Perde-se assim a oportunidade de promover a chamada educação patrimonial, que ao invés de apontar o significado que ele atribui a um povo, opta por revelar o artefacto no seu estado de *declínio*.

Torna-se então necessário descortinar formas de manter a edificação em uso e meios para administrar a sua conservação, contrariamente à simples renovação de áreas, de propósitos essencialmente turísticos.

¹ Cf. PAULINO, Fernando Faria - "Imagem", *Imagens: impressões, expressões...* [Em linha]. (Consult. 22 Mar. 2009). Disponível em WWW:<URL:<http://impressoesexpressoes.blogspot.com/2007/06/imagem-o-termo-imagem-um-conceito-cuja.html>>.

3.1.1 - Património cultural como o espírito do lugar

A noção de património é frequentemente invocada em relação à invocação do desaparecimento de recursos naturais e culturais face a um cenário de *morte*. Contudo, património cultural poderá exprimir-se pela solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens culturais que o identifica, não podendo, no entanto, ser algo que promova apenas cumplicidades sociais.

A patrimonialização não é apenas uma barreira ao esquecimento, mas também um instrumento de afirmação e legitimidade de determinados grupos sociais como estratégia de captação de recursos e de transformação identitária de lugares. Assim, o património é um reflexo do futuro, mais que do passado, sendo que se trata de uma reacção contra o desaparecimento que tem por objectivo promover a regeneração respondendo às necessidades da sociedade futura.

Nos meios rurais, a patrimonialização de elementos geográficos e paisagísticos, bem como de produtos agrícolas locais e de valores e costumes típicos, tem vindo a tornar-se tão importante quanto a patrimonialização das construções rurais e dos saberes agrícolas artesanais que encaminham para a noção mais comum de património rural. Tradicionalmente, o património rural remete para as construções que despontam da estética involuntária de uma arquitectura vernacular e, por outro lado, às técnicas e utensílios que materializam o *saber-fazer* do mundo rural.

O magnetismo suscitado por estes lugares associados a uma ideia de natureza, deve-se ao facto deles se constituírem como um campo de investimento patrimonial quer em termos culturais, quer em termos ambientais e ecológicos.

Desde logo, há que apontar que a noção de *lugar* não remete unicamente para as coordenadas do local. Ela veicula a ideia de *raízes* e de um *enraizamento*. O património, além dos artefactos que o formam, é, acima de tudo, uma representação desses ideais de singularidade e de continuidade. Enquanto construção, essa representação procura destacar o seu carácter ímpar que remete, não só, para um mito das origens de um dado grupo social, como se oferece enquanto instrumento incontornável do seu futuro.

O património torna-se um símbolo identitário de um grupo ou de uma configuração social em *vias de extinção*, convertendo-se ele próprio em matéria de representação

e de transmissão patrimonial, declarando assim que os processos de patrimonialização se tendem a confundir com os processos de territorialização devido à elasticidade que a própria noção de património adquire.

Tomando o “Programa das Aldeias Históricas” como exemplo, poder-se-á dizer que este “resulta de uma preocupação em criar símbolos da ruralidade profunda, num país que se urbanizou rápida e drasticamente”². Reabilitadas, e não escassas vezes exacerbadas enquanto representações territoriais e patrimoniais, estas configurações espaciais apontam para um património que se tornou “ideologia territorial”³ de uma sociedade que, parecendo atónita perante uma transformação súbita, sente a necessidade de se pensar e de se idealizar a si própria enquanto outra.

Se os objectivos iniciais deste programa visavam recuperar o património construído e acautelar os valores paisagísticos das aldeias apuradas, com a consubstanciação e multiplicação dos programas, novos objectivos foram fixados embora agora voltados para a dinamização socioeconómica das aldeias, a fixação e atracção de população e a criação de uma imagem e de um plano de animação para cada uma delas, fomentando assim a elasticidade da noção de património. A tónica em programas de animação específicos e na difusão de imagens positivas revela que o património corresponde, de facto, a uma segunda vida das coisas num contexto de promoção de novos usos e funcionalidades.

As recentes transformações dos meios rurais, a crise que os atravessa, a perda de centralidade das actividades agrícolas e os desafios que enfrentam, configuram um panorama de mudança identitária desses lugares. A regeneração destes lugares em crise passa, não só pela captação de novos residentes, visitantes, actividades económicas e mercados externos que absorvam os produtos da economia local, como pela transformação da identidade simbólica desses lugares. É neste contexto que a instrumentalização e a criação de símbolos, características dos processos de patrimonialização, activam a descoberta do património pelos meios rurais.

O processo de busca de um espírito de lugar revela que nenhum espaço está protegido por um valor simbólico permanente que lhe confira um estatuto patrimonial perene.

² PEIXOTO, Paulo – Desaparecimento do mundo rural. In CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, Coimbra, 2004 – A questão social do novo milénio. Coimbra : CES: FEUC, 2004. p.11.

³ Ibidem.

Qualquer artefacto patrimonial necessita, para sobreviver e perdurar, de ser alvo de uma reinvenção ou de uma reactivação por parte de um sujeito que o introduza no seu quotidiano. Assim, numa época de grandes transformações, a descoberta do património pelos meios rurais manifesta-se na constatação de que é necessário repensar certos espaços e objectos em função de novos usos, atribuindo-lhes outras finalidades e integrando-os nas dinâmicas do novo desenvolvimento local.

A ânsia revelada em promover símbolos de singularidade que se perderam na sombra dos tempos, sejam atracções naturais, paisagísticas, arquitectónicas, gastronómicas ou certas características dos seus residentes, indica que, nalguns casos, o património se tem vindo a distanciar progressivamente de uma dimensão retórica e folclórica, elevando-se à postura de variável estratégica do ordenamento e da promoção local.

O decurso da recente transformação do mundo rural, a *histeria* patrimonial e a procura de um espírito de lugar que o acompanham, tanto promovem situações em que a mobilidade sócio-espacial desemboca em formas de territorialização diversas e superficiais, como traduzem formas de ligação ao lugar baseadas em territorializações sedentárias. A criação de segundas habitações (de fim-de-semana) em meios rurais, o desenvolvimento de novas formas de lazer e de turismo (como, por exemplo, os chamados turismo verde e turismo em espaço rural), a procura de zonas rurais e peri-urbanas como lugares de residência fixa e o regresso dos emigrantes aos meios rurais, representam factores que conquistam uma maior atenção na análise da regeneração do mundo rural. O espírito de lugar que pode potenciar esta regeneração é, no fundo, um território patrimonializado, simbolicamente reinventado e reactivado, que pode funcionar como vector de novas identidades e sociabilidades e, nesse sentido, ajudar à ocorrência de novas dinâmicas locais.

3.2 - O Património e o Arquitecto

Afirmando-se como um acto profundamente enraizado nas matrizes da sociedade, a arquitectura, carrega em si todo o peso desta responsabilidade social, de gerar bem-estar, cultura, conhecimento e influenciar a vida de um todo e de cada um em particular que sente o espaço de forma individual.

A arquitectura influencia a sociedade, toca-a e muda o modo como as pessoas se relacionam no espaço, mas também é por ela influenciada. Adapta-se a ela e procura as respostas mais adequadas.

De facto, a sociedade necessita e vive do espaço. O espaço deve assimilar a cultura e englobá-la na criação e produção. Deste modo, o objecto arquitectónico tem de ser visto para além da sua imagem — que hoje é tão valorizada, qual fragmento estático. O edifício tem vida e é para ser vivido. O espaço deverá responder ao que o homem procura e às suas vivências, à sua definição de bem-estar, de conforto e de harmonia funcional, estética ou emotiva, do modo de ver, de se sentir e de se orientar nesse espaço. É função principal do arquitecto conhecer todas estas coordenadas espaço-temporais a fim de desempenhar da melhor forma o seu papel enquanto agente principal da organização do espaço e interlocutor da arquitectura com a sociedade.

De entre essas coordenadas, destaca-se o sentido do lugar como sendo uma das mais importantes, uma vez que acarreta valores específicos e uma história própria.

Contudo, se por um lado se pode considerar que a intervenção do arquitecto pode criar um novo espaço, também se pode considerar que se trata do mesmo espaço, mas com funções distintas das anteriores. Assim, o arquitecto não cria um novo espaço, modifica apenas as funções que nele têm lugar.

No panorama português, o tema das recuperações tem actualmente uma particular pertinência. A recuperação e a reutilização de edifícios e espaços surgem agora como uma atitude necessária. No entanto, requalificar o existente é submetê-lo a um novo afecto e a uma nova estratégia.

Neste sentido, e como refere o Arq. Jorge Figueira cada recuperação entra no campo do *design*, na concepção de objectos que determinam a *figuração* do espaço, onde o arquitecto lida com a *memória* quando distingue aquilo que *permanece*, pretendendo atingir, para além do efeito fragmentário, unitário e indeciso, uma visão de conjunto que vincule o projecto ao existente, à regra e às excepções, permeando o *antes* na direcção do *depois* do edifício.⁴

⁴ Cf. NEVES, José Manuel das - **Casas recuperadas**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2006. p. 4.

3.2.1 – O papel do Arquitecto no processo de intervenção do património

O arquitecto é um ser de inquieta procura do novo e ideal. O seu espírito reflexivo omnipresente e interventivo é qualificado muitas vezes por um ser incómodo dentro de uma sociedade conduzida e regida por poderes. Como criatura livre e autónoma, o arquitecto tem o poder e a obrigação de conceber novas formas de habitar, desenvolver sentimentos e, fundamentalmente, criar na sociedade um espírito de serpensante sobre o *modus operandi* corpóreo e universal. Ao trazer novos mundos ao mundo, o seu poder, rege-se por uma simplicidade humana e para o humano.

A arquitectura sempre procurou na sua história modos de responder ao presente e ao futuro, e assim, tal como a tradição, deve evoluir analogamente com o homem. Fazer arquitectura é inovar e não fazer à *antiga*, é investigar e criar, é fazer algo novo. Novas circunstâncias implicam novas respostas e novas soluções. A arquitectura deve ser feita para as pessoas de hoje e não de ontem. Fazer antigo ou fazer na traça portuguesa é uma mera linguagem de venda e tem apenas valor comercial, não valor arquitectónico⁵.

O modelo da Casa portuguesa é um dos exemplos mais recorrentes de formas de apego ao passado e à dita traça *tradicional*. É efectivamente um dos mais visíveis talvez por ser mais comum, mais comunicável, menos experimental e assumidamente aceite ao longo de várias gerações. No entanto, este modelo, utiliza textualmente elementos do passado, conceitos e modos de vida desse mesmo tempo, para tentar responder às circunstâncias actuais. Facilmente copiados e repetidos gratuitamente, esses elementos são assim descontextualizados e desprovidos de significado.

A preservação da história e de um dado acontecimento ou modo de fazer, é louvável, quando genuíno, e passível de ser perpetuado. Caso contrário, a perpetuação de determinadas matrizes formais pode significar trair a memória colectiva, recorrendo a formas descontextualizadas e fora de época.

O “Inquérito à Arquitectura Portuguesa” veio precisamente confirmar que não é a cópia de modelos passadistas, de formas ou elementos decorativos, que torna

⁵ Cf. COELHO, Carolina – *A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje*. Coimbra : [s. n.], 2008. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura. p.24.

genuínos os modelos presentes. Do passado devem ser tiradas lições de coerência, economia, funcionamento e não tipos e formas superficiais levianas.⁶

Fernando Távora, cuja posição é ainda hoje actual e considerada uma perenidade na arquitectura portuguesa, também se insurgiu contra esta postura de falsear modelos genuínos através de recursos a matrizes formais não autênticas. Para este arquitecto era fundamental deslindar o genuíno do falso e contestar por completo o recurso às formas antigas, recusando o uso errado do passado, por oposição ao que dele se pode retirar, não formalmente mas a nível do seu carácter pedagógico.

Se por um lado podemos encarar o passado como parte do que somos hoje, como resultado de um percurso até ao presente⁷, por outro, podemos equacionar que uma sociedade estabelece uma continuidade através do tempo, de persistência das suas tradições, comportamentos, crenças, onde a reacção ao passado é um sentimento individual e subjectivo, tendo em conta que o sentido crítico do homem enquanto ser humano, não lhe permite uma atitude passiva mas sim, uma reacção própria e crítica ao que lhe é apresentado.

A mudança é assim inevitável e inerente a qualquer sociedade, permitindo o ajuste às novas circunstâncias, à criação ou reformulação das crenças e dos modelos.

Segundo Távora, há que valorizar a história e tratá-la como um percurso. Há que defender o passado, enquanto memória e valores, actualizando-o, acompanhando-o e orientando-o em formas contemporâneas, construindo assim uma visão histórica de tudo, como se de uma introdução no tempo se tratasse.⁸

Manuel Graça Dias, por sua vez, afirma que é necessário esse conhecimento histórico para se adquirir memória e a para que esta possa ser usada no futuro, não numa continuidade consciente mas através das nossas raízes.⁹

Ana Tostões assume que não há o hoje sem o ontem, assim como não há criação sem memória e originalidade sem a experimentação.¹⁰

⁶ Associação Arquitectos Portugueses, ed. - Arquitectura popular em Portugal. 3ª ed. Lisboa : Associação Arquitectos Portugueses, 1988 – introdução.

⁷ Cf. COELHO, Carolina – **A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje**. Coimbra : [s. n.], 2008. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura. p. 27.

⁸ TÁVORA, Fernando – Para um urbanismo e uma arquitectura portuguesas. Jornal O Comércio do Porto. Porto. (1953). p. 12.

⁹ GRAÇA DIAS, Manuel – 2000-2004: Porque “adequado”? JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005). p. 222.

¹⁰ Cf. COELHO, Carolina – **A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje**. Coimbra : [s. n.], 2008. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura. p. 28.

Já Corbusier, por exemplo, vê o passado descontextualizado. O valor da obra do passado é igual ao das obras do presente, pois a obra não tem época, constituindo apenas um dos muitos fragmentos da memória, condicionando posteriormente o acto criativo. Daí afirmar que podemos estar mais próximos de obras antigas do que das mais recentes.¹¹

Há, de facto diferentes, formas de encarar ou refutar o passado. Homens como Viollet le Duc, William Morris, Borromini e Benini, Van de Velde, constituem exemplos de figuras esclarecedoras do passado com experiência clássica, mas que optaram por uma via integrada no seu tempo ou um caminho que melhor replicava às necessidades de então. Pessoas que optaram por uma atitude diferente para serem fiéis ao seu tempo, mas sempre com um olhar crítico perante o passado.

"[...] a arquitectura é a arte de organizar o espaço, melhor: a arte de organizar as relações do homem com o espaço."¹²

Assim sendo, a arquitectura deve conseguir dar resposta à realidade na qual se vai imiscuir e da qual vai colmatar as necessidades.

A necessidade de abrigo é uma necessidade básica e um direito inalienável do homem. Porém, a arquitectura deve ir para além disso, deve instituir sentimentos de pertença ao espaço, de bem-estar, de conforto, deve ser uma *organizadora* de espaço mas acima de tudo a sua preocupação deverá relacionar-se com a qualidade.

O arquitecto deve assumir um compromisso com a sociedade enquanto técnico criador de espaço vivencial e não autor de uma arte de luxo, marginal e supérflua, pois ao intervir num determinado espaço e ao implantar naquele lugar concreto, a obra vai gerar uma nova percepção desse espaço, novas vivências, novo modo de ver, de viver e de se orientar.

Ao recuperar valores relacionados com a cultura dessa sociedade, com a sua história, com a sua memória, a arquitectura não procura um mimetismo do passado e um mero formalismo, procura entender, integrar-se nela e estabelecer plataformas de relação entre o novo e o velho, respeitando especialmente essa sociedade e os seus valores, as suas estruturas e a sua organização social.

¹¹ Ibidem.

¹² TAÍNHA, Manuel – Arte, profissão, modo de vida. *JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004*. Lisboa : Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005). p. 164.

O desejo expresso de preservar o património pode significar, não só a preservação da memória, mas também a incompreensão do momento presente e a procura, uma vez mais, da segurança que o passado transmite. A preservação de obras feitas no passado pode impedir a criação de novas obras, mais adequadas às circunstâncias do momento, e assim, muitas vezes, esta preservação não está a construir memória, mas sim a destruir as possibilidades do presente.¹³

Hoje a preocupação com a preservação do património adquiriu grande presença. A reabilitação do património remete-se para o passado, para o turismo e para a era em que vivemos. A obra poderá então ser encarada de diferentes formas, tal como se encara de diferentes modos a importância do passado para o presente. Por um lado, podemos encarar a protecção do património como a criação de objectos com um novo uso: a observação, transformando-os em objectos estáticos no tempo. Por outro lado, quando genuíno, o património é o reflexo da nossa história e da vida, nunca estático mas representativo do dinamismo do percurso humano.

Todavia, tem-se constatado nas gerações mais novas, a vulgarização e respectiva banalização da história da arquitectura em prol de uma nova abstracção que se ergue em notável relação com a filosofia¹⁴.

A *arquitectura de vaidade*¹⁵ não pode ter lugar nas intervenções em património. Para além de prisioneira na falsidade do tempo presente, emerge transitoriamente numa nova identidade desligada do passado.

A arquitectura de hoje deve ser contemporânea, deve ser actual, dar resposta às necessidades efectivas actuais e estar de acordo com a sociedade, sem distâncias, sem tempo nem espaço, que é a sociedade de hoje e será cada vez mais a do amanhã. A arquitectura que se decide fazer naquele momento, é o resultado de decisões contemporâneas.

¹³ COSTA, Alexandre Alves – O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade. *JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004*. Lisboa : Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005). p. 292-293.

¹⁴ Cf. COELHO, Carolina – **A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje**. Coimbra : [s. n.], 2008. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura. p. 31.

¹⁵ MESTRE, Víctor – Intervenções contemporâneas em património paisagístico, urbano e arquitectónico: a cura pela morte. *Revista Arquitectura Ibérica*. Casal de Cambra. 12 (2006) p. 53.



4. O TURISMO

4.1 – Um Fenómeno chamado Turismo

O fenómeno turístico é uma actividade dinâmica, em constante transformação, fundado essencialmente num sistema económico de oferta / procura, onde vão surgindo novas formas de turismo, cada vez mais sofisticadas – o turismo em espaço rural, as viagens de aventura, a paixão pela natureza ou pelo exótico de outras culturas. O turismo foi-se adaptando aos novos requisitos do mercado, tornando-se os locais e as actividades em simples produtos para consumo.

O turista torna-se assim num cliente sedento de consumo e de um conhecimento baseado essencialmente no olhar turístico que a viagem lhe proporciona. Daí provém o seu interesse pela natureza e pela cultura que, de uma forma indubitável, considera estarem no limite de um desaparecimento eminente. Interessa-se assim pelos habitantes locais, pelas suas identidades, pela sua cultura material, pelas suas raízes históricas, pelo seu passado, tendo sempre em mente um profundo sentimento de nostalgia, que estimulam recordações, espaços e tempos mais imaginados que vividos¹. Essa nostalgia pelo passado e pela memória é protagonizada particularmente pelo turista proveniente dos centros urbanos, que procuram noutros lugares o tradicional, dando origem a uma incessante procura de expoentes icónicos, indiciais ou simbólicos, que possam cumprir a função de autenticidade dos lugares visitados, geralmente em ambiente rural ou com uma forte relação com a natureza.

À actividade turística interessa esta dialéctica de tradição/modernidade, passado/presente, natureza/cultura, que ratifica ideologicamente as diferenças nos modos de vida, nos processos sociais, nas representações. Contudo, tradição e modernidade, ou passado e presente, não podem ser examinados enquanto conceitos estáticos. Uns existem por força da existência dos outros.

A característica estática, que regularmente se encontra associada à tradição, deixa de fazer sentido. Assim, a autenticidade terá de ser encarada enquanto processo de constante construção e reconstrução do lugar, do passado, da cultura, cujo impulso é igualmente desempenhado pelos habitantes locais.

¹ SANTANA TALAVERA, Agustín - Patrimonios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* [Em linha]. 1:1 (2003) p. 6 [Consult. 13 Abril 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.pasosonline.org>>.

O turismo surge assim como um processo de metamorfoses que obriga a (re)ler o passado e o presente, a (re)adaptar significados. Estes processos são em si mesmos componentes culturais dinâmicos, cujos protagonistas não poderão ser nunca sujeitos passivos do sistema cultural no qual se inserem. As suas experiências, as adaptações, as suas (re)construções e a sua imaginação transformam-nos em elementos de inovação e mutação, na maioria das vezes resultado da influência externa estimulada pelo próprio turismo. De entre estas influências, há um papel particularmente interessante de ser analisado: o papel desempenhado pelas imagens presentes na publicidade da indústria turística.

4.1.1 - O Papel do turismo no *renascimento* do rural em Portugal

A propósito do papel do turismo como factor de desenvolvimento para as áreas rurais, é de facto evidente que *“quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar como apoio à agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde, ou seja, o turismo integrado nos espaços e nas sociedades rurais”*². Esta tem sido, efectivamente, a estratégia seguida, quer no âmbito da União Europeia, quer em Portugal ao longo da última década.

O turismo rural tardiamente foi reconhecido institucionalmente em Portugal, ainda que o Estado tenha tido um *“papel decisivo como impulsionador da constituição de uma oferta rural privada de alojamento turístico, sempre de muito pequena escala e diversificada nos tipos, nos modos de inserção local e nos serviços complementares oferecidos”*³. O papel do Estado manifestou-se sobretudo na criação de instrumentos jurídicos e financeiros para avaliar as ofertas e enquadrar a criação e exploração das unidades de turismo rural. Se em 1983 houve o reconhecimento institucional deste tipo de turismo como sendo de conveniência pública, pode-se dizer que só a partir da adesão do país à União Europeia em 1986, e no contexto dos diversos programas e medidas de desenvolvimento rural aplicados em Portugal desde então, o turismo

² Cf. FIGUEIREDO, Elisabete - «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar?», algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Encontro de turismo em espaços rurais e naturais, 1, Coimbra, 2003 - TERN: *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: actas. Coimbra : Instituto Politécnico de Coimbra, 2004. p. 66.

³ CAVACO, Carminda – *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999, p.144.

começou a ser visto como instrumento de desenvolvimento.

Só a partir do início da década de noventa, o turismo se traduziu como parte integrante das políticas da União Europeia. A oferta de alojamentos turísticos associados ao espaço rural (turismo de habitação, agro-turismo, aldeias de tradição, turismo rural, etc.) foi-se intensificando, quer pelo incremento do número de unidades, quer pelo aumento da procura, ou ainda pela diversificação de actividades relacionadas⁴. Para esta consolidação, os programas europeus como o LEADER, o RIME e o SAJE foram fundamentais.

Assim, o turismo é, actualmente, em Portugal, como no contexto da maior parte dos países da União Europeia, encarado como uma importante ferramenta de desenvolvimento rural. Tal reflexão é nítida na maior parte dos programas e medidas de desenvolvimento para as áreas rurais que, analogamente com a revitalização ou redefinição da actividade agrícola, apontam o turismo como o *elixir* para os problemas com que as áreas rurais se debatem presentemente. Deste modo, o turismo tem vindo a ser reconhecido institucionalmente *“pelas suas potencialidades como factor de desenvolvimento, a várias escalas, da nacional à local. São com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, directos, indirectos e induzidos”*⁵.

Sendo uma acção transversal que se apoia e complementa noutras actividades, particularmente a agricultura, o turismo interfere necessariamente nos contextos socio-económicos a diversos níveis: demográfico, de emprego, ambiental, cultural. Neste mesmo sentido, os contributos do turismo para a revitalização da base social e económica das áreas rurais são relativamente difíceis de avaliar. Pode-se referir, que até agora, em Portugal *“o turismo em espaço rural tem pouco significado (...) em termos dos seus efeitos económico, ambientais, sociais e outros; tem no geral, também pouco significado ao nível das comunidades locais”*⁶.

A estes aspectos, de cunho essencialmente económico, surge o papel do turismo na reinvenção do rural em Portugal mais do que na sua dinamização. Ainda que merecedores de maior reflexão teórica e sobretudo de mais distinção empírica, estes aspectos relacionam-se com a afirmação de que *“o turismo em espaço rural*

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem, p.143.

⁶ Ibidem, p.145.

(...)constituindo embora um importante factor de diversificação da oferta turística, decisivamente não tem cumprido o seu papel, nomeadamente ao nível da necessidade de encontrar novas vocações para o espaço rural”⁷. Tal situação fica a dever-se principalmente ao facto de se tratar de uma actividade de natureza familiar e àquilo que pode ser denominado como um processo “de desenvolvimento extremamente elitizado”⁸. Mais do que um instrumento de dinamização dos locais, o turismo rural em Portugal tem sido entendido e utilizado, ainda que a uma escala reduzida, como estratégia de recuperação e conservação do património pessoal e familiar assim como mecanismo de requalificação do património cultural e natural das aldeias. A esta requalificação parece prefigurar um procedimento em que o rural é *recodificado* pelas suas funções de salvaguarda de memórias do passado, das tradições e do ambiental, protagonizada predominantemente pelos *não rurais*.

Em Portugal esta requalificação ou recodificação do rural tem subjacente um duplo *consumo simbólico* por parte dos protagonistas e dos visitantes, onde a *profissionalização do típico* se constitui como reinvenção do rural, estruturadora dos novos produtos⁹. Porém, enquanto principal produtor dos espaços turísticos, através dos incentivos e medidas de apoio que divulga e implementa, o Estado surge como protagonista de um terceiro consumo simbólico. Através dos programas e medidas que propõe, o Estado veicula um rural que é palco para actividades especialmente de *actores secundários* ou *exteriores* que têm, face àquele espaço, representações muito diversas das dos seus habitantes. Assim, o rural proposto pelo Estado e *desejado* pelos visitantes é relativamente imóvel, preservado nas suas características mais tradicionais (desde a arquitectura até às actividades económicas, passando pelas manifestações sociais e culturais), como testemunham as aldeias incluídas no programa das Aldeias de Xisto.

Em Portugal o turismo rural parece dar origem sobretudo a um processo com base na perpetuação de particularidades que, em muitos casos, deixaram já de fazer parte do quotidiano rural¹⁰ e “*embora as áreas rurais tenham desde sempre atraído visitantes (...), apenas nos anos mais recentes procuraram explicitamente desenvolver, imagina e*

⁷ Cf. CAVACO, Carminda – Desenvolvimento rural: desafio e utopia. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999, p.305

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem, p. 310.

¹⁰ Ibidem, p.305

*promover-se a si mesmas de um modo integrado, no sentido de se tornarem mais atractivas para os turistas e os investidores*¹¹.

Estas estratégias de *reinvenção* ou *recriação* da imagem do rural estão assim intimamente associadas ao consumo turístico desse mesmo rural, passando pela comercialização da *genuinidade* e da *autenticidade* e pelo respectivo consumo. Neste sentido, pode referir-se que o turismo fortifica a *recriação* da ruralidade, através da transformação das características (reais ou idealizadas) tradicionais das áreas rurais em amenidades, em bens comercializáveis e em produtos consumíveis. Através da constituição do rural como *produto* que pode ser revitalizado, publicitado, vendido e comprado, estimula-se a competição entre os vários rurais e, de certa forma, favorece-se igualmente a reestruturação da própria identidade. Os lugares comercializados passam assim a oferecer semelhantes tipos de produtos *típicos* e *genuínos* aos visitantes.

Associadas à constituição do rural como um bem comercializável, as estratégias de *marketing* envolvem com muita frequência *“a construção ou fabrico selectivo de imagens particulares dos lugares que se relacionam intimamente com as dinâmicas da economia global e legitimam concepções particulares acerca de quais são as respostas políticas e Estatais mais ‘adequada’*¹².

Torna-se claro pensar, que as áreas rurais vocacionadas ou promovidas para o turismo em Portugal apresentem, num futuro mais ou menos próximo, bastantes afinidades, isto é, todos os rurais turísticos se assemelharão e tenderão a oferecer paisagens, festivais, alojamentos, etc., pouco diversificados.

Neste contexto, surge a questão *“quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar?”*¹³, não só em termos dos apoios estatais como da própria viabilidade socioeconómica desses mesmos espaços rurais.

¹¹ Cf. FIGUEIREDO, Elisabete - «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar?», algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Encontro de turismo em espaços rurais e naturais, 1, Coimbra, 2003 - TERN: *Turismo em Espaços Rurais e Naturais* : actas. Coimbra : Instituto Politécnico de Coimbra, 2004. p. 76.

¹² Ibidem.

¹³ FIGUEIREDO, Elisabete - «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar?», algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Encontro de turismo em espaços rurais e naturais, 1, Coimbra, 2003 - TERN: *Turismo em Espaços Rurais e Naturais* : actas. Coimbra : Instituto Politécnico de Coimbra, 2004.

4.1.2 - O Espaço Rural como espaço de “habitar” turístico

O aumento da frequência de populações urbanas, ou não locais, nos espaços rurais resulta regularmente na concepção e apropriação das áreas rurais como um bem de consumo e também como *património*. Esta situação tem importantes efeitos sociais visto que *“implica que o campo seja cada vez mais consumido como ‘espectáculo’. Imagens e símbolos poderosos tornam-se rapidamente bens comercializáveis”*¹⁴. Um dos mais marcantes efeitos desta situação repercute-se na disjunção entre as qualidades comercializáveis e os seus contextos histórico-sociais e a consequente perda de autenticidade dos locais e das formas de organização socio-económica tradicionais. As zonas rurais onde se averigua esta situação tornam-se, assim, espectáculos, cenários, geridos por estratégias de mercado e nomeadas como atracções onde até as qualidades ambientais se constituem em bens consumíveis. O consumo do ambiente e da natureza é realizado sobretudo através da sua transformação em paisagem, não como enquadramento das actividades produtivas, mas enquanto objecto a ser embelezado a fim da sua apropriação estética. O transformar do rural em *paisagem* surge assim como um método de combater a desertificação e o desaparecimento das espécies animais e vegetais e, particularmente, o desaparecimento de um determinado tipo de organização social e de práticas agrícolas. Estas concepções propendem, no entanto, a *folclorizar* e a *museificar* as culturas e os ambientes locais, visto a preocupação se centrar essencialmente na celebração, e consequentemente na perpetuação da identidade nacional. De forma paradoxal, são estes os redutos da autenticidade e da identidade procurados actualmente e consumidos pelos não rurais. Trata-se, em grande medida, de uma ruralidade recriada, na qual nem todas as imagens de autenticidade e de identidade são genuínas ou correctas.

No entanto, *“a imagem do rural é uma imagem muito positiva em quase toda a parte no mundo desenvolvido. A ruralidade pode ser um mito nos termos em que muitas pessoas a concebem - uma imagem de nostalgia, herança, natureza e cultura, enfatizando a associação romântica do Homem com a natureza, trabalhando em*

¹⁴ Cf. FIGUEIREDO, Elisabete - «Quantas mais ‘aldeias típicas’ conseguimos suportar?», algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Encontro de turismo em espaços rurais e naturais, 1, Coimbra, 2003 - TERN: *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*: actas. Coimbra : Instituto Politécnico de Coimbra, 2004. p. 70.

*harmonia, capturada em calendários ou postais de Natal através do mundo desenvolvido – mas é um mito poderoso que criou uma procura e em muitos casos, a compra de parte da paisagem rural*¹⁵. É este mito, enraizado em representações de uma vida simples, pura e ‘no campo’ que os meios de comunicação têm contribuído para propagar à sua audiência, sobretudo urbana. Todavia, não só os urbanos procuram as áreas rurais, como também estas chegam até ao urbano na forma de “lojas especializadas em mobiliário ‘de quinta’ e de bens alimentares, através dos quais os urbanos podem trazer o campo para casa, de um modo simbólico e funcional”¹⁶.

Efectivamente, o turismo, as visitas e as actividades de recreio e o lazer nas áreas rurais têm contribuído de modo decisivo para a *formação* dos lugares. Embora nos países mais desenvolvidos, as áreas rurais existam desde há muito como pólos de atracção, para os visitantes e turistas só “nos últimos anos estas áreas explicitamente têm procurado desenvolver-se, imaginar-se e promover-se a si mesmas, no sentido de se tornarem mais atractivas”¹⁷.

As áreas rurais, agora procuradas, visitadas e consumidas pelo turista que “procura ver a vida como ela é realmente, estar em contacto com os ‘nativos’, entrar no espaço íntimo do outro para ter uma experiência da vida real, uma experiência do autêntico”¹⁸ concedem aos territórios um sentido que, na maior parte dos casos, não está de acordo com as representações e as práticas das ‘pessoas do lugar’¹⁹. “Mas o turismo acaba por promover a preservação de recriações ficcionais da etnicidade transformando-se esta em bens que se vendem e se compram. A vida da aldeia torna-se algo para ver no repertório recreacional do turista, mais do que um complexo real de actividade social”²⁰.

Analogamente, este aumento de frequência das áreas rurais pelos não rurais, por razões particularmente associadas à sua melhor qualidade ambiental e à sua percepção como *espaços de memória*, coloca algumas questões associadas não só à identificação das distintas procuras e consumos do rural, como aos conflitos de representações e práticas face ao território e ao ambiente.

¹⁵ Ibidem, p.71.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem, p. 72.

²⁰ Ibidem.

Em primeira instância, as representações e as práticas dos utentes secundários (como principais agentes da procura e do consumo dos espaços rurais) e do Estado (como principal agente de elaboração de programas e medidas de desenvolvimento rural) admitem, usualmente, o esquecimento do carácter produtivo daquelas áreas, levando-os a assemelhar o campo à natureza, entendida na sua forma mais *pura* ou *natural*, sem a intervenção do Homem. Em segundo lugar, estas práticas e representações fazem emergir variados conflitos. *“Inevitavelmente uma tal variedade de pontos de vista pode resultar em desacordos relevantes acerca dos objectivos a atingir, das políticas e estratégias”*²¹.

A perspectiva urbana sobre o rural é predominantemente *“anti-utilitarista que tende a sacralizar partes da natureza sem ter em conta a sua utilidade económica”*²². Esta perspectiva é estranha aos habitantes rurais e às ligações que eles mantêm com o seu território, sendo que este constitui antes de mais um recurso, do qual depende a sua vida e, pontualmente, a sua sobrevivência. Se os urbanos têm do ambiente e território rurais uma visão essencialmente *estética*, os rurais têm desses mesmos aspectos uma visão a que, por oposição, se poderá intitular de *utilitária*. Do confronto destas duas visões ou culturas do ambiente poderão surgir conflitos mais ou menos importantes e mais ou menos evidentes.

*“O lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral”*²³.

Facto é que na própria vivência da paisagem rural, as comunidades vivem de um determinado espaço, atribuem um valor de ordem meramente produtiva ao mesmo, valor esse que ultrapassa a consciência ou inconsciência do seu vínculo à terra. No entanto, é igualmente considerável, que ao sentirem que principia a haver algo que começa a transformar o seu espaço de vida, aquilo que poderia ser visto como o progresso, entra em conflito com uma identidade que se começa a desvincular e a perder.

²¹ Ibidem, p. 73.

²² Ibidem.

²³ Cf. NARCISO, Carla Alexandra; VANMELLE, Sayil Jacques – Entre a serra e a planície: dualidade: da complementaridade do uso à sustentabilidade do ecossistema. Estudo de caso: Vila de Almodôvar – Baixo Alentejo – Portugal. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3, Santa Cruz do Sul, 2006 - Território, capital social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

4.2 – Criação da Imagem Turística

O termo *imagem* é conotado de várias formas e de vários significados. Uma definição fácil que envolva todos os seus empregos é algo extremamente delicado.

*“O termo imagem é pleno de conotações, umas abstractas (reprodução analógica de um ser, uma coisa qualquer; manifestação sensível do invisível e do abstracto, isto é, representação mental de origem sensível etc.), outras concretas (do domínio da física, da química, da matemática, da geometria, como a imagem da televisão, o cinema...), outras filosóficas, literárias, religiosas”.*²⁴

Depreende-se que indica algo que, embora nem sempre conduza ao visível, adquire alguns traços concedidos pelo *visual* e, de algum modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta. A imagem mediatiza-se por quem a produz ou reconhece. Neste sentido, procurar uma ligação entre a *imagem vista*, a *imagem cognitiva* e *imagem representada* é relacionar três domínios: o cognitivo, o emocional e o político. Procurando uma analogia, comparamos o domínio político à *imagem vista* (a visão), ao domínio cognitivo, a *imagem cognitiva* (a cognição) e ao domínio emocional, a *imagem representada graficamente* (como a fotografia ou o desenho).²⁵ A imagem turística pode ser assim classificada de três formas²⁶: a *global* que corresponde às ambições profundas, aos estereótipos que ultrapassam a conduta turística regional ou nacional, estando igualmente relacionados com os aspectos biológicos do espaço do homem; a *tradicional*, originária das experiências e da vivência da pessoa a qual se vai fixando paulatinamente ao longo do tempo e, usufruindo da cultura do turista, permitir-lhe-á *saborear* essas imagens. Por fim, a *actual*, relativa ao espaço criado pelos meios de comunicação, que segue os paradigmas da *moda* e padrões de beleza da sociedade actual.

Logo, quando se faz referência às imagens turísticas, reporta-se sobretudo ao meio ambiente onde se desenvolve a actividade turística em si. Enquanto psicologicamente

²⁴ Cf. SANTOS, Clézio - Imagem turística: uma introdução ao entendimento espacial do turismo. *Revista Unibero de Turismo e Hotelaria* [Em linha]. 1:1 (2004) p. 4. [Consult. 22 Mar. 2009]. Disponível na Internet:<URL:http://www.unibero.edu.br/download/revistaturismo>.

²⁵ Ibidem, p.5.

²⁶ Ibidem, p.7.

a visão é encarada enquanto sensação, a percepção é estabelecida como significado atribuído às informações colhidas pelos sentidos e pelas sensações.

A imagem turística sendo um caminho para a compreensão do ambiente, adota uma função primordial no processo de conhecimento, propiciando mudanças mentais no indivíduo. Da mesma forma o conceito de autenticidade se torna indispensável no processo de recepção de uma imagem. Não podendo ser reproduzido²⁷, é através dele que as imagens adquirem o seu valor.

No centro dos processos das nossas representações, da nossa produção de significados e das formas como comunicamos, está o papel desempenhado pelas imagens visuais que compõem o mundo de hoje. Muitos dos significados, produzidos e consumidos quotidianamente, de entre os quais se destaca a autenticidade, são veiculados visualmente.

O papel desempenhado pelas imagens na publicidade turística (sob a forma de catálogos, folhetos, cartazes, etc.) é indispensável no turismo enquanto processo de mercantilização da cultura²⁸. “A imagem talvez seja um dos temas de maior relevância quando se trata do turismo”²⁹. Nelas são inscritas representações simbólicas, atribuídas aos produtos ou serviços apresentados, fazendo com que, na aquisição de qualquer produto ou serviço nos dias actuais, seja um factor determinante. Neste sentido, as imagens terão de apregoar uma multiplicidade de significados, envolvidas em instantaneidade, fundindo tempo e espaço, bem como elementos de diferentes períodos históricos. Terão de ser altamente simbólicas, onde os destinos representados, enquanto lugares românticos, terão de estar carregados de beleza, paixão, nostalgia, apelando inúmeras vezes ao passado, à história e à memória, no intuito de fornecer ao turista a expectativa e o desejo de viajar. Assim, a grande maioria de catálogos turísticos mostra nas suas páginas junções de elementos icónicos, cuja omnipresença remete o leitor para um *encolhimento* do espaço físico e uma *compressão* do tempo. Desta forma, o mundo pode ser semioticamente apropriado e consumido sem que o conforto das casas seja abandonado.

²⁷ Cf. PAULINO, Fernando Faria - "Imagem", *Imagens: impressões, expressões...* [Em linha]. (Consult. 22 Mar. 2009). Disponível em WWW:<URL:http://impressoesexpressoes.blogspot.com/2007/06/imagem-o-termo-imagem-um-conceito-cuja.html>.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Cf. LEAL, Rosana Eduardo - Uma abordagem conceitual-reflexiva sobre a relação da comunicação com o turismo. *Revista Lâmina* [Em linha]. 1 (2005) p. 7. [Consult. 14 Maio 2009]. Disponível na Internet:<URL:http://www.ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-rosana.pdf>.

A primeira imagem de um lugar turístico compõe-se então por representações arquitectadas com base em muitas outras imagens, sendo essa representação sujeita, posteriormente, a um processo de (re) interpretação, a partir do momento em que se dá o confronto com o espaço real. O espaço turístico é assim recriado, originando novas imagens. Todos estes processos são de tal modo importantes no mundo do turismo, que intervêm directamente na construção do lugar turístico.

Contudo, as campanhas de propaganda turísticas não se dirigem apenas ao potencial turista / visitante. A sua estruturação carregada de valores e significados, apresenta às populações de acolhimento qual o seu património cultural, o seu passado e quais as suas memórias, determinantes para uma espécie de exaltação patriótica e respectiva (re)apropriação do património. De igual modo, o enaltecimento das paisagens origina uma reinvenção da natureza, metamorfoseando-a em património cultural.

A actividade turística abre assim portas à imaginação, tendo um papel activo, por vezes determinante, nas formas de ver e sentir o mundo. Na sua produção de sentido, as campanhas publicitárias da indústria turística exploram assim, não só a *realidade* como os *mitos* e a *imaginação*, onde o público-alvo não é somente o potencial turista, como também o habitante local, que terá um papel fundamental quando desempenhar a sua função de anfitrião. Desta forma, as imagens publicitárias de contorno turístico reclamam autenticidade enquanto estratégia de apelo ao consumo, manobrando em simultâneo a tradição e modernidade, passado e presente, algo unicamente realizável através da vivência e experiência turística no próprio espaço, num tempo definido, pois a sua reprodutibilidade é impossível.

Por outro lado, o conceito de autenticidade recorre igualmente a uma representação mental dos turistas sobre os habitantes locais. Trata-se de uma designação simbólica segundo a qual só são genuínos quando são tal como os turistas os imaginam.

É desta forma que o turismo se *coisifica* e se converte em imagens fixas, em objectos de museus, num processo semelhante às representações simbólicas, remetendo-se assim a algo que *fossiliza* os habitantes locais e respectivas práticas, os seus espaços, de tal forma que deixa de haver lugar para qualquer tipo de prática reflexiva por parte do turista³⁰.

³⁰ PAULINO, Fernando Faria - "Imagem", *Imagens: impressões, expressões...* [Em linha]. (Consult. 22 Mar. 2009). Disponível em WWW:<URL:<http://impressoesexpressoes.blogspot.com/2007/06/imagem-o-termo-imagem-um-conceito-cuja.html>>.

4.2.1 - Os programas de revitalização das aldeias como agentes promotores de imagem

Nos últimos anos, assiste-se em Portugal a uma crescente centralização das atenções e esforços, por parte dos diversos organismos responsáveis pela concepção e implementação das políticas de desenvolvimento rural, na recuperação patrimonial e na revitalização económica das aldeias. Raros são os projectos, nacionais ou regionais, que não contemplam uma medida ou acção destinada a financiar acções de requalificação arquitectónica e urbanística e de valorização do potencial turístico dos aglomerados rurais com o objectivo, mais ou menos explícito, de minimizar as ameaças de esvaziamento demográfico e de declínio económico e social com que se debate o mundo rural, sobretudo das regiões do interior.

O primeiro, lançado em meados dos anos noventa, no âmbito do Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR), abarcou dez aldeias da Região Centro, todas elas detentoras de um património histórico e arquitectónico evidente e valioso. Teve como principal propósito estancar o processo de degradação patrimonial e económico, contemplando, numa primeira etapa, um conjunto de acções de natureza infra-estrutural: recuperação dos monumentos e das fachadas das casas, enterramento de cabos eléctricos e de comunicações, criação de novos alojamentos turísticos, qualificação dos espaços públicos e melhoramento dos acessos. Só a partir de 1998 houve a necessidade de passar à etapa da dinamização socio-económica, de forma a tornar as aldeias não apenas visitáveis, mas também habitáveis. Relativamente aos Centros Rurais, a iniciativa partiu do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Ministério do Planeamento e do Ministério do Emprego e da Segurança Social, e apresentou como objectivos, a melhoria da qualidade de vida das populações e respectiva valorização dos recursos locais, nomeadamente patrimoniais, turísticos e agrícolas.

Com o arranque do III QCA (Quadro Comunitário de Apoio), proliferaram as intenções governamentais de ampliar estas experiências a outras regiões do país, em zonas de baixa densidade populacional e com problemas de desenvolvimento. Em termos geográficos surgem desde logo definidas as grandes prioridades nacionais: Alto Minho, Côa, interior do Algarve, Alentejo – onde se previa criar uma rede de “Aldeias da

Água", em torno da barragem do Alqueva - e no Vale do Douro, onde surgiu o Programa das "Aldeias Vinhateiras". Para além destas iniciativas são conhecidos inúmeros programas na mesma linha, dos quais o exemplo mais mediático é o projecto das Aldeias de Xisto, analisado no capítulo seguinte.

Note-se, no entanto, que estas intervenções não são nem novas, nem revolucionárias. No final dos anos trinta, António Ferro desenvolveu e organizou o Concurso da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal" procurando motivar as elites rurais e o povo a *alindarem* as suas aldeias, como suplemento à salazarista política dos melhoramentos rurais e como forma de veicular os valores e os ideais do conservadorismo nacionalista do regime. Já nos anos sessenta lançava-se em Trás-os-Montes o Programa das Aldeias Melhoradas com objectivos muito similares. Ainda nesta região, no início dos anos oitenta, avança o programa de desenvolvimento rural (o PDRITM - Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes), que aludia para a criação de Centros de Apoio Rural (pólos de desenvolvimento), onde deveriam ser centralizados investimentos de melhoramento da qualidade de vida das populações (acessibilidades, saneamento básico, equipamentos escolares e de saúde), concebendo assim condições para a fixação da população, que beneficiaria ainda das intervenções em prol de um desenvolvimento agrícola assinalado pela modernização das estruturas de produção e pelo incremento da produção agrícola.

Contudo, o tempo tem vindo a comprovar que este paradigma não conduz a um desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, não afasta o fenómeno da desertificação. É, aliás, nas intervenções de carácter turístico que mais se tem verificado o paradigma da *fetichização do rural*. Por um lado, estes programas possibilitaram a proliferação de acções positivas: reabilitação do edificado e do espaço público, melhoria das acessibilidades e construção de equipamentos e infra-estruturas. Por outro lado, transformam núcleos rurais em espaços idílicos, "museus da ruralidade"³¹ mais vocacionados para a fruição dos cidadãos do que para a apropriação dos habitantes locais. Por isso mesmo, pensa-se ser oportuno questionar a forma e o modo como estes programas têm vindo a ser concebidos e implementados, sobretudo o seu real impacto em termos de desenvolvimento rural.

³¹ Cf. CAVACO, Carminda – Desenvolvimento rural: desafio e utopia. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999, p. 411.

Em primeiro lugar, trata-se de projectos impostos de *cima para baixo*, que não favorecem uma verdadeira participação das entidades locais e das populações desde a fase inicial do processo, estando por isso sentenciados a ser mais uma das variadas medidas das políticas territoriais sem enraizamento social e institucional local.

Em segundo lugar, trata-se de programas excessivamente norteados para as actividades turísticas, desprezando a realidade social e a base produtiva agrícola destes aglomerados. Ora, sem a manutenção das actividades agrícolas, nenhuma actividade relacionada com turismo rural poderá sobreviver.

Finalmente, em terceiro lugar, a aposta exacerbada em acções infra-estruturais em detrimento das acções imateriais, visto estas últimas se comprovarem mais difíceis de implementar devido à falta de dinâmicas locais, contudo, mais capazes de fixarem populações e de sustentarem, a longo prazo os processos de desenvolvimento rural.

Importa assim rever a natureza e a lógica destes programas de revitalização das aldeias, no intuito de reforçar a participação das populações e dos agentes locais em todas as fases do processo, assegurando uma maior articulação entre as diferentes componentes infra-estruturais, sociais e económicas e evitando a tentação de transformar estas aldeias numa espécie de *reservas etnográficas* que mais não servem que alimentar um neo-ruralismo de cariz folclórico incapaz de resolver os principais problemas com que se debatem os territórios rurais.

UMA ALDEIA...



5. UMA ALDEIA ...

5.1 - Uma aldeia perdida na serra

Há quem diga que são aldeias esquecidas no meio da Serra onde o progresso tirou lugar às suas gentes para outras paragens, mas deixou outros bens preciosos: os sinais do passado.

Como é que a partir de um monte de pedras se vai construir um produto turístico? O trabalho tem que envolver três entidades para que o resultado seja positivo: as câmaras municipais ou autarquias, os recursos humanos com a sua capacidade técnica e as pessoas que vivem nas aldeias. São afinal essas pessoas e os seus antepassados que mantiveram até hoje intactas nesses espaços uma vivência e a ruralidade que hoje em dia o turismo começa a procurar e a valorizar. Sem elas, ou com a sua discordância, a preservação de pedras de nada valerá pois..... as pedras até podem ter uma história, mas alma é coisa que nunca terão.

5.2 - Programa das Aldeias do Xisto

A partir de meados da década de 90, deu-se na Europa o início de uma tendência de desenvolvimento territorial sustentado, que visava o desenvolvimento conjunto dos espaços rurais através do seu aproveitamento turístico. Tal reflectiu-se nos fundos estruturais europeus atribuídos a programas, tais como o Programa das Aldeias Históricas, desenvolvido em Portugal a partir de 1995.

Esta ideia, em conjunto com a “territorialização das políticas públicas, a valorização de recursos patrimoniais e o papel do turismo”¹, levou a que a experiência do Programa das Aldeias Históricas fosse novamente ensaiada com o Programa das Aldeias Vinhateiras (Douro) e com o Programa das Aldeias Ribeirinhas (Alqueva).

Aparece assim no PORC (Programa Operacional da Região Centro) a medida II.6 do Eixo Prioritário II, fundamental no lançamento do Programa das Aldeias do Xisto.

A medida II.6, inserida na Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) no Pinhal Interior preconizava cinco vectores fundamentais de acção: o reforço e requalificação da

¹ CARVALHO, Paulo – Património construído e o turismo cultural nas novas políticas de desenvolvimento rural In JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE VESTÍGIOS DO PASSADO, 2, Miranda do Douro, 2006 – Vestígios do passado: actas. Póvoa do Varzim : AGIR, 2006.

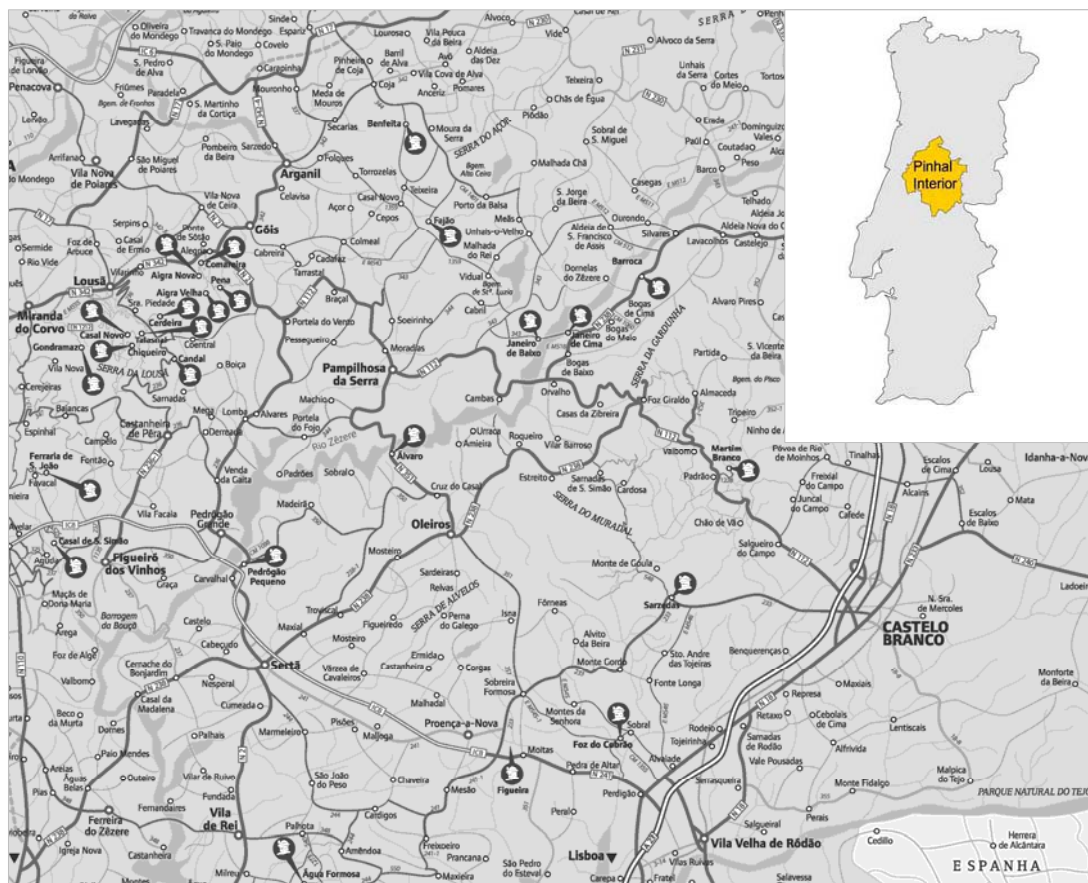


Fig.1 - Mapa de Localização das Aldeias de Xisto e da Região do Pinhal Interior.

capacidade de alojamento turístico; o apoio à animação turística; infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades; promoção turística do território e acessibilidades locais e transversais.

É a partir destes propósitos que são lançadas as linhas orientadoras do Programa, financiados posteriormente pela FEDER (III Quadro Comunitário de Apoios).

Surge assim o projecto da Rede das Aldeias do Xisto, liderado pela ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com 16 Municípios da Região Centro e com mais de 70 operadores privados que actuam no território, tendo inclusive uma gestão participada no Projecto da Rede de Praias Fluviais. De características exclusivamente ligadas ao património cultural, social e arquitectónico patente na região, este projecto tomou, desde logo, duas vertentes. A primeira, da requalificação física de edifícios, espaços públicos e recuperação de imóveis públicos e de imóveis privados, bem como de infra-estruturação (abastecimento de água, saneamento, electricidade, telefone), sempre preservando a autenticidade dos lugares. O segundo aspecto foi o da formação, dando competências em áreas como atendimento turístico, gastronomia, tecelagem, pedreiros do xisto, entre outras. A qualidade de vida dos residentes, conservar a aldeia como um património cultural e promover as actividades económicas locais (unidades de alojamento ou de restauração, comércio de produtos locais, animação turística) são os objectivos finais².

O Programa procura assim atingir três dimensões distintas mas interdependentes: social, patrimonial e turística,³ cada uma com as suas finalidades:

Social - melhorar a qualidade de vida dos residentes, elevar a sua auto-estima, qualificá-los, fixá-los e atrair novos habitantes, potenciando pequenas economias locais; Patrimonial - Considerar o conjunto edificado “aldeia” como um valor patrimonial em si (o construído e o imaterial), enquadrando-a no património natural envolvente; Turística - Surgiu por associação natural ao projecto para fomentar o aparecimento de unidades de alojamento, criar elementos informativos na aldeia e motivar a atenção de agentes turísticos para a constituição de uma Rede das Aldeias do Xisto - marca de identidade do território.

² Afirmação de Bruno Ramos, coordenador do Plano Global do Desenvolvimento Sustentado das Aldeias de Xisto da Pinus Verde, em entrevista ao Jornal “O Despertar”. WWW:<URL: <http://www.odespertar.com.pt/sartigo/index.php?x=2074>> [Consult. 26 Fev. 2009].

³ WWW:URL:<http://www.ccdrc.pt/> [Consult. 24 Nov. 2008].

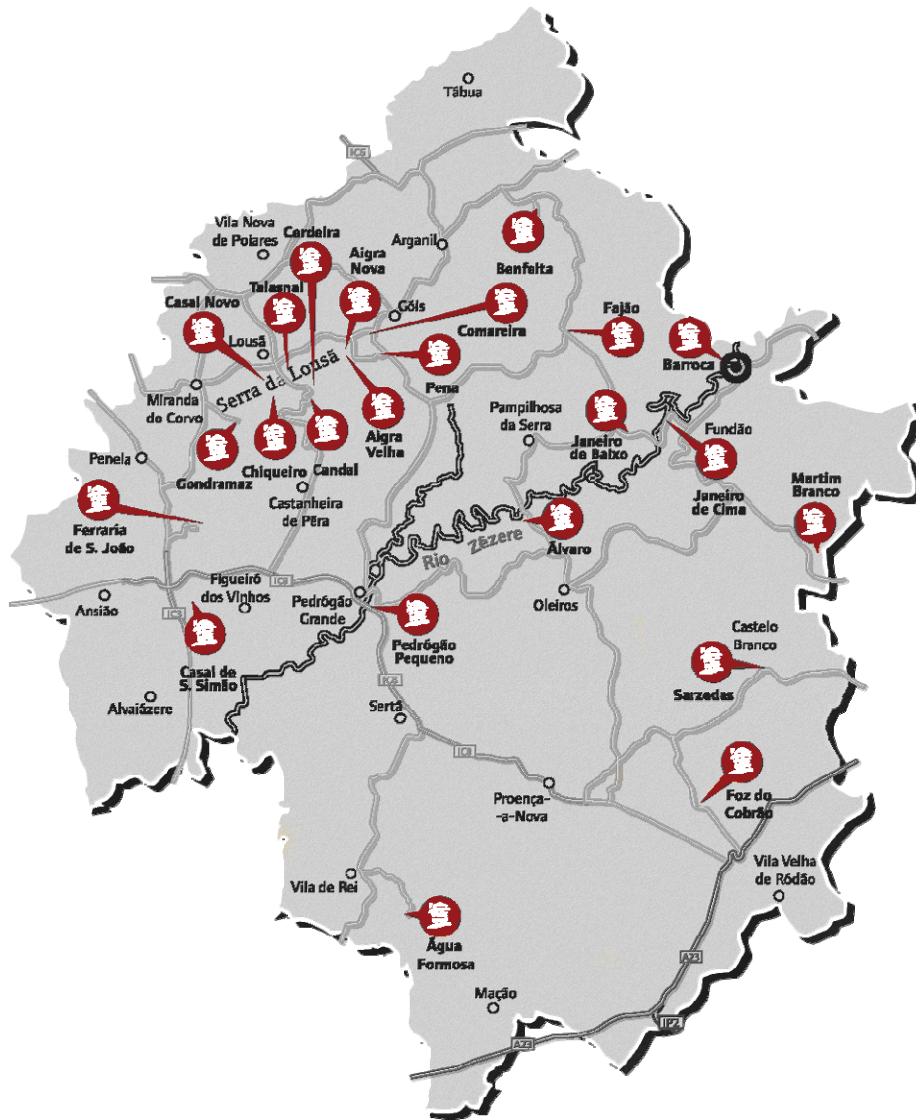


Fig.2 - Planta de localização das Aldeias de Xisto.

Apesar de pensado inicialmente para servir 21 concelhos, havia que estabelecer uma área de intervenção mais restrita. Foram então estabelecidas condições prévias de acesso ao Programa que passavam pela preferência de locais onde o material de construção fosse essencialmente a pedra xistosa e a madeira e que tivesse edifícios capazes de albergar serviços como museus, postos turísticos ou venda de produtos regionais.

Com as regras ditadas, coube aos municípios a elaboração do Plano por cada aldeia, por forma a traduzir a realidade local e estabelecesse propostas de intervenção no intuito que a requalificação dos territórios resultasse na melhoria das condições de vida e na potencialização dos locais.

Apesar da existência de outros investidores, aos quais foram igualmente atribuídos apoios e fundos, os principais agentes dinamizadores foram as Câmaras Municipais, onde a participação foi fundamental para o inventariar das pré-condições existentes e estabelecer o novo rumo a seguir ao nível das intervenções subsequentes.

Em 2005, na sequência do trabalho desenvolvido até então, e de parcerias com os 13 municípios, surge a *Pinus Verde* – Associação de Desenvolvimento para criar uma identidade e um destino turístico baseado na rede das Aldeias do Xisto, aproveitando desta forma as potencialidades únicas da região.

“O objectivo era fazer algo de diferente entre 2000 e 2006 numa zona que se deparava com a falta de identidade. Nada havia que marcasse o território”⁴. O projecto surgiu tendo sempre como ponto de referência, numa primeira fase, a recuperação do património edificado como parte de um conjunto de iniciativas mais alargado e que tem como principal objectivo a revitalização das aldeias serranas.

O xisto é então o elemento que une as 24 aldeias espalhadas pelo Pinhal Interior Norte e Sul, pertencentes a 16 Municípios da Região Centro, sendo que dez delas estão situadas na Serra da Lousã.

⁴ Citado por Armando Carvalho, coordenador da Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, durante uma palestra sobre o “Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias de Xisto” que decorreu na Escola Superior de Educação de Coimbra

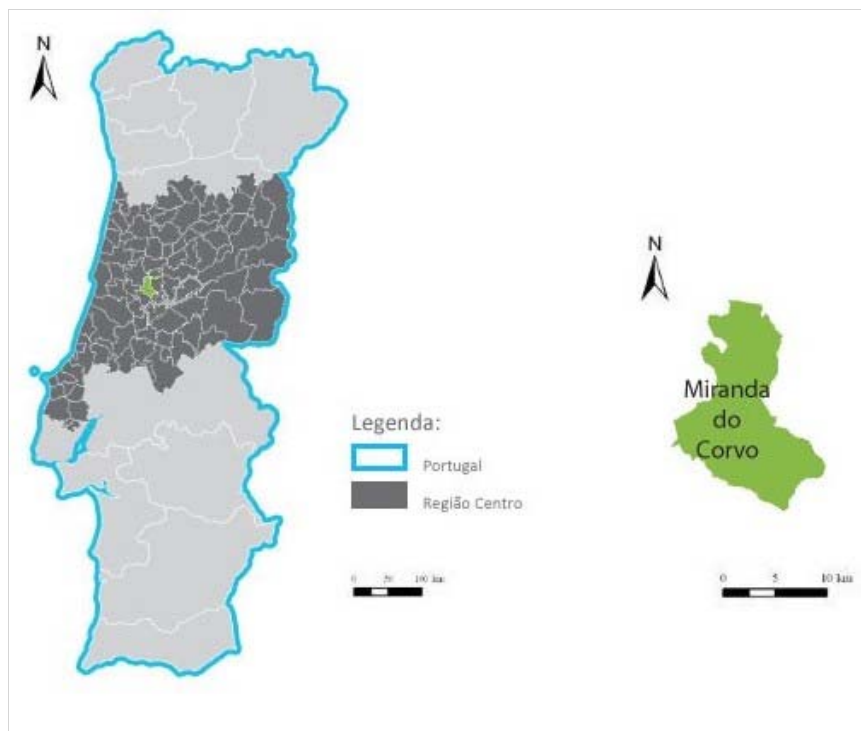


Fig.3 - Planta de localização do Concelho de Miranda do Corvo.

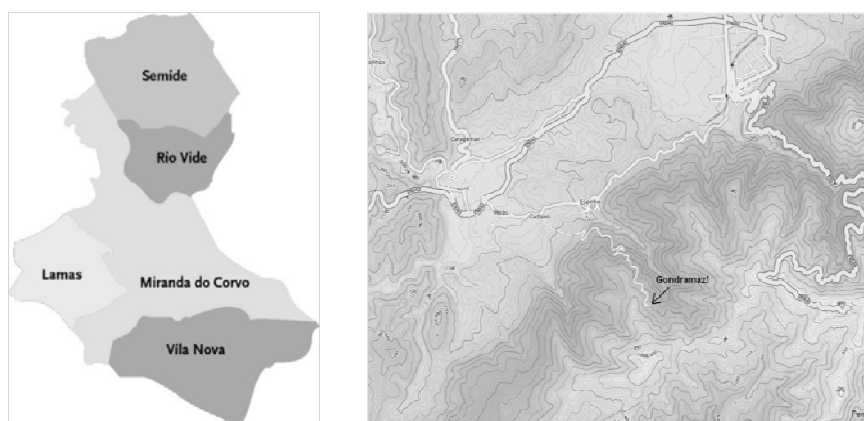


Fig. 4 e 5—Município de Miranda do Corvo e localização de Gondramaz na Serra da Lousã.

5.3 - GONDRAMAZ – antes

5.3.1 – Aldeia de Gondramaz – localização

Miranda do Corvo é uma vila portuguesa do Distrito de Coimbra, Região Centro e sub-região Pinhal Interior Norte, com cerca de 7.500 habitantes.

É sede de um município com 126,98 km² de área e 13.622 habitantes (2006), subdividido em 5 freguesias. O município é limitado a nordeste pelo município de Vila Nova de Poiares, a leste pela Lousã, a sueste por Figueiró dos Vinhos, a sudoeste por Penela, a oeste por Condeixa-a-Nova e a noroeste por Coimbra. O território do concelho de Miranda do Corvo é atravessado pelo Rio Ceira, o Rio Dueça e pelo Rio Alhedã.

Situada na vertente ocidental da Serra da Lousã, virada a Nascente, entre 600m e 650m de altitude, no Concelho de Miranda do Corvo, Freguesia de Vila Nova e a 9 km do centro de Miranda, ergue-se do solo uma aldeia que, de uma forma envergonhada, se mostra por detrás da vegetação - a Aldeia de Gondramaz.

Gondramaz é uma pequena aldeia de xisto encravada na serra da Lousã, cuja origem se perde nos tempos. Com apenas cinco residentes fixos, a aldeia foi alvo de um programa de reabilitação por estar inserida na Rede das Aldeias de Xisto. A tipicidade das suas casas e a peculiaridade dos seus moradores - de onde sobressai o escultor Carlos Rodrigues - faz desta aldeia um local a visitar e descobrir.

Com a evolução dos tempos e a busca de melhores e mais dignas condições de vida, a aldeia foi sendo substituída pela cidade, e estas comunidades onde fervilhava gente deram lugar a largos abandonados de conversas, onde aqui e ali se sentam apenas os que ficaram e esperam lentamente que o ponteiro dos segundos passe, ansiando que o Verão chegue e traga de volta aqueles que o vento levou para longe.

Durante a subida da montanha vamo-nos apercebendo de vários pontos de miragem sobre a vila de Miranda do Corvo e das encostas das montanhas onde a vegetação vai escorrendo e envolvendo a íngreme depressão até ao sopé.

Devido a sua localização geográfica, Gondramaz marca o início e o fim da rede de Aldeias de Xisto.



Fig.6 – Enquadramento de Gondramaz na Serra da Lousã.



Fig. 7 – Retrato da esfera bucólica de Gondramaz.



Fig. 8 – Vista sobre a aldeia.

5.3.2 – Aldeia de Gondramaz – Abordagem histórica

A localização destas aldeias em locais de fácil defesa⁵ e os vestígios de um almofariz fixo a cerca de 3Km do Gondramaz⁶ indiciam a presença de aldeamentos castrejos que terão existido na região. Estes primeiros aldeamentos castrejos poderão ter existido no sopé da montanha, utilizando as encostas para a recolha de lenha, fruta, caça ou pastos para o gado transumante. No entanto, a primeira presença documentada é a dos romanos, influenciada provavelmente pela edificada cidade de Conímbriga, não muito longe da aldeia. Com este povo, surgem algumas inovações, essencialmente agrárias, na qual ganha maior destaque a plantação do castanheiro, elemento característico e distinto na cultura da aldeia. Consta-se, aliás, que quando nascia um filho era habitual plantar dois castanheiros com o intuito de fornecer a madeira para a casa deste. A sua presença tão característica nesta aldeia prende-se também com factores económicos, visto partir da venda do seu fruto o meio de subsistência de várias famílias.

Arrasada Conímbriga após as invasões bárbaras, as povoações limítrofes sofrem igualmente perturbações. São erguidas muralhas de abrigo de improviso nesta *cidade* para protecção dos habitantes. No entanto, a serra terá atraído os povos germânicos como refúgio, mas não de forma duradoura ou definitiva.

De entre as ruínas de Conímbriga, em 715, deu-se a aceitação do domínio árabe, que se prolongou durante três séculos.

Em 1136, D. Afonso Henriques, empenhado na reconquista, povoa Miranda do Corvo, que se diz deserta até então, concedendo-lhe carta foral e privilégios. Este foral tem características próprias que fazem antever uma autonomia administrativa não muito frequente neste tempo. Com a carta foral desenvolve-se a senhoriação e regulamenta-se os tributos e as garantias dos cidadãos, nomeadamente no que respeita à exploração dos montes, referindo algumas das actividades na serra, embora deixando implícita a ideia de que estes não eram povoados, mas bastante frequentados enquanto solo de usufruto comunitário. Mais tarde confirmado por D. Afonso II em 1217, este foral vigorou até à reforma das leis, pesos e medidas de D. Manuel I. Em 1513/14 surge novo foral que pretendia encerrar um determinado

⁵ Cf. MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – Plano da Aldeia de Gondramaz. C.M., 2002.

⁶ Ibidem.



Fig.9 – Retrato da cultura agro-pastoril típica nesta comunidade serrana.



Fig. 10 – Retrato da árdua vida de campesinato, repleta de privações e de escassez de meios.

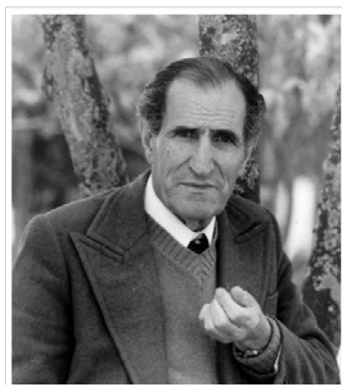


Fig. 11 – Retrato de Miguel Torga, médico em Vila Nova em 1935, a quem as circunstâncias de vida levaram a sentir a dureza da vida na serra, aquando das suas visitas a pacientes em Gondramaz.

número de esclarecimentos relativo ao primeiro. No entanto, não será de descurar a interferência das medidas económicas de D. Fernando no parcelamento das terras, como a “Lei das Sesmarias”, de 1375, que tornou obrigatória a cultura de todas as terras.

No entanto, relativamente ao processo de instalação de comunidades nestes ásperos relevos, este terá certamente fundamentações através dos grandes movimentos demográficos e pequenos episódios particulares que hão-de ter levado grupos e casais a fixar-se, no entanto existem várias teorias sobre a origem desta ocupação.

Há 300 ou 400 anos, a cultura de regadio terá permitido encetar uma economia de subsistência na serra árdua, constituindo-se comunidades com tradição agro-pastoril.

Presume-se assim, que o povoamento da serra tenha ocorrido ao longo do séc. XVI, embora não se afigure provável que tenham provindo de povoadores mouriscos ou moçárabes. Admite-se, todavia, que estas terras tenham sido povoadas por *casais*, tal como a própria toponímia destes aldeamentos pressupõe, vindos de fora, fugidos da sociedade medieval, impiedosa face à ofensa dos costumes da época. Fala-se ainda no isolamento de casais judeus, leprosos, assumindo-se a serra como refúgio de exilados, ou mesmo de eremitas que faziam da solidão um modo de vida. Outros há que alegam o povoamento por ordem de D. Dinis, que habitou a serra com casais, sendo que uns prosperaram e outros não, e daí as casas perdidas. Outra teoria remete para uma ocupação sazonal inicial, procedido pela fixação da população por volta do séc. XVIII.

Porém, a vida na serra era uma vida dura e repleta de privações. As pastagens iam-se degradando e, embora fossem surgindo alternativas, depressa se dissolviam na amargura da solidão e da escassez de meios. Estes habitantes da montanha nunca se integraram na vida dos camponeses das planuras, nem beneficiaram do funcionalismo burocrático, ou da abertura de estradas ou de serviços como a luz eléctrica.

Gondramaz chegou a ter um posto escolar onde eram leccionadas aulas duas vezes por semana, até à 3ª classe, tendo o exame que ser feito na escola da Pereira ou mais tarde na do Cadaval.

Em caso de doença, teria o médico que se deslocar à aldeia para observar os doentes. Miguel Torga, em 1935, quando médico em Vila Nova, retrata no seu diário o constrangimento que sentia aquando das idas ao Gondramaz, retratando a dureza do isolamento e da vida desta altura, não só para quem lá vivia como, no seu caso, para



Fig.12 – Quadro síntese das tipologias existentes na aldeia.

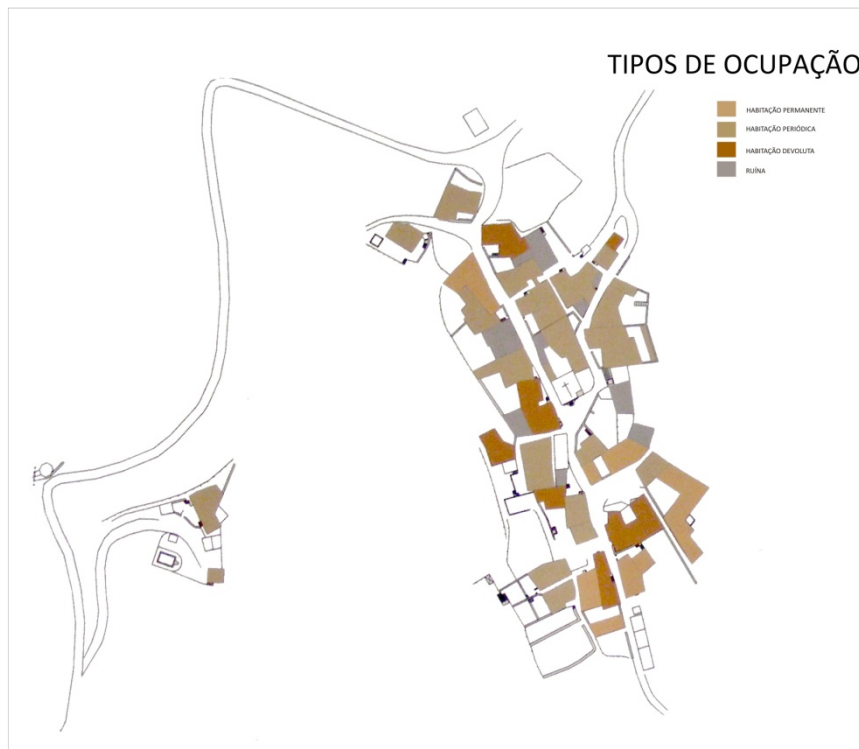


Fig. 13 – Quadro síntese dos tipos de ocupação que caracterizam Gondramaz.

quem as circunstâncias da vida levavam a sentir a vida da serra.

No intuito de procurar melhores condições de vida, começam a surgir no final do séc. XIX as saídas da aldeia, quer para o vale e para a capital, quer para o Brasil. Porém, estes migrantes e emigrantes que nunca esquecem a sua terra, terão sido os principais agentes no que respeita à manutenção da aldeia, investindo alguns dos seus ganhos no melhoramento da povoação e até mesmo na construção de novos edifícios como forma de recompensa e agradecimento à terra que os viu nascer.

Só em 1993 se procedeu ao asfaltamento da estrada, momento esse tido como crucial para o desenvolvimento e acolhimento desta aldeia nas teias do desenvolvimento local.

Por fim, e em jeito de término, urge justificar a origem do vocábulo Gondramaz. De obscura origem germânica⁷, propõe-se a decomposição de Gondramaz em três palavras : GOND-RAM-AZ. “GOND” derivará de *Ghunts* que significa combate; “RAM” será *Hrabns*, ou seja, corvo, que se afirma como uma ave característica da região; “AZ” igual à terminação patronímica aci.

5.3.3 - Aldeia de Gondramaz – Estrutura e organização interna

A Aldeia do Gondramaz é uma aldeia relativamente pequena, onde grande parte da estrutura edificada é habitação.

Com uma ocupação essencialmente habitacional, Gondramaz divide-se em quatro tipos de ocupação: a habitação periódica (49 %); a habitação permanente (12%); as habitações devolutas (17%) e as ruínas (22%).

Habitação periódica: Na sua maioria provenientes de heranças, estas habitações de carácter periódico são conservadas pelos seus proprietários essencialmente para férias ou ocasiões especiais a fim de reavivar e reviver o elo sentimental que os une à aldeia.

Habitação permanente: Reflecte a população envelhecida que ali habita e que pela idade e reduzidos meios económicos não têm motivação para as recuperar, fazendo-o por vezes, da forma menos correcta resultando em elementos dissonantes e completamente contrastantes com o existente.

⁷ Ibidem.

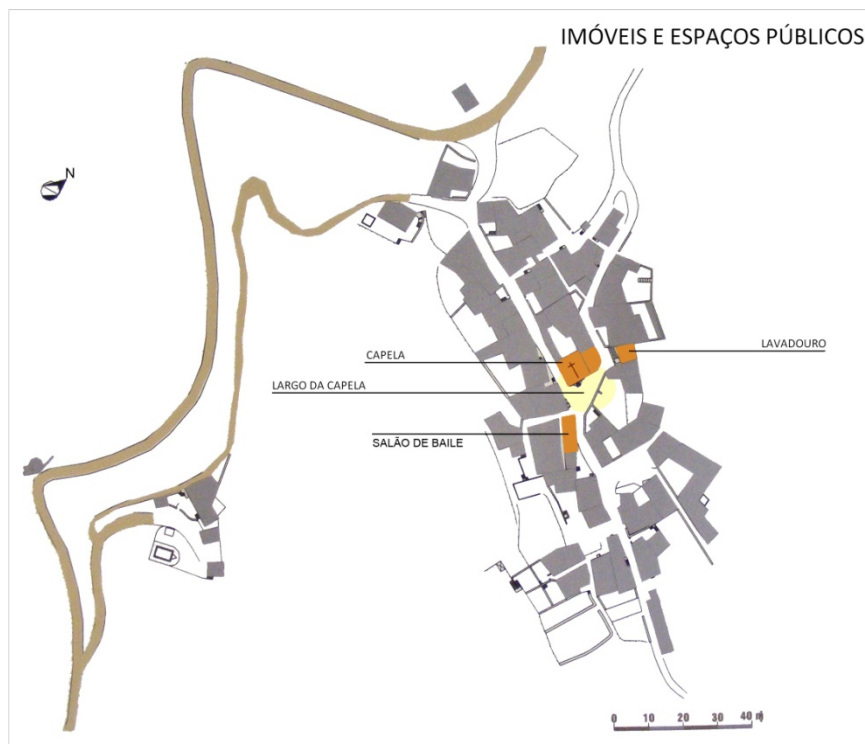


Fig.14 – Imóveis e espaços públicos constituintes da aldeia.



Fig. 15 – Capela antes da intervenção.



Fig. 16 e 17 – Capela e Largo, actualmente.

Habitações devolutas e ruínas: Para além do abandono a que foram votadas, são consequência da morte dos proprietários e desinteresse por parte dos herdeiros, resultando na maioria das vezes em ruínas, infelizmente tão comuns nesta aldeia.

Para além da vertente habitacional, surgem ainda os edifícios e espaços públicos, nomeadamente a capela, o largo da capela, o lavadouro e o salão de baile, que são igualmente membros constituintes da aldeia.

A paróquia, associada à tradição rural desde os primórdios do Cristianismo e ao longo dos anos, constituía-se a unidade organizadora da sociedade campestre, em cujo espaço se articulava com o habitat popular, assumindo-se como elemento centralizador da aldeia.

O espaço comum à volta da capela constituía, por excelência, o local de reunião entre os habitantes. Aqui tinham lugar as conversas entre amigos, as brincadeiras das crianças e também as reuniões para a discussão de diversos assuntos relacionados com a vida da aldeia.

5.3.4 - Aldeia de Gondramaz – Caracterização socio-económica

A relação entre os camponeses restringia-se bastante ao grupo das aldeias. Uma complexa malha de relações fazia com que os elementos das aldeias promovessem a entreatajuda, mais por uma questão de economia e sobrevivência que por vontade de sociabilizar. Viver num ambiente social frágil em condições naturais adversas, tornava as pessoas mais vulneráveis.

A organização social orientava-se muito mais pela família ou pela *casa*. As relações económicas implicavam as de parentesco, pois dependiam da propriedade. Os casamentos circunscreviam-se aos grupos de aldeias e regiam-se pelas regras das relações de parentesco.

A economia destes lugares era de subsistência, com as populações a dedicarem-se exclusivamente às actividades tradicionais de agricultura e pastorícia o que, aliado ao isolamento geográfico das aldeias, alimentava a ideia de que o mundo exterior era uma esfera ilimitada de possibilidades incalculáveis.

A partir dos finais do séc XIX, condicionados pelo isolamento geográfico e pela crise agrícola, inicia-se um primeiro fluxo migratório para Lisboa e para as planuras e, mais

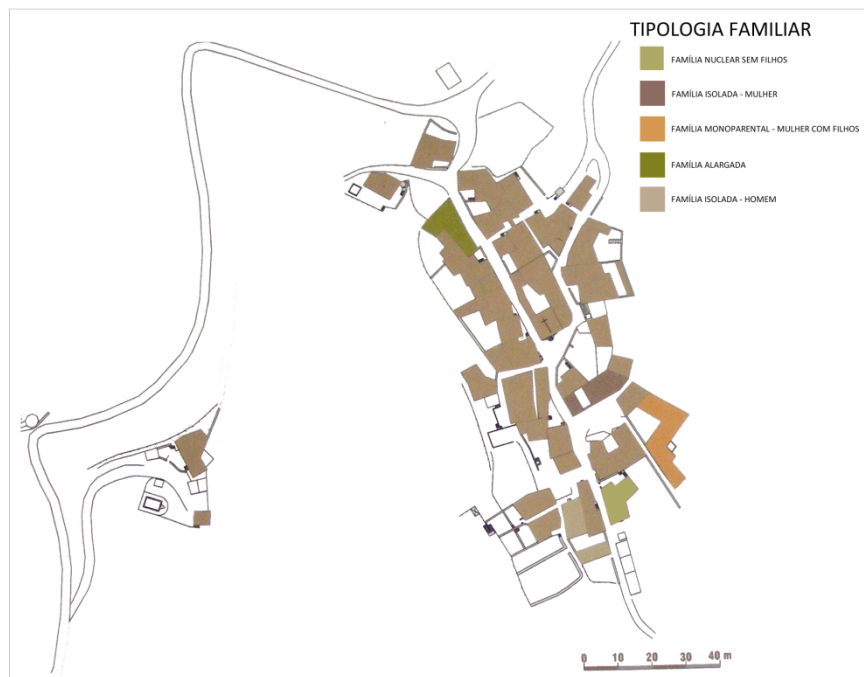


Fig.18 – Compêndio das tipologias familiares existentes na aldeia.

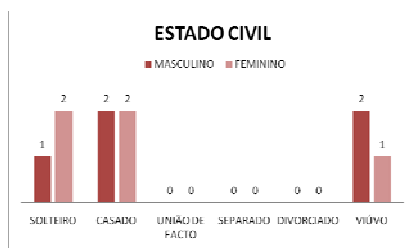
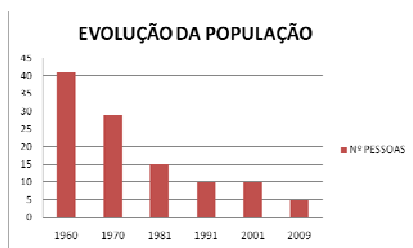


Fig.19 e 20 – Evolução populacional de Gondramaz e estado civil dos residentes.

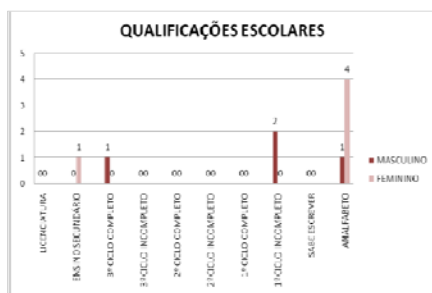


Fig.21 e 22 – Habilitações literárias e tipos de actividade existentes na aldeia.

tarde, um segundo fluxo, agora emigratório, sobretudo para o Brasil.

Embora sem registos desta época que ilustrassem o desenvolvimento demográfico, é a partir dos censos de 1960, que se constata o decréscimo significativo da população. Assiste-se a uma diminuição do número de habitantes em prol da migração e emigração da população na procura de melhores condições de vida.

Na década de 70 o decréscimo do número de habitantes torna-se ainda mais notável, passando de 29 habitantes em 1970 para 15 habitantes em 1981. Continuando a emigração a estar no topo das razões desta regressão, denota-se agora um êxodo da população em direcção às aldeias periféricas, mais concretamente à Aldeia de Espinho. Já nas décadas de 80/90, o quadro manteve-se inalterado, assistindo-se ao envelhecimento da população a um ritmo acelerado e aumento da taxa de mortalidade em detrimento da taxa de residência na área envolvente à vila de Miranda.

À altura da concepção do Plano da Aldeia, esta mantinha o mesmo número de habitantes (10) que em 1991, facto este que se previa temporário visto uma das habitantes ter casado, prevendo mudar-se para uma nova habitação na vila. Com a ausência deste casal, que há altura tinha um filho, coloca-se novamente em questão a evolução da população residente. Com este acontecimento, dar-se-ia um profundo envelhecimento da população (100%) e uma ausência de população activa.

No que concerne a tipologias familiares, Gondramaz apresenta uma tipologia própria de um local onde o envelhecimento tem cada vez mais peso. Com apenas cinco famílias constituintes da população da aldeia, estas apresentam-se sob a forma de Família nuclear sem filhos, Família isolada (mulher), Família monoparental (mulher com filhos), Família Alargada (três gerações) e Família isolada (homem).

Com um nível de instrução muito baixo, as pessoas de Gondramaz são na generalidade pessoas com reduzidas qualificações escolares e profissionais, ou até mesmo sem nenhum nível de instrução, se tivermos em conta que 56% da população é analfabeta. No entanto, há que ter em conta o facto de se tratar de uma população maioritariamente idosa e de fracos recursos económicos, o que levava os pais a colocar os filhos a trabalhar mais cedo devido à necessidade de mão-de-obra capaz de contribuir para a sobrevivência do agregado.

Consequentemente, o sector primário e secundário não tinham representatividade



Fig.23 – “Beco do Timtol” – exemplo toponímico representativo do ambiente cultural da aldeia.



Fig.24 – “Largo dos Petiscos” - local de convívio e reunião dos habitantes.



Fig.25 e 26 – Loja de artesanato e exemplo de uma escultura em pedra concebida pelo artesão de Gondramaz.

nesta aldeia, sendo a agricultura e a pastorícia a principal actividade apontada por parte da população. A escultura em pedra, desenvolvida por um habitante da aldeia, surgia também na aldeia como actividade bastante promissora e disseminadora da cultura de Gondramaz.

Relativamente às condições de habitabilidade de cada família, verificou-se que as cinco famílias dispunham maioritariamente de infraestruturas básicas a nível de electricidade, água canalizada e esgotos, à excepção da “família isolada (homem)”, que apenas dispunha de um candeeiro a gás e água do fontanário da aldeia. No entanto, apenas três famílias possuíam instalação sanitária de forma completa e apenas duas famílias tinham água quente.

Relativamente aos estados de conservação interior, 40 % considerava que as suas habitações estavam em bom estado de conservação, justificando que tinham tido o cuidado de manter as suas casas sempre em boas condições, realizando intervenções sempre que estas se justificavam. Apenas uma família (20%) considerava que a sua habitação se encontrava em estado de conservação razoável, afirmando os restantes 40% que o estado de conservação interior das suas habitações se encontrava em “mau” estado de conservação, visto os seus rendimentos serem muitas vezes insuficientes para fazer face às despesas primárias, sendo muito difícil economizar algum dinheiro para realização de obras.

A Aldeia do Gondramaz apresenta-se como uma comunidade tipicamente rural onde as pessoas se apropriam do espaço e o usam para criar laços com as pessoas e com o próprio lugar. Arquétipo de uma sociedade simples, na qual se usufrui e intui paz e harmonia quer na relação entre as pessoas, quer na relação individuo/espaço/natureza, verifica-se aqui um forte sentimento de pertença em relação à sua terra, onde nasceram e viram crescer os seus filhos.

Toda a população inquirida, sem excepção, afirmou gostar de morar na aldeia, alegando questões sentimentais, laços afectivos e a própria beleza do lugar. Quando questionados sobre a possibilidade de mudança, 78% mostrou-se inflexível, alegando as ligações afectivas que mantêm com o local e também a carência de meios financeiros para o fazerem.



Fig.27 – Habitação Popular de Gondramaz.



Fig.28 e 29 – Janela e ruela característica da aldeia.



Fig.30 – Estrutura edificatória de Gondramaz, intimamente ligada ao acidentado do terreno.

5.3.5 - Aldeia de Gondramaz – Habitação popular

A arquitectura da aldeia do Gondramaz tem como principal elemento o xisto, predominante na geologia da serra. O xisto é o nome genérico de vários tipos de rochas metamórficas facilmente identificáveis por serem fortemente laminadas. Em linguagem popular, em Portugal é também conhecida por "lousa" (e, por extensão, designa-se como "terra lousinha" aos solos com base xistosa).

Na construção das casas é ligado por argamassas de argila ou simplesmente apoiado por sobreposição, sendo esta última técnica frequente no caso dos currais, espaços para guarda de animais. Para a estrutura das coberturas é utilizada madeira de castanho e pinho revestida depois com colmo e lajetas de xisto, mais recentemente com telha de canudo. As portas, janelas e soalhos do piso superior são igualmente construídos em madeira. Este piso era amplo e escuro, com bancos compridos e uma lareira cujo calor era aproveitado para secar a castanha disposta num tecto falso de ripas de madeira – o “caniço”. Geralmente as construções estão intimamente ligadas ao acidentado do terreno que lhes serve de suporte, apresentando um ou dois pisos e muitas vezes sobrepondo-se entre si. Criam-se assim formas irregulares que lhe conferem uma imagem singular pela sua diversidade e riqueza. O pátio era sem dúvida o coração da casa, o centro de onde se ramificava a habitação e as suas respectivas funções, tendo relativa importância quer o foro social, quer o foro psicológico.

Por fora das casas, vingam as vielas estreitas e sombrias, antigamente em terra batida, agora em xisto artesanalmente trabalhado e aplicado, ou as escadarias intermináveis com degraus rústicos de vários os tamanhos, sempre que o declive a isso obrigava. Entre as casas, apenas o espaço para passar e as eiras, antes pertença de alguma casa mas quase comuns, que são hoje mais públicas que privadas.

5.4 - GONDRAMAZ – durante

5.4.1 - Aldeia de Gondramaz – Plano e metodologia da intervenção

O Pinhal Interior (PI) é o espaço geográfico composto pela aliança entre o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul, duas das dez NUTS III da região Centro. Estas duas regiões partilham características estruturais de fundo: são maioritariamente de xisto e

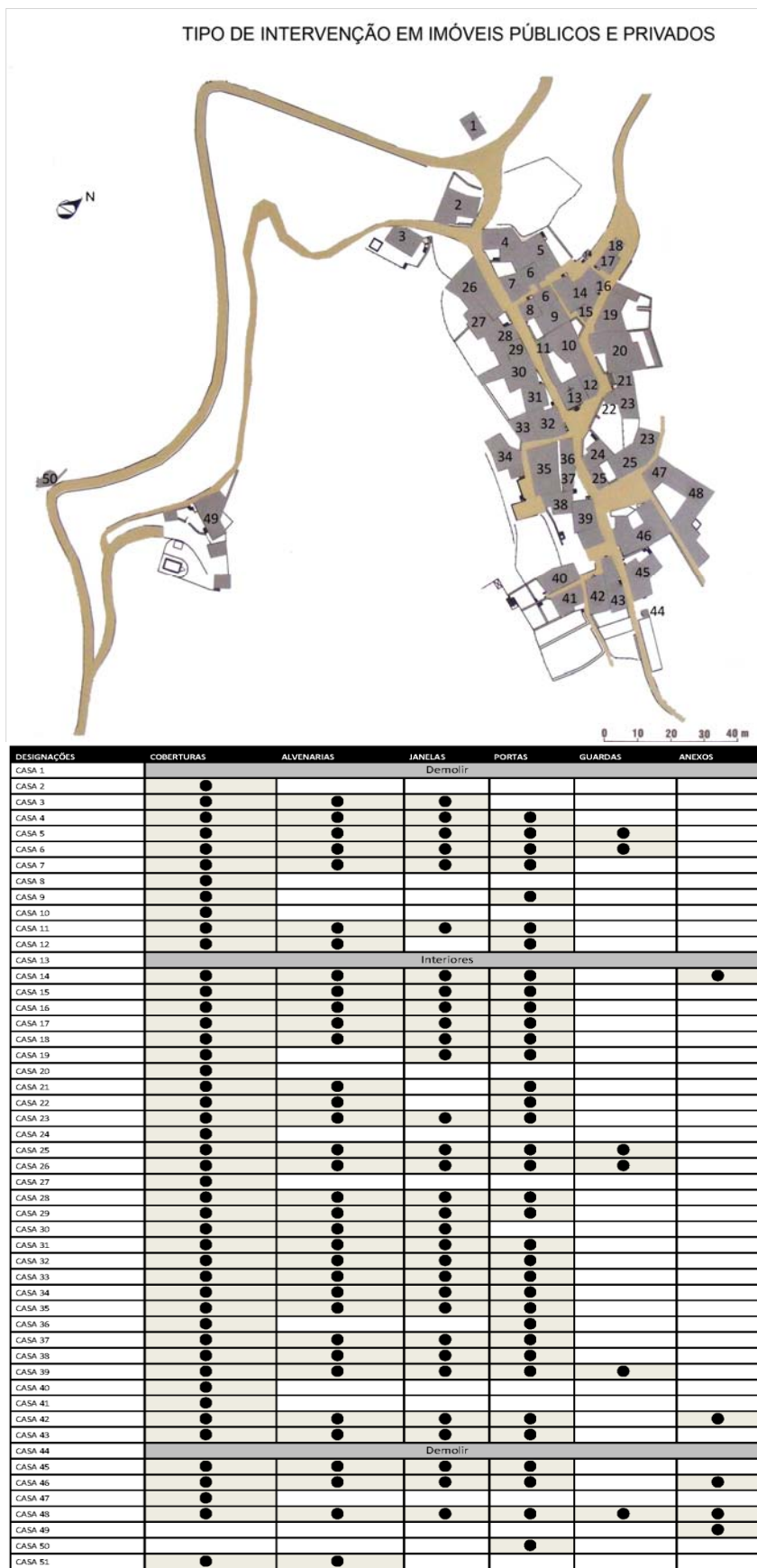


Fig. 31 – Tipo de intervenção em imóveis públicos e privados.

montanhosas (Serra da Lousã, do Açor e do Muradal), florestais, ricas em recursos hídricos (rios Mondego, Alva, Ceira, Zêzere e Ocreza) e aproveitamentos hidroeléctricos (barragens do Alto do Ceira, Santa Luzia, Cabril, Bouçã, Aguireira, Fronhas e Castelo de Bode).

Com cerca de 4.519km², apresenta uma densidade populacional que ronda os 38.2 hab/km² e 157 freguesias, distribuídas por vinte e dois concelhos.

Em termos demográficos, a região é uma das menos povoadas do país, com 183.338 habitantes e um decréscimo populacional entre 1981 e 1991 na ordem dos 12,2%. Os aglomerados urbanos são de pequena dimensão, com menos de 500 habitantes, resultado da diminuição da natalidade e do envelhecimento da população, do êxodo rural e da desertificação territorial. Em 2001, a taxa de desemprego rondava os 5,3%⁸. Este enquadramento evidencia os constrangimentos clássicos do território: défice de agentes produtivos, falta de articulação inter-sectorial e de lógicas de fileira na exploração das actividades económicas, degradação dos espaços florestais.

Consciente da riqueza a salvaguardar e do esforço necessário para o conseguir, a Câmara Municipal de Miranda do Corvo criou, desde 2 de Janeiro de 2003, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), o Gabinete Técnico Local (GTL) de Miranda do Corvo.

Numa primeira fase o objectivo deste gabinete centrou-se na elaboração de um Plano de Pormenor e Salvaguarda para o centro histórico da vila, tendo posteriormente abraçado o projecto de reabilitação e recuperação da aldeia do Gondramaz, inserido no âmbito das Aldeias de Xisto de Portugal.

É no esforço e dedicação de uma equipa jovem e pluridisciplinar, constituída por um arquitecto, um assistente social, um desenhador e um historiador, que se vai desenvolver o Plano de Aldeia apresentado posteriormente pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo a fim de englobar Gondramaz na estratégia de desenvolvimento apresentada pelo programa operacional da região centro e os apoios financeiros atribuídos no âmbito do III QCA.

No intuito de revitalizar esta aldeia, promovendo o desenvolvimento da economia local e da qualidade de vida da população residente e temporária, chamando a atenção para a beleza e originalidade da aldeia, esta candidatura apoiava-se sobretudo

⁸ WWW:URL:<http://www.ccdrc.pt/> [Consult. 24 Nov. 2008].

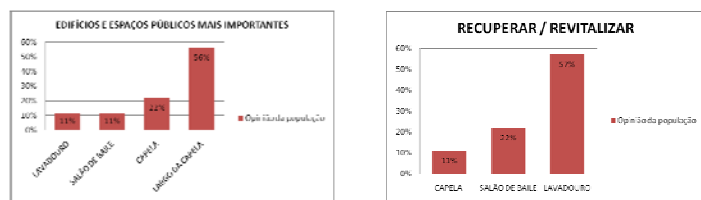


Fig.32 e 33 – Opinião dos habitantes relativamente à prioridade e atitude a tomar nas intervenções.

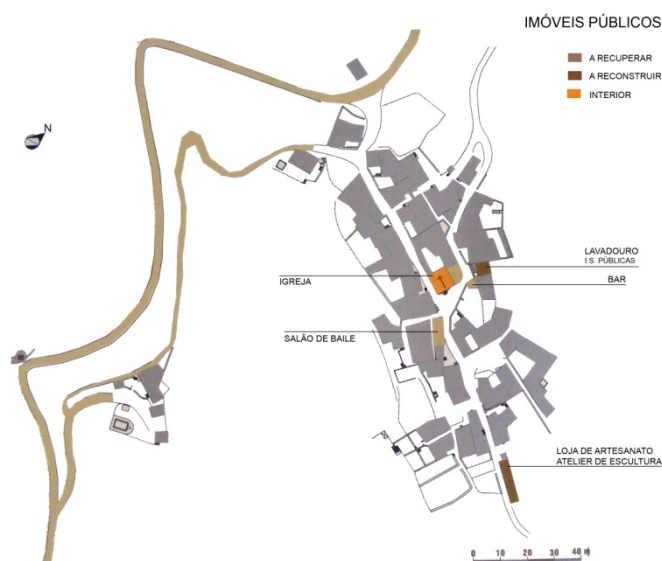


Fig.34 – Resultado do inquérito feito à população.

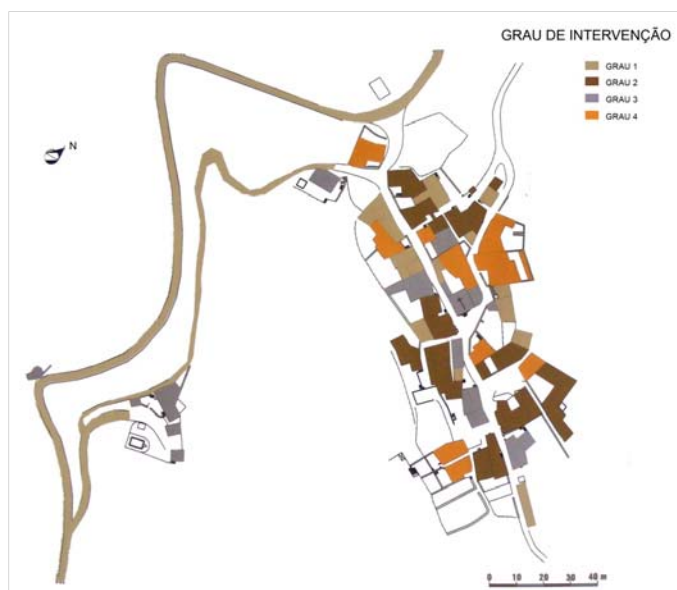


Fig.35 – Quadro síntese dos graus de intervenção arquitectados aquando da análise da aldeia.

nos interesses da população, argumentando que estes são o princípio, o meio e o fim de todo o projecto.

Numa primeira fase, de análise e diagnóstico, com visitas constantes à aldeia e inquérito à população residente, foi possível identificar algumas carências e potencialidades da mesma.

Com o conceito de conciliação das linhas de acção do projecto com os interesses dos proprietários⁹, surgem as três principais linhas de acção:

- Recuperação e remodelação de fachadas e coberturas, dos edifícios particulares e dos 5 imóveis públicos (igreja; salão de baile; loja de artesanato e atelier de escultura; bar e Antigo lavadouro, posteriormente transformado em I.S. Públicas)
- Arranjo urbanístico dos largos (Largo da Igreja e Largo dos Petiscos) e criação de novos espaços (Parque de Merendas/ Parque Infantil, Miradouro, Parque de Estacionamento), repavimentação da aldeia, drenagem e tratamento de águas residuais e pluviais, reformulação da rede eléctrica e telefónica, e instalação de mobiliário urbano;
- Requalificação de percursos pedonais existentes, que se encontravam em avançado estado de abandono, mas que possuindo no entanto uma grande beleza natural, entre os quais: ligação ao Galhardo; ligação à cascata; ligação ao Penedo do Corvo e caminhos pela serra para os mais aventureiros.

Todavia, e partindo destas linhas de acção, são elaborados quatro graus de intervenção aplicados caso a caso em cada habitação:

Grau 1 – RECONSTRUÇÃO - urgente (a realizar no espaço de 1 ano)

Grau 2 – PROFUNDO – médio prazo (a realizar no espaço de 2 anos)

Grau 3 – MÉDIO – longo prazo (a realizar no espaço de 3/4 anos)

Grau 4 – FRACO – sem prazos estabelecidos

⁹ MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

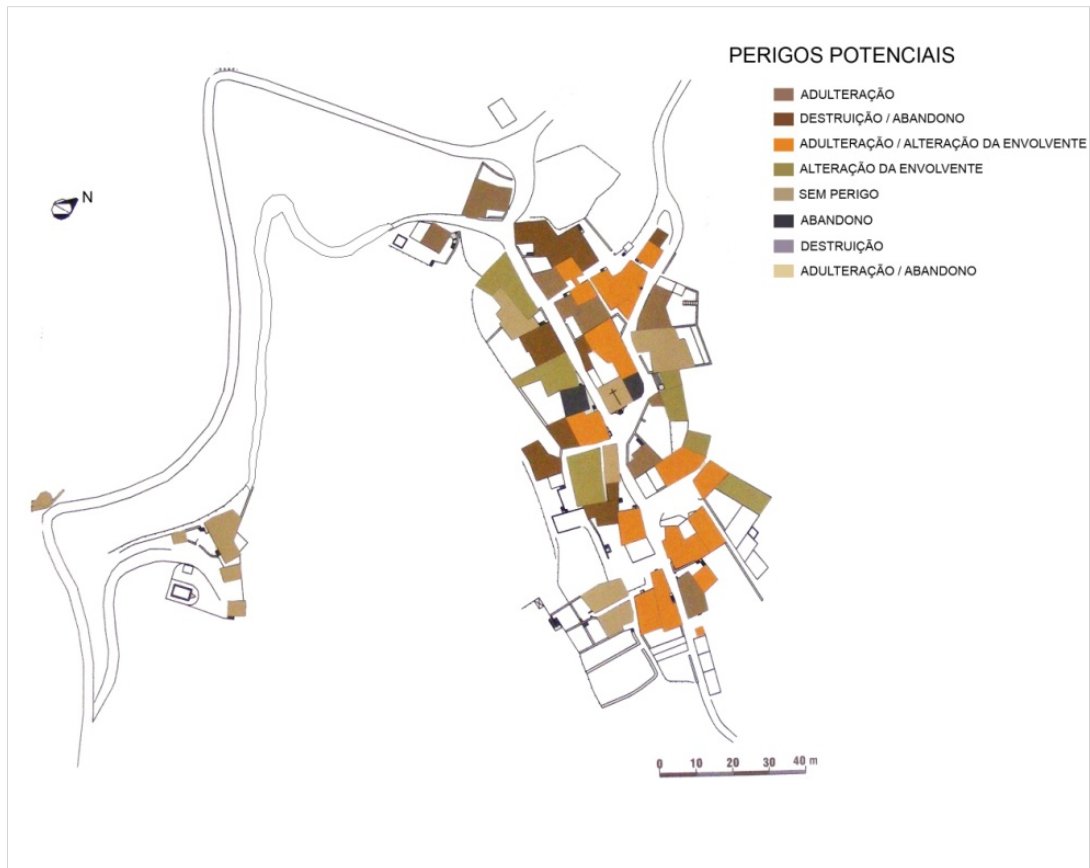


Fig.36 – Avaliação preliminar da aldeia relativamente aos perigos que a afrontam.

Ambicionava-se, portanto, uma aldeia que, no seu conjunto, apresentasse um núcleo onde a típica casa serrana de xisto fosse o elemento marcante, recuperando e trabalhando cuidadosamente os edifícios públicos para que nada rivalizasse ou se desenquadrasse na aldeia. A riqueza desta intervenção focava-se na riqueza dos seus espaços, transformando-os para que Gondramaz pudesse competir com as outras aldeias da rede e na intenção de um dia ser um ponto de encontro de várias gerações e de várias memórias.

5.4.2 - Aldeia de Gondramaz – Factores deliberativos da intervenção

No intuito de responder da melhor forma às necessidades da Aldeia de Gondramaz, tornava-se imprescindível um estudo mais cuidado de todos os elementos que constituem este lugar. Cada casa, cada pedra, cada rua tem um valor, seja estético, seja de identidade do próprio lugar, seja histórico ou mesmo arquitectónico.

O processo consistia em identificar os valores intrínsecos que a área em causa apresentava e classificá-los de forma a permitir uma escolha informal sobre os métodos de conservação a aplicar. Esta avaliação tinha como objectivo ajudar e complementar o processo de decisão entre preservar ou substituir um edifício ou conjunto de edifícios, e que destino ou modo de intervenção mais indicados nestas aldeias específicas.

Era importante que os resultados elucidassem as razões que justificavam a conservação, estabelecendo critérios comparativos entre os objectos analisados. A necessidade de clarificar as mais-valias que possam advir do investimento necessário, tornava-se indispensável na criação de um consenso que servisse o ponto de vista dos diferentes grupos da sociedade envolvidos. Deste modo, era imprescindível a especificação de quais e de que tipo eram os valores a serem promovidos dentro da interdisciplinaridade que envolve a arquitectura, o planeamento urbano, a sociologia, a história e a economia.

Assim, dentro do método de avaliação utilizado, assumem-se possíveis medidas: demolição, restauro, remoção do elemento dissonante, substituição, preservação, correcção de uso, ampliação, recuperação/reabilitação e redução. O método usa uma ficha de avaliação por edifício ou conjunto edificado (rua, largos), que ajudará na



DESCRIÇÃO HISTÓRICO/ARQUITECTÓNICA

“Perante a análise efectuada à capela, nomeadamente a partir da informação disponibilizada pelo pároco, Padre António Ferro, esta estrutura datará de finais do séc. XVI. O retábulo será o original, apesar de ter sofrido uma intervenção na pintura há alguns anos. Este é de madeira e encontra-se extremamente degradado, pintado com cores demasiado fortes em relação ao que seria originalmente. As intervenções sucessivas a este edifício religioso têm adulterado radicalmente a sua aparência original. Seria mais baixa e revestida a pedra de xisto. Hoje encontra-se rebocada no exterior e revestida a azulejo no interior. Fará parte de uma arquitectura popular, tal como grande parte das habitações, visto ser parte integrante do núcleo inicial da construção da aldeia. Faz parte da memória da população os relatos dos seus longínquos antepassados de que a capela seria o extremo do aglomerado populacional.”

1 - CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA		2 - CARACTERIZAÇÃO TIPOLÓGICA																													
1.1 CLASSIFICAÇÃO ARQUITECTÓNICA MONUMENTO NACIONAL <input type="checkbox"/> INTERESSE PÚBLICO <input type="checkbox"/> QUALIDADE <input type="checkbox"/> ACOMPANHAMENTO <input type="checkbox"/> DISSONANTE POSITIVO <input type="checkbox"/> DISSONANTE NEGATIVO <input type="checkbox"/> SEM INTERESSE <input type="checkbox"/>		2.1 ÁREAS IMPLANTAÇÃO 60.0 M2 CONSTRUÇÃO 60.0 M2 ANEXOS <input type="checkbox"/>																													
1.2 ESTADO DE CONSERVAÇÃO BOM <input type="checkbox"/> RAZOAVEL <input type="checkbox"/> MAU <input type="checkbox"/> RUINA <input type="checkbox"/>		2.2 ALTRIMETRIA CÉRCEA 6 M <input type="checkbox"/> 2.3 TIPOLOGIA N.º DE FOGOS <input type="checkbox"/>																													
1.3 VALOR ARQUITECTÓNICA HISTÓRICO <input type="checkbox"/> ARQUITECTÓNICO <input type="checkbox"/> POPULAR/TRADICIONAL <input type="checkbox"/>		2.4 PROCESSO CONSTRUTIVO INTERIOR <input type="checkbox"/> EXTERIOR ALVERNARIA DE XISTO REVESTIDO A REBOCO PINTADO DE BRANCO COBERTURA TELHA SERRANA																													
1.4 VALOR ESTÉTICO BOM <input type="checkbox"/> RAZOAVEL <input type="checkbox"/> MAU <input type="checkbox"/>		2.5 ELEMENTOS COMPONENTES <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>MATERIAL</th> <th>COR</th> <th>P. NOTÁVEL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>COBERTURA</td> <td>TELHA SERRANA</td> <td>VERMELHA</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>PAREDES</td> <td>XISTO</td> <td>REBOCADA DE BRANCO</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>MOLDURAS</td> <td></td> <td></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>JANELAS</td> <td></td> <td></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>PORTAS</td> <td>MADEIRA</td> <td>CASTANHO</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>GRADEAMENTO</td> <td></td> <td></td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>			MATERIAL	COR	P. NOTÁVEL	COBERTURA	TELHA SERRANA	VERMELHA	<input type="checkbox"/>	PAREDES	XISTO	REBOCADA DE BRANCO	<input type="checkbox"/>	MOLDURAS			<input type="checkbox"/>	JANELAS			<input type="checkbox"/>	PORTAS	MADEIRA	CASTANHO	<input type="checkbox"/>	GRADEAMENTO			<input type="checkbox"/>
	MATERIAL	COR	P. NOTÁVEL																												
COBERTURA	TELHA SERRANA	VERMELHA	<input type="checkbox"/>																												
PAREDES	XISTO	REBOCADA DE BRANCO	<input type="checkbox"/>																												
MOLDURAS			<input type="checkbox"/>																												
JANELAS			<input type="checkbox"/>																												
PORTAS	MADEIRA	CASTANHO	<input type="checkbox"/>																												
GRADEAMENTO			<input type="checkbox"/>																												
1.5 SALUBRIDADE BOM <input type="checkbox"/> MÉDIO <input type="checkbox"/> MAU <input type="checkbox"/>		2.6 ELEMENTOS DISSONANTES INTERIOR DO EDIFÍCIO <input type="checkbox"/>																													
1.6 PERIGOS POTENCIAIS DESTRUIÇÃO <input type="checkbox"/> OCUPAÇÃO <input type="checkbox"/> ADULTERAÇÃO <input type="checkbox"/> ABANDONO <input type="checkbox"/> ALTERAÇÕES TIPOLÓGICAS <input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DE ENVOLVENTE <input type="checkbox"/>		2.7 ESPAÇOS SUPLEMENTARES LOGRADOURO <input type="checkbox"/> APARCAMENTO <input type="checkbox"/> PÁTIO <input type="checkbox"/> TERRAÇO <input type="checkbox"/> VARANDA <input type="checkbox"/> MARQUISE <input type="checkbox"/> QUINTAL <input type="checkbox"/> QUINTA <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/>																													
1.7 INFRA-ESTRUTURAS ÁGUA <input type="checkbox"/> ELECTRICIDADE <input type="checkbox"/> GÁS <input type="checkbox"/> FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> TELEFONE <input type="checkbox"/>		1.8 IDADE MUITO ANTIGO <input type="checkbox"/> ANTIGO <input type="checkbox"/> RECENTE <input type="checkbox"/> EM CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/>																													
3 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO																															
3.1 TIPO DE INTERVENÇÃO <table border="1"> <tbody> <tr> <td>DEMOLIÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>SUBSTITUIÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>AMPLIAÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>RESTAURO</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>PRESERVAÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>RECUP/REABILITAÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>REMOÇÃO DISSONANTE</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>CORRECÇÃO DE USO</td> <td><input type="checkbox"/></td> <td>REDUÇÃO</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>				DEMOLIÇÃO	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUIÇÃO	<input type="checkbox"/>	AMPLIAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RESTAURO	<input type="checkbox"/>	PRESERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RECUP/REABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/>	REMOÇÃO DISSONANTE	<input type="checkbox"/>	CORRECÇÃO DE USO	<input type="checkbox"/>	REDUÇÃO	<input type="checkbox"/>										
DEMOLIÇÃO	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUIÇÃO	<input type="checkbox"/>	AMPLIAÇÃO	<input type="checkbox"/>																										
RESTAURO	<input type="checkbox"/>	PRESERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RECUP/REABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/>																										
REMOÇÃO DISSONANTE	<input type="checkbox"/>	CORRECÇÃO DE USO	<input type="checkbox"/>	REDUÇÃO	<input type="checkbox"/>																										
3.2 ALTERAÇÕES EXEMPLO <input type="checkbox"/> LIGEIRAS <input type="checkbox"/> PROFUNDAS <input type="checkbox"/> EXTERIOR <input type="checkbox"/>		3.3 PRIORIDADES URGENTE <input type="checkbox"/> MÉDIO PRAZO <input type="checkbox"/> LONGO PRAZO <input type="checkbox"/>																													

Fig. 37 – Esquema ilustrativo das fichas de avaliação constituintes do Plano de aldeia, sendo a Capela o edifício aqui em estudo.

elaboração da proposta. Este processo permite aos intervenientes sistematizar a informação sobre os valores arquitectónico, histórico, estético, cultural e valores de uso dos objectos em questão.

Na página contígua é apresentado um exemplo das fichas de avaliação constituintes do Plano de Aldeia, sendo aqui apresentado a ficha referente ao edifício da capela. Nela podemos verificar os vários parâmetros tidos em conta na avaliação dos edifícios: classificação arquitectónica, estado de conservação; valor arquitectónico; valor estético; salubridade; perigos potenciais; infraestruturas e idade do edifício. Posteriormente surge a análise tipológica que remete para elementos mais concretos, nomeadamente, áreas, altimetria, tipologia, processo construtivo e componentes do edifício. Após a análise morfológica e tipológica do edifício surge a proposta de intervenção, enunciando quais as medidas a tomar e qual a urgência das mesmas.

Torna-se, no entanto impreterível definir e perceber estes parâmetros que aqui se nos afiguram, de forma a podermos entender como foram assimilados e aplicados pelos elementos constituintes desta avaliação. É a partir da clarificação dos valores intrínsecos à área de estudo que se poderá posteriormente tirar ilações sobre novas propostas a apresentar.

Em todo o processo de conservação do edificado, a elaboração e registo de valores envolve sempre um julgamento de qualidade relativamente ao objecto de estudo. Este julgamento foi feito por parte de *avaliadores* que, com base nas fundações e ideologias teóricas e práticas que regem a sociedade actual, definiram o que deve ser valorizado ou desvalorizado na área a intervir.

Considerando o carácter subjectivo desta questão e a complexidade do objecto de estudo, é necessário que este julgamento seja ponderado e discutido, de modo a que se torne claramente definido, pois qualquer acção para a preservação do património histórico, cultural ou arquitectónico deve ser precedida por uma análise do que exactamente se quer preservar, porque deve ser preservado e como é que vai ser preservado.

Dentro desta avaliação sublinham-se então duas áreas de estudo que abrangem dois grupos de valores distintos: os valores culturais (valor arquitectónico e valor estético) e os valores de uso (classificação arquitectónica).

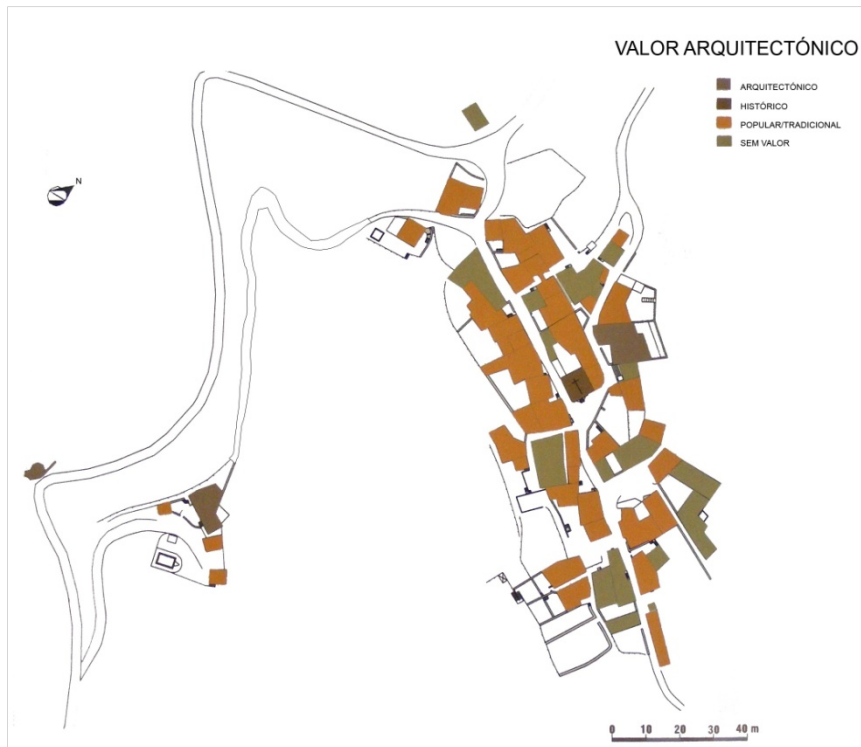


Fig.38 – Classificação dos edifícios relativamente ao seu valor arquitetónico.



Fig.39 – Classificação dos edifícios relativamente ao seu valor estético.

O primeiro grupo, associado directamente ao património local, abrange os valores e características histórico/estéticas dos edifícios ou conjuntos edificados, e o segundo grupo considera o potencial do edifício ou do núcleo relativamente aos seus problemas técnicos. Definem-se então para o primeiro grupo:

- Valores históricos - contemplam o facto de algo poder ser a materialização de um tempo, de uma história, podendo fazer com que o presente e o futuro compreendam o passado; a idade dos edifícios é um factor importante na comparação com os diferentes edifícios do grupo. A antiguidade é sempre um valor a preservar. O contexto histórico e social, expresso pela capacidade que o edifício tem em ilustrar os factos culturais, sociais ou económicos será outro dos factores a ter em conta na avaliação. Os edifícios das Aldeias de Xisto representam um modo de vida específico e muitas delas como conjunto, foram palco de momentos importantes na história da formação do nosso país.
- Valores arquitectónicos - abrangem a importância dos edifícios individualmente e em conjunto como património, como entendimento dos valores sociais, culturais e materiais de uma sociedade no seu determinado tempo; importância local e simbólica, expressa pelo valor que o edifício tem como marco visual, e o que simboliza ou representa dentro da comunidade ou região. Nas aldeias estes edifícios são geralmente considerados como património representativo de um modo de vida ou de uma época, e por isso valorizados apesar de não terem nada de extraordinário no seu desenho ou construção.
- Valor popular/tradicional – baseado no grau de contribuição do objecto na continuidade do todo de um quarteirão, de um território ou de uma paisagem; representa o grau de contribuição do edifício para a continuidade ou carácter da rua. Neste caso é necessário valorizar os objectos que se insiram nos parâmetros da arquitectura tradicional portuguesa, em detrimento de novas construções que possam ir contra estes modelos (casas dos emigrantes). Valorizam-se, igualmente, aqueles que sejam contemporâneos à estrutura dos núcleos, e que não destoem na composição dos seus elementos.

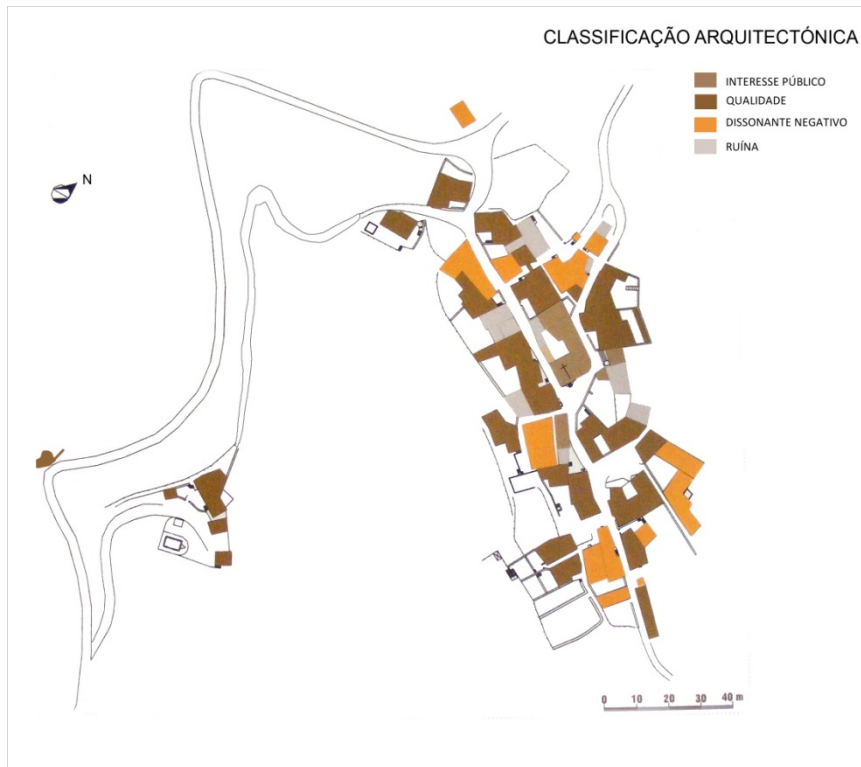


Fig.40 – Avaliação qualitativa dos atributos dos edifícios.



Fig.41 e 42 – Exemplo de um elemento dissonante negativo e de uma edificação em ruína.



Fig.43 e 44 – Exemplo de um elemento categorizado como edifício de qualidade, embora se encontre em mau estado de conservação, e a capela como elemento de interesse público.

- Valores estéticos - baseados nas características e qualidades artísticas e estéticas dos edifícios ou zonas e na sua raridade e notoriedade (no seu valor intrínseco); a avaliação deve ser feita por comparação com objectos que se enquadram dentro dos mesmos pressupostos. Os edifícios das aldeias de xisto são no geral exemplares de um tipo de arquitectura vernácula portuguesa, que corresponde a tipologias de habitação rural de carácter modesto; elemento estrutural, relacionado com o sistema de construção e com a sua notabilidade ou raridade.

Nesta segunda fase, apresenta-se o método de avaliação qualitativa dos atributos dos edifícios. Este método é essencial na decisão sobre os edifícios que requerem intervenção e sobre qual o tratamento a aplicar. Com base no estudo de valores apresentado anteriormente, propõe-se a inclusão de uma série de factores e atributos que os representem. É na sua relação com estes valores que se vai avaliar a qualidade dos edifícios ou núcleos na aldeia:

- Monumento Nacional - denuncia o carácter histórico-cultural do edifício no contexto nacional.
- Interesse Público - capacidade que o edifício tem de servir no presente e no futuro as necessidades dos seus utentes.
- Acompanhamento - capacidade do edifício continuar a servir como pretendido tendo, no entanto, manutenção necessária e uso apropriado. Este factor inclui a adaptabilidade assim como o esforço contínuo do edifício, durante o ciclo de vida, ter capacidade de funcionar sem que os seus principais elementos arquitectónicos sejam danificados.
- Qualidade - factor que relaciona o uso actual do edifício com os usos da sua envolvente (rua, largo...). Caracteriza a qualidade relacionando o uso do edifício com a sua tipologia e com a localidade.



Fig.45 – Avaliação do estado da estrutura edificatória relativamente aos atributos construtivos.



Fig.46 – Classificação dos edifícios relativamente ao seu valor estético.

- Dissonância – tal como o próprio nome indica, este factor revela sobretudo elementos ou partes da edificação, discordantes ou em desarmonia com tipologia tradicional do lugar. Na generalidade erigidas há relativamente pouco tempo, este género de construções apresenta características desajustadas ao contexto do lugar, nomeadamente os revestimentos em reboco. Embora surjam duas vertentes: positiva e negativa, apenas se considera a negativa, visto não existir qualquer elemento de caracterização dissonante positiva.

- Sem interesse – o edifício é apreciado no sentido de perceber se se constitui elemento marcante da paisagem rural, demonstrando algum interesse na sua integração no conjunto de aldeia.

- Salubridade e infraestruturas - considera se o edifício está apto e seguro dentro dos parâmetros de conforto actuais (equipamentos de saneamento básicos, saídas de emergência, etc.). Nos casos em estudo estes equipamentos apresentam ainda grandes deficiências, estando no geral afastados daquilo que consideramos como comodidades necessárias. Do mesmo modo, os edifícios de habitação são no geral muito antigos, não estando por isso totalmente dotadas das infra-estruturas necessárias para a noção de conforto dos residentes (conforme legislação em vigor) onde se insere.

- Estado de Conservação - critério que reflecte o estado do edifício no que concerne aos seus atributos construtivos.

Por fim, e em forma de sumário, são elaborados diversos gráficos representativos destas avaliações, apresentados ao longo deste subcapítulo, onde se demonstra a relação dos atributos avaliados e os valores atribuídos aos edifícios, de forma a precisar a relação intrínseca entre estes dois parâmetros aquando das decisões de intervenção.



Fig.47 – Vista sobre a aldeia após intervenção.



Fig.48 e 49 – Recuperação do fontenário: antes e pós intervenção.



Fig.50 e 51 – Arruamento: antes e pós intervenção.



Fig.52 e 53 – Lavadouro (convertido em instalações sanitárias públicas) e estrutura de apoio aos eventos efectuados na aldeia.

5.5 - Gondramaz - depois

5.5.1 - Aldeia de Gondramaz - análise pós intervenção¹⁰

Todo o projecto das Aldeias de Xisto tem merecido vários louvores, tendo inclusivamente sido premiado com a Palma de Prata na Feira de Berlim, na Alemanha.

O Gondramaz é uma das aldeias de xisto que mais elogios tem recebido não só pela sua graciosidade enquanto paisagem venerável, como pelo trabalho apresentado na recuperação das casas e dos espaços públicos.

Com um acolhimento por parte dos turistas acima das expectativas, Gondramaz apresenta-se como um verdadeiro sucesso relativamente aos esforços empregues nesta recuperação.

Depois de requalificada, a aldeia anuncia no seu conjunto, um núcleo elucidante da típica casa serrana de xisto, cuidadosamente trabalhada a fim de não se declarar desajustada.

Uma nova rede de água, esgotos e luz asseguram uma melhor qualidade de vida. Oferecem-se vários percursos pedonais (à cascata, ao penedo do corvo, à serra) locais de lazer (parque de merendas, parque infantil) locais de apoio (salão de baile, bar, instalações sanitárias públicas), desportos radicais (BTT, Downhill...), passeios equestres, passeios de jipe, passeios de moto-quatro e a loja de artesanato com as peças singulares do "Ti Carlos" que em muito contribuíram para a divulgação desta povoação.

No entanto, o sucesso destas intervenções deve-se, em boa parte, ao funcionamento em rede e à divulgação além fronteiras da própria marca "Aldeias de Xisto" que dá a conhecer estas aldeias ao mundo.

Embora a sua base seja o património arquitectónico, é da cultura e da sua propagação que assenta o sucesso destas aldeias. Embora com uma população fixa envelhecida e reduzida, Gondramaz não é mais a aldeia de outrora. Segundo membros da população residente, e aqueles que procuraram este lugar para descansar ao fim-de-semana da actividade esfusante do universo urbano, esta aldeia tem agora tudo menos o barulho do silêncio. Muitos são os turistas que ali acorrem a fim saborear o prazer da natureza

¹⁰ Neste capítulo toda a informação é baseada em dados recolhidos nas diversas conversas tidas com a Arqt.ª Ana Figueiredo, da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.



Fig.54 e 55 – Informação da inauguração do Caminho Acessível em Gondramaz e elemento figurante do percurso.



Fig.56, 57, 58 e 59 – “Pátio do Xisto” – turismo em espaço rural e restauração.



Fig.60 e 61 – Cartazes elucidativos de dois dos eventos organizados em Gondramaz: Serões de Verão e Workshop Fauna & Flora.

e do reviver de experiências passadistas.

De igual forma, contribuem os workshops, exposições e eventos organizados pela Câmara Municipal de Miranda do Corvo, que tanto se tem empenhado em dar a conhecer esta localidade. A ter em conta, o apoio de moradores da aldeia, dos quais se destacam o Sr. Fernando Silva e o Dr. Luís Freitas que, em colaboração com o município, têm desenvolvido estratégias promissoras de crescimento económico na aldeia.

Pioneiro no projecto das aldeias acessíveis, Gondramaz demonstra mais uma vez a sua vontade de crescer, apresentando uma intervenção precursora em meio natural em que se procurou conciliar a intervenção com o existente e utilizar materiais adequados ao local a fim de tornar o caminho o mais acessível possível.

Embora sem dados registados, sabe-se que o número de visitantes teve um notável incremento neste último ano, repercutindo-se a boa reputação desta aldeia na enorme procura para aquisição de habitações. Sabendo-se que há data já não existem edificações disponíveis para venda na aldeia, resta-nos saber o futuro das passadas e devolutas edificações pertencentes agora a novos investidores. Ao que se apurou junto dos órgãos coordenadores deste projecto no município, apenas três habitações aguardam projecto de recuperação, sendo que todas as restantes já se encontram recuperadas ou em processo de recuperação.

De notar também, a sediação da sociedade Pátio do Xisto - Turismo em Espaço Rural, Lda., ou simplesmente O Pátio do Xisto, que se traduz numa *casa de campo* que, como o nome sugere, apresenta-se como uma construção em pedra, parte dela escavada na própria rocha e onde a casa tem acesso por um pátio apenas separado do seu interior por um envidraçado orientado a nascente, que lhe confere uma luminosidade e vista privilegiadas; e em espaço contíguo à Casa de Campo, possui associadamente um restaurante, onde se pode usufruir dos prazeres da boa cozinha típica da região.

Com tudo isto, espera-se que Gondramaz seja um dia o ponto de encontro de várias gerações, de várias memórias, de várias marcas que se anunciam já hoje com a esperança de voltar a viver.



6. CONCLUSÃO

Um pressuposto típico da arquitectura é que pensar o lugar é acrescentar-lhe sempre algo.

Assim, pensar na reestruturação de um espaço, significa sempre pensar algo novo para o mesmo e, conseqüentemente, pensar toda a sua significação. Tendo em conta que aqui se tratam de espaços com uma identidade local bastante *sui generis*, este aspecto não se encerra de forma tão linear e concreta quanto se desejaria. Antes de mais trata-se de um processo de *objectificação* da cultura a fim de captar a significação e essência do lugar para que, posteriormente se possa nele intervir.

Objectificar a cultura é transformar determinados aspectos da vida social em objectos discretos para serem estudados, catalogados e exibidos. Este fenómeno envolve selecção e reinterpretação. O objectificador olha para um meio familiar e descobre que é composto por traços tradicionais, coisas que ele extrai daquilo que até aí era tido como um fundo cultural dado por adquirido e transforma em espécimes típicos. Mas seleccionar aspectos do mundo social como traços, e a seguir isolar os traços escolhidos num novo contexto – fotografá-los, inscrevê-los, representá-los num palco, expô-los num museu – muda, necessariamente, o significado que esses traços têm para os objectificadores, colectores de traços ou espectadores.

Recorrendo a Duchamp para descrever e interpretar esta metodologia, é na noção de *ready-made* (objectos do quotidiano que, ao mudarem de contexto, sendo expostos numa galeria ou museu, se constituem como arte) que podemos encontrar o melhor exemplo deste processo. Assim, poder-se-á afirmar que o sentido dos objectos depende do contexto no qual são inseridos.

No entanto, quem confere autenticidade ao povo são precisamente as classes urbanas no poder que dele se excluem. É por isso a burguesia quem define, selecciona e purifica, através dos seus próprios critérios de autenticidade, aquilo que faz parte da cultura popular. Daí resulta uma atitude ambivalente para com o povo. Ao mesmo tempo que a burguesia se envolve na descrição e purificação de uma cultura popular portuguesa e autêntica, coloca-se em relação a ela numa posição distanciada de autoridade e superioridade.

A autenticidade é definida tanto por referência ao que é único para um povo como ao

que tem uma já longa existência. Com base na noção de autenticidade elabora-se assim uma oposição entre cultura popular, ancestral e autêntica, e a elite intelectual burguesa, moderna e descaracterizada. É construída uma linhagem fictícia na qual os costumes populares são ‘autênticos’ porque são ancestrais, em oposição aos costumes da burguesia urbana que, não sendo ‘típicos’, são ‘modernos’. A autenticidade e a ancestralidade atribuída à cultura popular resultam, portanto, *num e de um* processo de selecção e purificação.

Esta selecção é feita através do olhar e, mais uma vez, o olhar não tem nada de simples. Não são as coisas que se revelam através do olhar, mas a forma como elas são recebidas, percepcionadas, estruturadas pelo observador. O olhar organiza, interpreta, transforma aquilo que se vê de acordo com a linguagem e cultura visual do espectador. Neste sentido, encontrar, revelar ou destacar as características ou elementos já presentes na paisagem é nela intervir. É transformá-la de acordo com as noções estéticas, políticas e sociais do observador. É retirar o que se considera estar a mais ou adicionar, agir sobre o sítio. É transformá-lo através da leitura que sobre ele se construiu.

Recuperar algo – um sítio, um lugar, uma história ou uma ideia – implica assim uma mudança de expectativa e ponto de vista.

No entanto, encontrar e representar as características ou elementos já presentes no sítio através de uma arquitectura discreta não tem nada de simples.

É nas tipologias rurais e nas construções populares que o arquitecto espera vir a encontrar o passado, as memórias e as referências que marcam um território. Através dos seus próprios critérios de gosto, valorizando a integração subtil e harmoniosa na paisagem envolvente, o arquitecto observa, selecciona, purifica e constrói o popular.

Estes elementos ou lugares são assim descontextualizados e objectificados. São retirados do seu contexto, perdendo o uso e o significado que aí detinham. São agora apresentados isoladamente como traços típicos e distintivos deste lugar. Surgem no contexto do projecto e nele adquirem um novo uso e significado, assumindo um significado estético, configurados como lugares ou elementos notáveis, excepcionais, especiais. Adquirem uma dimensão lúdica, adaptada ao novo uso turístico que se pretende conferir ao território. Anteriormente associadas a uma função produtiva ou a práticas sociais e ao quotidiano do trabalho, são agora espaços de lazer e recreio,

funcionando enquanto elementos reveladores da identidade do sítio, um significado estético, lúdico e de excepção. Ao arquitecto interessa-lhe compreender e reconfigurar, pela sua prática projectual, o popular de ontem e não o de hoje. É esse popular de ontem que marca a identidade própria e distintiva de cada lugar, sendo esta identidade distintiva que se procura resgatar e manter. Interessa então descrever e interpretar a cultura objectificada na paisagem e não a das pessoas que nela vivem. Assim, o arquitecto selecciona, descontextualiza e transforma as pré-existências que, segundo ele, faziam parte da cultura, da vida e da memória das pessoas que aí viviam, nelas inserindo os *camponeses*, interpretando-as e transformando-as através dos critérios de gosto eruditos, da noção burguesa de autenticidade e das imagens do povo e da ruralidade que recebeu da tradição disciplinar na qual se integra.

Deste modo, estes lugares perdem o sentido que tinham para as pessoas que os utilizavam, construíam ou deles falavam e adquirem o significado que o projecto lhes imprime. Os seus valores são seleccionados, apropriados e transformados através da linguagem e das concepções sociais, estéticas e disciplinares do arquitecto embora, por vezes, com o auxílio e envolvimento da própria população.

No entanto, é na captação e posteriormente na construção da imagem do lugar que se resume toda a essência destes espaços e é delas que depende toda a sua evolução.

Assim, a aposta no património rural constituirá uma via privilegiada para o ensaio e implementação de projectos inovadores, estruturantes e revitalizantes do território rural, tendo como principal beneficiária a população? Sim, embora no sentido que essa mesma população se constitui como elemento indissociável dessa visão de património rural e, como tal, seria impossível pensar o projecto sem incluir nele a população que outrora lhe constituiu a sua identidade.

Em que situação fica uma dada identidade local que é reinterpretada e posta em causa através da criação de novos valores simbólicos e dos novos usos do património? Por muito esforço que haja na tentativa de manter a identidade do local, essa mesma identidade só vai funcionar ao nível da criação das imagens turísticas. Jamais este lugar se constituirá o mesmo, não só a nível físico como identitário, a partir do momento que este tipo de intervenções remete para um desenvolvimento em rede, funcionando como um todo e não como factor singular com identidade própria.

Corresponderão estas novas aldeias aos aglomerados populacionais que a Revolução Industrial votou à desertificação lenta e agonizante, responsável ainda pela crescente dependência económica face à cidade e ao meio de vida urbano? Ou estamos perante um novo tipo de aldeias? Tal como referido anteriormente, estas aldeias jamais se constituirão como uma recriação do passado. Criadas para um novo conceito de habitante, com proveniência nas classes médias (urbanas), constituem-se agora como lugares essencialmente de fruição turística, com capacidades e condições que outrora se instituíam como desconhecidas. Estamos assim perante um novo tipo de aldeia, que de efectivo apenas tem a sua população e a intenção de um futuro promissor.

Estaremos perante uma uniformização do conceito de arquitectura popular, em que a ligação do Homem com o lugar vai sendo gradualmente destruída? Apontado como o principal agente transformador destes lugares, o turismo pode ser aqui apresentado em duas vertentes: apesar da destabilização que provoca nos processos de socialização do lugar, promove igualmente situações sociais colectivas que permitem aos habitantes assegurar alguns elementos identitários da sua cultura. A partir do momento em que a actividade turística considera as ambições dos moradores locais, a ligação que o homem estabelece com o lugar afigura-se mais respeitada, valorizada, e com maiores possibilidades de ser preservada e assumir a sua função de construir identidade, pertença e sentido aos indivíduos que a compõem. Atrevo-me assim a dizer que sim, caminhamos para uma uniformização do conceito de arquitectura popular no sentido em que caminhamos igualmente para uma ocupação *episódica* destes espaços, não sendo assim praticável a construção do vínculo entre o homem e o lugar. Os novos habitantes procuram agora soluções onde impera o conforto e o bem-estar numa sociedade cada vez mais uniformizada, contrariamente aos criadores destes povoados que viram nestes lugares uma forma de vida, de sustento, onde aprenderam e foram ensinados pelas vicissitudes e particularidades do local.

Em que medida as singularidades garantidas por um património herdado e fabricado funcionam como símbolos de identificação para eventuais novos residentes? Todo o processo de objectificação passa pela índole subjectiva de quem observa e avalia. Nesse sentido, esses símbolos constituídos falaciosamente como identitários destas novas aldeias, mais não são do que a imagem criada na mente de cada um. Também os valores que esses novos residentes assimilam como símbolos singulares do lugar serão

assim a sua interpretação do local, embora que, contrariamente ao do visitante ou do turista, essa interpretação se alicerce na relação que vai estabelecendo gradualmente com o meio, com a casa e com a *vizinhança*.

De que forma é tratada esta intervenção e quais os factores e valores que influenciam aquando da necessidade de decisões de projecto? Os factores, tal como demonstrado na avaliação da Aldeia de Gondramaz, englobam variadas vertentes, desde arquitectónica, estética, à valorização do popular. No entanto, há que ter em conta que essa mesma avaliação é feita através do olhar e, como tal, depende da subjectividade e disciplina de quem observa. Assim, ao invés de uma resposta a esta questão, surge o desejo da pergunta: e se fossem outros técnicos a proceder à avaliação, as decisões teriam sido diferentes? Que futuro teria agora Gondramaz?

Muitas outras questões teimariam em surgir quando o assunto remete para processos tão complexos quanto os relacionados com cultura, valores e património.

No entanto, e no meio de tantas incertezas, uma coisa é certa. Gondramaz é hoje o reflexo de uma aldeia consciente do seu valor e daquilo que tem para oferecer: experiencias únicas onde a descoberta nunca morre.



BIBLIOGRAFIA

Associação Arquitectos Portugueses, ed. - Arquitectura popular em Portugal. 3ª ed. Lisboa : Associação Arquitectos Portugueses, 1988. vol. 2.

ALVES, João Emílio - **Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais: o programa revitalização de aldeias e vilas históricas da região Alentejo**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002. Tese de Mestrado.

ALVES, Vera Marques - A poesia dos simples: arte popular e nação no Estado Novo. Revista Etnográfica. Lisboa. ISSN 08736561. 11:1 (2007) 63-89.

BARAHONA, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim - **A recuperação de aldeias históricas e a qualidade ambiental**. Lisboa : Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1999. 144 p. Dissertação de Mestrado.

BENÉVOLO, Leonardo - **Historia de la arquitectura moderna**. 7a ed. Barcelona : Gustavo Gili, 1996. 1171 p. ISBN 8425216419.

BARROS, Henrique de - **Inquérito à habitação rural: a habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)**. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, 1947. 454 p.

BRITO, Raquel Soeiro de - **Portugal, Portugal perfil geográfico**. Lisboa : Estampa, 1994. 415 p. ISBN 972331083X.

CHOAY, Françoise - **Alegoria do património**. Lisboa : Edições 70, 2008. 308 p. ISBN 9789724412740.

CABRITA, A. M. Reis - **O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1995. 181 p. ISBN 9724916316.

CARVALHO, Paulo – Património e território: dos lugares às redes. In COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS, 5, Bragança, 2003 – Futuro dos territórios rurais numa Europa alargada : actas. Bragança : ESA: SPER: AEEA, 2003. 14 p.

CARVALHO, Paulo - Património, território, actores e desenvolvimento rural sustentável: o ecomuseu da Serra da Lousã: desafio ou utopia? In CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 1, Vila Real, 2001 - Território, sociedade e política: continuidades e rupturas : comunicações. Vila Real : SPER: UTAD, 2001. 23 p.

CARVALHO, Paulo – Património construído e o turismo cultural nas novas políticas de desenvolvimento rural In JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE VESTÍGIOS DO PASSADO, 2, Miranda do Douro, 2006 – Vestígios do passado : actas. Póvoa do Varzim : AGIR, 2006. 23 p.

CASTELNOU, António Manuel Nunes – Sentindo o espaço arquitectónico. Desenvolvimento e Meio Ambiente. [Em linha] jan./jun. 7 (2003) 145-154. [Consult. 17 Out. 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3050/2441>>.

CAVACO, Carminda – **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999, 455 p. ISBN 9726361222.

CAVACO, Carminda – “Habitação” dos espaços rurais. Revista da Faculdade de Letras: Geografia. Porto. ISSN 0871 1666. 1:19 (2003) 47-64.

COELHO, Carolina – **A questão do arquitecto: a sociedade portuguesa e o arquitecto, hoje**. Coimbra : [s. n.], 2008. 268 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos - **[Património e intervenção arquitectónica]**. Coimbra : [s. n.] 1994. 43 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

COSTA, Alexandre Alves – O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade. JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004. ISBN: 0870-1504. Lisboa : Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005). p. 292-293.

COSTA, Alexandre Alves - **Textos datados**. Coimbra : Edições do Departamento de Arquitectura, cop. 2007. 271 p. ISBN 9789729982149.

Dicionário da língua portuguesa. Porto : Porto Editora, 2008. 1726 p. ISBN 9789720014245.

DOMINGUES, Álvaro – Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica. Revista da Faculdade de Letras: Geografia. Porto. ISSN 0871-1666. 1:19 (2003) 111-117.

FERNANDES, José Manuel - **Arquitectura Portuguesa: temas actuais**. Lisboa : Cotovia, 1993. 106 p. ISBN 972802830X.

FERNANDES, Rui - Ambiente e desenvolvimento: da morte à ressurreição do Alviela. In CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5, Braga, 2004 – Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção : actas. Braga : 2004. p. 96-105.

FIGUEIREDO, Elisabete - «Quantas mais 'aldeias típicas' conseguimos suportar?», algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Encontro de turismo em espaços rurais e naturais, 1, Coimbra, 2003 - TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais : actas. Coimbra : Instituto Politécnico de Coimbra, 2004. 65-81.

GONÇALVES, Rui Amílcar Dias Martins - **Arquitectura humana: meio rural do Alto Nordeste Transmontano**. Coimbra : [s. n.], 2000. 188 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

GRAÇA DIAS, Manuel – 2000-2004: Porque “adequado”? JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004. ISBN: 0870-1504. Lisboa : Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005).

JORGE, Virgolino Ferreira - Património e identidade nacional. Revista Engenharia Civil do Centro de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho. ISSN 0873-1152. 9 (2000) 5-12.

LEAL, João - **Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 2000. 274 p. ISBN 9722017993.

LEAL, Rosana Eduardo - Uma abordagem conceitual-reflexiva sobre a relação da comunicação com o turismo. Revista Lâmina [Em linha]. 1 (2005). [Consult. 14 Maio 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-rosana.pdf>>.

LINO, Raúl - **A casa portuguesa**. Lisboa : Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929. 68 p.

LINO, Raúl - **Casas portuguesas : alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples**. Lisboa : Cotovia, 1992. 115 p. ISBN 9728028148.

LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX**. Coimbra : [s. n.], 2001. 165 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

MADEIRA, Fernando Manuel Antunes - **Arquitectura vernácula em Ansião**. Coimbra : [s. n.], 1999. 334 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

MARTINS, José Clerton de O. - **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo : Roca, 2006. 198 p. ISBN 8572416080.

MESTRE, Victor – Intervenções contemporâneas em património paisagístico, urbano e arquitectónico: a cura pela morte. Revista Arquitectura Ibérica. Casal de Cambra. ISSN 1645-9415. 12 (2006) 46- 53.

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

MOUTINHO, Mário C. - **A arquitectura popular portuguesa**. 3ª ed. Lisboa : Editorial Estampa, 1995. 186 p. ISBN 9723310546.

NARCISO, Carla Alexandra; VANMELLE, Sayil Jacques – Entre a serra e a planície: dualidade: da complementaridade do uso à sustentabilidade do ecossistema. Estudo de caso: Vila de Almodôvar – Baixo Alentejo – Portugal. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3, Santa Cruz do Sul, 2006 - Território, capital social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

NEVES, José Manuel das - **Casas recuperadas**. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2006. 202 p. ISBN 9898010215.

NORBERG-SCHULZ, Christian - **Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura**. 3ª ed. Milano : Electa, 1996. 214 p. ISBN 884354263X.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - **Arquitectura tradicional portuguesa**. Lisboa : D. Quixote, 1992. 374 p. ISBN 9722009591.

PAIS, Carina; GOMES, Bruno – O espaço rural no âmbito das políticas de desenvolvimento – O caso do Pinhal Interior. In COLÓQUIO IBÉRICO DE ESTUDOS RURAIS, 7, Coimbra, 2008 – Cultura, inovação e território. Coimbra : SPER, 2008.

PAULINO, Fernando Faria - "Imagem", Imagens: impressões, expressões... [Em linha]. (Consult. 22 Mar. 2009). Disponível em WWW:<URL:<http://impressoesexpressoes.blogspot.com/2007/06/imagem-o-termo-imagem-um-conceito-cuja.html>>.

PEIXOTO, Paulo – Desaparecimento do mundo rural. In CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, Coimbra, 2004 – A questão social do novo milénio. Coimbra : CES: FEUC, 2004.

PORTUGAL. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - **Caminhos do património**. Lisboa : D.G.E.M.N. : Livros Horizonte, 1999. 254 p. ISBN 9729763828.

RIBEIRO, Wagner Costa - Visões do património. Revista Diálogos [Em linha]. 10:3 (2006) 89-94. [Consult. em 13 Abril 2009]. Disponível na Internet:URL:<http://www.www.dialogos.uem.br>.

SANTANA TALAVERA, Agustin - Patrimonios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran. Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural [Em linha]. 1:1 (2003) 1-12. [Consult. 13 Abril 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.pasosonline.org>>.

SANTOS, Clézio - Imagem turística: uma introdução ao entendimento espacial do turismo. Revista Unibero de Turismo e Hotelaria [Em linha]. 1:1 (2004) 1-12. [Consult. 22 Mar. 2009]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.unibero.edu.br/download/revistaturismo>>.

SOBRAL, José Manuel Rodrigues Ferreira - O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural. Revista Etnográfica. Lisboa. ISSN 08736561. 8:2 (2004) 243-271.

SVENSSON, Frank – **Arquitectura: criação e necessidade**. Brasília : Edunb, 1992. 263 p. ISBN 8523003177.

TAÍNHA, Manuel – Arte, profissão, modo de vida. JA, Jornal Arquitectos: ANTOLOGIA 1981-2004. ISBN: 0870-1504. Lisboa : Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, 218-219 (2005).

TÁVORA, Fernando – Para um urbanismo e uma arquitectura portuguesas. Jornal O Comércio do Porto. Porto. (1953).

XAVIER, Sandra – Usos da ruralidade na arquitectura paisagista. Revista Etnográfica. Lisboa. ISSN 08736561. 11:1 (2007) 165-188.

SÍTIOS DE INTERNET

WWW:<URL:http://www.aldeiasdoxisto.pt/> [Consult. 18 Set. 2008].

WWW:<URL:http://www.aldeiasdeportugal.com.pt/comercial/main.php?id=31>
[Consult. 18 Set. 2008].

WWW:<URL:http://www.aldraba.org.pt/> [Consult. 18 Set. 2008].

WWW:<URL:http://www.cartadolazer.inatel.pt/> [Consult. 18 Set. 2008].

WWW:<URL:http://pt.wikipedia.org/wiki/Lugar> [Consult. 17 Out. 2008].

WWW:URL:http://www.ccdrc.pt/ [Consult. 24 Nov. 2008].

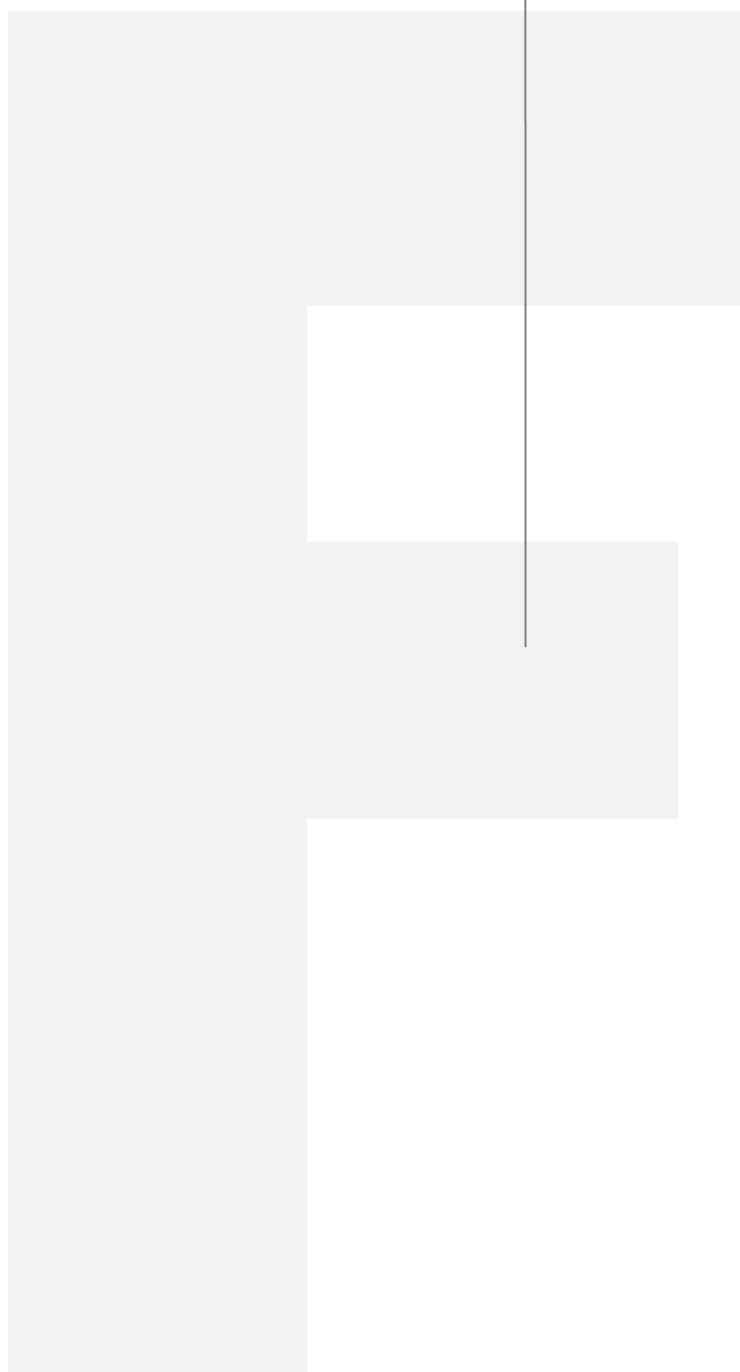
WWW:<URL:http://www.leader.pt/> [Consult. 24 Nov. 2008].

WWW:URL:http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?accao=doclegiscat&m=m3&s=0
[Consult. 24 Nov. 2008].

WWW:<URL: http://www.odespertar.com.pt/sartigo/index.php?x=2074> [Consult. 26
Fev. 2009].

WWW:<URL:http://www.mirandadocorvo.com/> [Consult. 13 Abril 2009].

FONTES DE IMAGEM



FONTES DE IMAGEM

Fig.1

WWW:<URL:<http://www.freguesiabarroca.com/aldeiasdoxisto.jpg>> [Consult. 18 Set. 2008].

Fig.2

WWW:<URL:http://http://www.dueceira.pt/trilhos/imgs/mapa_aldeiasxisto.jpg> [Consult. 18 Set. 2008].

Fig.3

WWW:<URL:http://www.dueceira.pt/trilhos/territorio_eloz.php?lang=pt> [Consult. 18 Set. 2008].

Fig.4

WWW:<URL:http://farm4.static.flickr.com/3506/3743694444_6363e36e14.jpg?v=0> [Consult. 28 Julho 2009].

Fig.5

WWW:<URL:<http://vnevoa.files.wordpress.com/2009/06/gondramaz.png>> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.6

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/IMG3168_2__large.html> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.7

WWW:<URL:http://3.bp.blogspot.com/_u9iwD8ZkruQ/SFcgIfRtxI/AAAAAAAAADk/jA6qHi_eoZM/s320/Gondramaz.jpg> [Consult. 3 Agosto 2009].

Fig.8

Fotografia do autor.

Fig.9

WWW:<URL:http://bop.nppa.org/2009/thumbnails/512/00027356/UPS_NEPAL/00027356-UPS-Nepal-002.JPG> [Consult. 3 Agosto 2009].

Fig.10

WWW:<URL:http://8.media.tumblr.com/ct2H4dTwwd47wbkbhpHh69T8_400.jpg> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.11

WWW:<URL:http://lh4.ggpht.com/poemas.poetas/RpwGXN4pTI/AAAAAAAAAII/mh6tuG63Dzw/Miguel+Torga_thumb%5B2%5D.jpg> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.12

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.13

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.14

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.15

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.16

Fotografia do autor.

Fig.17

WWW:<URL: <http://www.flickr.com/photos/jvverde/145528398/>> [Consult. 3 Agosto 2009].

Fig.18

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.19

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.20

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.21

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.22

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.23

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/IMG3612_large.html> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.24

WWW:<URL:[http://2.bp.blogspot.com/_dhlzPamaFkA/ShZi1BexiYI/AAAAAAAAAFSE/Dnnf1dIX5NU/s1600-h/gondramaz+\(1\).JPG](http://2.bp.blogspot.com/_dhlzPamaFkA/ShZi1BexiYI/AAAAAAAAAFSE/Dnnf1dIX5NU/s1600-h/gondramaz+(1).JPG)> [Consult. 3 Agosto 2009].

Fig.25

Fotografia do autor.

Fig.26

WWW:<URL:<http://www.dueceira.pt/trilhos/gondramaz.php>> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.27

WWW:<URL:http://www.adfp.pt/admin/artigos/uploads/gondramaz13_g.jpg> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.28

WWW:<URL:http://www.uc.pt/administracao/comuniquando/2009/mai/nos_por_ca/pa_leitao.JPG> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.29

Fotografia do autor.

Fig.30

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/P1010178_large.html> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.31

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.32

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.33

Gráfico elaborado pelo autor.

Fig.34

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.35

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.36

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.37

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.38

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.39

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.40

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.41

Fotografia do autor.

Fig.42

Fotografia do autor.

Fig.43

Fotografia do autor.

Fig.44

Fotografia do autor.

Fig.45

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.46

MIRANDA DO CORVO. Câmara Municipal – **Plano da Aldeia de Gondramaz**. C.M., 2002.

Fig.47

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/IMGP9362_large.html> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.48

WWW:<URL:http://farm1.static.flickr.com/11/15596325_53b7b9bfd8.jpg?v=0> [Consult. 28 Julho 2009].

Fig.49

Fotografia do autor.

Fig.50

WWW:<URL:<http://www.flickr.com/photos/jvverde/145533441/in/photostream/>> [Consult. 5 Agosto 2009].

Fig.51

Fotografia do autor.

Fig.52

Fotografia do autor.

Fig.53

Fotografia do autor.

Fig.54

WWW:<URL:http://1.bp.blogspot.com/_Ewl_5bnlaeg/SSU7z_Nq5ml/AAAAAAAADCU/H_m8Y4j
f8Co/s320/newsletter_caminhodoxisto.jpg.jpg> [Consult. 28 Julho 2009].

Fig.55

Fotografia do autor.

Fig.56

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/P1010148_large.html> [Consult. 5
Agosto 2009].

Fig.57

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/IMG_5249_large.html> [Consult. 5
Agosto 2009].

Fig.58

WWW:<URL:http://www.patiodoxisto.pt/galeria/content/IMG_P3074_large.html> [Consult. 5
Agosto 2009].

Fig.59

Fotografia do autor.

Fig.60

WWW:<URL:http://bp2.blogger.com/_JoJOQYAu1oE/RkuCgkN_c9I/AAAAAAAACY0/tj1Cbt8IsJc
/s1600-h/Fauna.JPG> [Consult. 28 Julho 2009].

Fig.61

WWW:<URL:http://1.bp.blogspot.com/_JoJOQYAu1oE/SIUqg6Fml/AAAAAAAAGWY/Urq1cgrvy
X4/s400/foto_destaque.php.jpg> [Consult. 28 Julho 2009].

